



**Aline Carneiro do Nascimento**

**A roupa não faz a mulher: experiências das mulheres  
dos setores médios urbanos e relações de gênero no  
Rio de Janeiro da Primeira República**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Diego Antonio Galeano

Rio de Janeiro  
Junho de 2017



**Aline Carneiro do Nascimento**

**A roupa não faz a mulher: experiências das mulheres dos setores médios urbanos e relações de gênero no Rio de Janeiro da Primeira República**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Diego Antonio Galeano**

Orientador

Departamento de História - PUC-Rio

**Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira**

Departamento de História - PUC-Rio

**Profª Cristiana Schettini Pereira**

Departamento de História

Universidad Nacional de San Martin - Argentina

**Profª Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Aline Carneiro do Nascimento**

Graduou-se em 2012 no curso de História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ficha catalográfica:

Nascimento, Aline Carneiro do

A roupa não faz a mulher: experiências das mulheres dos setores médios urbanos e relações de gênero no Rio de Janeiro da Primeira República / Aline Carneiro do Nascimento; orientador: Diego Antonio Galeano. – 2017.

125 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Mulher. 4. Imprensa. 5. Gênero. 6. Moda. 7. Vestimenta. I. Galeano, Diego Antonio. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD:900

Para Laudineia Carneiro,  
A mulher mais corajosa que já conheci.

## Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de diversas pessoas. Por isso, aproveito a oportunidade para agradecer ao professor e, agora amigo, Diego Galeano pela paciente e humana orientação.

Aos professores Cristiana Schettini e Leonardo Pereira pelas observações e sugestões que só vieram somar e enriquecer a pesquisa.

A todo o departamento de História da Puc-Rio nas adoráveis pessoas de Claudio, Cleusa, Anair e Edna.

Às generosas leituras e sugestões de Vitor Leandro, Priscila Oliveira, Marília Rodrigues, Jéssicka Dayane e Juliana Pereira.

À Capes pela concessão da bolsa de estudos.

Por vezes a tarefa árdua de se escrever uma dissertação se faz de maneira muito solitária, no entanto, entre a escrita de uma página e outra sempre pude encontrar alento na sincera amizade de Damires Teixeira, Mariana Farias e Ruberval Silva. Assim como pude encontrar uma gostosa distração nos momentos em família com meus irmãos Charles e Pablo e com a minha irreverente sobrinha Amanda.

Dos meus pais, Dionizio e Laudinéia, recebi o mais amoroso e sincero incentivo, embalado pelas palavras simples de quem não sabia ao certo do que tratava a dissertação, mas demonstrava um genuíno interesse e imenso orgulho em me ouvir falar de meus pequenos avanços.

Não poderia encerrar estes agradecimentos sem citar Diógenes Almeida, meu amado companheiro, que mesmo sem dizer nada, dizia tudo e com isso me impulsionava a seguir sempre em frente. “Di”, você tem direito a este trabalho e a todas as outras coisas que eu fizer.

## Resumo

Nascimento, Aline Carneiro; Galeano, Diego Antonio. **A roupa não faz a mulher: experiências das mulheres dos setores médios urbanos e relações de gênero no Rio de Janeiro da Primeira República.** Rio de Janeiro, 2017. 125p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem por objetivo analisar a forma como a imprensa nacional lidou e narrou os casos onde as mulheres, principalmente as de cor branca e pertencentes aos setores médios urbanos, agiram no espaço público de forma a desempenhar diversas performances de gênero. E, assim, trazer à tona toda uma gama de possibilidades de existência feminina no Rio de Janeiro da Primeira República. Tais narrativas funcionavam como forma de entretenimento para o grande público leitor e garantia lucros às empresas jornalísticas. A divulgação de casos polêmicos criava um ambiente para reflexão de temas significativos para a sociedade e serão utilizados nesta dissertação para recuperar as experiências e trajetórias de diversas mulheres, compreender a relevância das vestimentas para a composição e reconhecimento das identidades sexuais e discutir relações de gênero.

## Palavras-chave

Mulher; imprensa; gênero; moda; vestimenta.

## Abstract

Nascimento. Aline Carneiro do; Galeano, Diego Antonio. (Advisor). **Clothing does not make women: women's experiences of the urban middle sectors and gender relations in Rio de Janeiro of the First Republic.** Rio de Janeiro, 2017. 125p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze the way in which the national press has handled and narrated the cases where women, especially those of white color and belonging to the urban middle sectors, acted in the public space in order to perform diverse performances of gender. And thus, to bring to the fore a whole range of possibilities of female existence in Rio de Janeiro of the First Republic. Such narratives worked as a form of entertainment for the general readership and guaranteed profits to the newspaper companies. The dissemination of controversial cases created an environment for reflection on issues that are significant for society and will be used in this dissertation to recover the experiences and trajectories of several women, to understand the relevance of dress to the composition and recognition of sexual identities and to discuss gender relations.

## Keywords

Woman; press; genre; fashion, clothing.

## Sumário

1. Introdução	11
1.1. O sentido das roupas para homens e mulheres	16
2. A opereta da saia	21
2.1. A saia na boca do povo	24
3. A <i>Raunier</i> e as janelas para a sociabilidade feminina	44
3.1. O caso Campos-Lespinasse	51
4. As aparências enganam: damas elegantes e criminosas	60
4.1. "Ladras de sociedade e cleptomania	61
4.2. A misteriosa dama das notas falsas	69
4.3. Julio de Moura, amigo, amante e cúmplice	77
5. "Um homem-mulher uma mulher –homem"	92
6. Considerações finais	111
7. Referências bibliográficas	120

## Listas de figuras

Figura 1 - Madame Calandra usando um modelo de <i>saia-calção</i>	28
Figura 2 - Senhoritas caminham na Avenida Rio Branco	31
Figura 3 - Charge.	35
Figura 4 - Charge (2)	37
Figura 5 - Charge (3)	38
Figura 6 - Madame Lespinasse com modelo de <i>saia-calção</i> .	52
Figura 7 - Multidão em frente à Raunier para ver a <i>saia-calção</i> .	54
Figura 8 - Marie Lespinasse.	57
Figura 9 - Marianna Prado.	74
Figura 10 - Recorte de jornal.	76
Figura 11 - Julio de Moura Filho.	82
Figura 12 - Julio de Moura Filho exibindo peito machucado.	86
Figura 13 - A menor Arminda Ferreira.	101
Figura 14 - Jandyra Marques em trajes masculinos.	105
Figura 15 - Marius Prairie.	107
Figura 16 - Manoel do Carmo entre os médicos e advogados.	113
Figura 17 - Maria Manuela Perez e Idalina Aversani.	117
Figura 18 - Maria Manuela Perez e Idalina Aversani.(2)	121

# 1.

## Introdução

Assim como em grande parte dos países do ocidente, a sociedade no Brasil esteve, por muitos séculos, pensada, separada e movida com base nas diferenças de características entre homens e mulheres que fundamentavam e justificavam os papéis que deveriam ser desempenhados por cada um. Gilberto Freyre em seu *Sobrados e Mucambos*, dedicou um capítulo à análise dos modelos de homem e mulher oriundos de nosso antigo sistema patriarcal-agrário. Segundo ele, em tal sistema o homem buscava fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Era através dessa diferenciação exagerada que se justificava o chamado duplo padrão de moralidade onde ao homem caberia todas as liberdades e à mulher uma série de limitações e obrigações.<sup>1</sup>

Rachel Soihet chama a atenção para o fato da sujeição da mulher ser feita não através da força, mas por intermédio de uma educação que lhe inculcava, desde a mais tenra idade, que seu ideal de caráter seria despir-se de sua vontade própria e ser submissa a vontade de seu marido. Dentro desta educação, características como docilidade, submissão e renúncia a toda vontade individual eram apresentadas como um atrativo sexual feminino.<sup>2</sup>

Tal estado de coisas começou a se modificar no Brasil na virada entre o século XIX para o XX, quando as chamadas “moças de boa família”, passaram a contrariar o velho mandamento de não andarem desacompanhadas nas ruas, seguindo-se a isso um vertiginoso ritmo de mudanças no comportamento feminino. Reagindo a isso, conservadores e reformistas de variadas nuances criaram um corpulento discurso ideológico que transformava determinados tipos de comportamento em rígidos papéis sociais. Esta época intranquila colaborou para a construção e disseminação de representações de

---

<sup>1</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global 2003, p.262-265.

<sup>2</sup> SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 13.

comportamento femininos tidos como ideais e que, por isso, limitavam a perspectiva feminina na fronteira do lar.<sup>3</sup>

O movimento feminista, que chegou ao Brasil ainda no século XIX e se fortaleceu no país por volta de 1918, através do ativismo de Bertha Lutz era uma das frentes na qual as mulheres de boa família podiam encontrar meios de reagir à opressão e adentrar ao mundo público, reivindicando, entre outras coisas, seu direito como cidadãs. Contudo, o inconformismo com tal estado de coisas podia ser feito também à margem deste movimento. Através de um comportamento individual destoante do que era desejado. Comportamentos estes que eram assumidos por mulheres que podiam, muito bem não terem ciência das ideias feministas, mas que se recusavam a viver suas vidas na condição de serviçais dos homens que a rodeavam.

Em sua obra *A vocação do Prazer*, a historiadora Rosa Maria Barboza de Araújo examina a interação entre a família e a cidade do Rio de Janeiro quando à época em que, guiada pelo mesmo ideal de modernidade das metrópoles europeias, a cidade passou por uma profunda transformação no meio urbano que interferiu diretamente no comportamento social durante o primeiro período republicano. O programa político do novo regime enxergava a cidade, então capital do país, como o modelo no qual implantariam uma nova ordem social, onde o grande objetivo era “civilizar” o espaço urbano, tanto no plano político quanto no ideológico. Neste quadro, a família era vista como “o sustentáculo do projeto normatizador cujo desenvolvimento reequacionou seu papel e a sua inserção social na cidade.”<sup>4</sup>

Barboza sublinha que, dentro desta instituição importante que era a família, a mulher tinha um papel significativo, já que por ser a única capaz de reproduzir e educar a prole, era responsável pela estabilidade e permanência da família. O processo de urbanização provocou alterações no estilo de vida feminino, todavia sem alterar o predomínio do poder do homem.<sup>5</sup> Assim como ela, Rosiane de Jesus argumenta, em sua dissertação de mestrado, que os projetos de modernização do Rio de Janeiro foram subsídios para o

---

<sup>3</sup> MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: **A história da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 368-373.

<sup>4</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 25-30.

<sup>5</sup> Ibid., p.63-64.

aparecimento tanto de um novo tipo de homem quanto de um novo tipo de mulher, todavia produziram mais aparências do que conteúdos modernos, já que os costumes tradicionais não foram totalmente descartados.<sup>6</sup>

À revelia dessas mudanças, a mulher continuou ausente nos relatos historiográficos do Brasil e do mundo. Somente a partir da década de 1960 nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e logo em seguida na França, elas passaram a se constituir como objeto histórico.<sup>7</sup> Uma das pioneiras na produção da história das mulheres e do gênero, Michelle Perrot nos explica os motivos para as mulheres terem permanecido, durante tanto tempo, na obscuridade dos relatos históricos. Em primeiro lugar, as mulheres tinham menos visibilidade ocupando o espaço público, o único que merecia destaque nos relatos. Além disso, as fontes históricas também encerrariam um grande silêncio a respeito das mulheres, já que estas, por sua tardia familiarização com a escrita e pelo pudor feminino que se estenderia à memória, deixaram pouco vestígios diretos. Mesmo quando observadores ou cronistas se dedicavam a dispensar a atenção às mulheres, seus relatos eram guiados pela generalização, sendo as mulheres imaginadas ou representadas, mas nunca contadas ou descritas.<sup>8</sup>

No Brasil, a emergência de uma história que privilegiava a mulher como sujeito histórico se deu a partir da década de 1980, onde se destacaram os primorosos trabalhos *Condições femininas e forma de violência* e *Meninas Perdidas*, respectivamente escritos por Raquel Soihet e Martha Abreu. Soihet analisou grandiosa quantidade de processos criminais para, através deles, recuperar a história das mulheres dos segmentos populares, cujas vidas eram representativas das mazelas de raça e classe. A autora salientou seu objetivo de “desmistificar estereótipos” e revelar novas dimensões no comportamento das mulheres. Sua justificativa acerca do espaço-tempo de tal pesquisa se deu pela constatação de que as transformações no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX fez recair sobre a mulher uma pesada carga de pressões, que objetivava a obtenção de um comportamento desejado. Tal comportamento

---

<sup>6</sup> DOURADO, Rosiane de Jesus. **As formas modernas da mulher brasileira (1920-1939)**. 2005. 149 f. Dissertação. (Mestrado em Design) Departamento de Artes e Design. Puc-Rio, 2005, p.6.

<sup>7</sup> PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 19.

<sup>8</sup> Ibid., p.16-17.

desejado era imposto pelo sistema vigente através do Código Penal, do complexo judiciário e das ações policiais.<sup>9</sup>

Assim como Rachel, Martha Abreu também foca sua atenção nas mulheres dos segmentos populares. Ela usa, como principal fonte de seu trabalho, processos de crimes de defloração e estupro com os quais nos revela diversas imagens de padrões de moralidade sexual e honestidade tanto por parte dos delegados e juízes quanto por parte dos homens e mulheres envolvidos. O desenrolar dos processos apontam para uma gritante diferença no julgamento dado a homens e mulheres, sendo os primeiros avaliados a partir de sua ocupação no trabalho e as segundas a partir de seu comportamento sexual.<sup>10</sup> A autora chama a atenção para aquilo que nomeou de *cotidiano das punições* onde pode-se observar dois direcionamentos. O primeiro era dado com a absolvição do réu e marginalização das ofendidas, em grande parte mulheres afrodescendentes, que, por serem “perdidas”, não mereceriam proteção da justiça. No segundo direcionamento, geralmente aplicado no caso de mulheres mais embranquecidas, o réu era considerado culpado e, muitas vezes, obrigado a se casar com a vítima.

Similarmente à Martha Abreu, a historiadora americana Sueann Caufield dedicou-se à análise de vasta quantidade de inquéritos e processos de crimes sexuais para estudar a importância da honra no cotidiano da população carioca. Para elites e autoridades religiosas a honra sexual era base da família e esta era a base da nação. Caufield postula que, apesar de, despertar forte interesse em diversos setores da sociedade o tema da honra nacional não contava com uma definição clara, de forma que podia ser tratado de maneiras diferentes e, por vezes, contraditórias. A autora registra como os debates jurídicos a respeito da honra passaram por evoluções nos diferentes âmbitos da lei antes e depois da República. Segundo ela, os juristas seguiram diferentes direcionamentos, indo do ponto de vista de que já não era possível proteger a honestidade feminina frente à emancipação da mulher moderna à convicção de que novas ameaças à valores morais antigos tornavam a defesa da honra feminina ainda mais urgente.

---

<sup>9</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 7-10.

<sup>10</sup> ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 7-15.

Na verdade, a honra sexual representava um conjunto de normas que sustentavam a lógica da manutenção de relações desiguais de poder nas esferas privada e pública, desta forma a honra consolidava relações hierárquicas baseadas nas relações de gênero, raça e classe.<sup>11</sup>

Outra historiadora preocupada em dar destaque às mulheres foi Mary Del Priore autora e organizadora de diversos trabalhos. Entre eles enfatizo a obra *História das Mulheres no Brasil*, na qual se enfatiza a heterogeneidade de experiências vivenciadas pelas mulheres durante quatro séculos. Segundo sua organizadora, tal empreitada seria “uma viagem através do tempo, fazendo-nos ver, ouvir e sentir como nasceram, viveram e morreram as mulheres, o mundo que as cercava, do Brasil colonial aos nossos dias.” Mary enfatiza, ainda, que tal estudo permitiria a nós, estudar práticas femininas do cotidiano e aceder às representações que se fizeram sobre às mulheres e encontrar respostas para questões como, qual foi, qual é e qual poderá ser o lugar delas.<sup>12</sup>

A importância da contribuição dos trabalhos acima citados para os debates acerca da história das mulheres e das relações de gênero no Brasil é inegável, de forma que orientam grande parte das pesquisas atuais referentes ao tema. Assim como eles, a presente dissertação também almeja centrar atenção às mulheres e nas suas experiências de vida frente às transformações que se operaram no país nos anos iniciais da República. No entanto, nos distanciamos das obras aludidas já que elas apresentam as experiências femininas destacadas por atuações que se contrapõem a um suposto conjunto único de regras que buscavam formatar e ditar o comportamento feminino. Acreditamos que este tal conjunto de regras não era um consenso, mas algo completamente dinâmico que estava o tempo todo em disputa. Desta forma, não pretendemos retratar mulheres vivendo a partir da oposição normatividade versus práticas, porém contribuir demonstrando através de experiências femininas particulares como as ações das mulheres ganhavam sentido. Diferentemente dos trabalhos anteriores não buscaremos nos registros de crimes material para nossa empreitada, de modo que direcionaremos o olhar para pormenores da moda e

---

<sup>11</sup> CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000, p. 25-35.

<sup>12</sup> DEL PRIORE. Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

consumo para compreender o que tais elementos podem nos informar sobre as mulheres e as relações de gênero no Rio de Janeiro da Primeira República.

A imprensa se constituirá como nossa fonte fundamental, onde procuraremos observar como ela interpretou, narrou e lidou com as situações que envolviam mulheres. Tal escolha parte de nossa inquietação em desvendar por que alguns casos ganhavam mais destaque do que outros. E como tais casos podiam extrapolar o espaço dos periódicos e suscitar debates mais profundos que evidenciavam questões e dilemas delicados da sociedade.

### 1.1 O sentido das roupas para homens e mulheres

Pouco se sabe a respeito das experiências das mulheres dos setores médios urbanos no período referenciado, de maneira que o conhecimento insuficiente que temos fica ainda muito influenciado pelas antigas ideias de subordinação feminina, as quais, erroneamente, nos levam a acreditar que as mulheres das classes dominantes viviam reclusas no espaço do lar ou eram menos livres em seus relacionamentos amorosos e sexuais quando comparadas às mulheres das classes trabalhadoras. Gilda de Mello e Souza em seu, *O Espírito das Roupas*, assinala a moda como o elemento através do qual a mulher, principalmente aquelas com mais recursos, pode encontrar para si terreno privilegiado numa sociedade pensada por e feita para os homens. Souza destaca a moda como um fenômeno que não possuiria um limite nítido entre a função de diferenciar os sexos e a realização completa do indivíduo. Segundo ela:

Abandonada a si mesma, a mulher aplicou aquela curiosidade desassossegada de se encontrar, que o ócio acentuava, no interesse pela moda. Enquanto ao companheiro a sociedade permitia a realização integral da individualidade na profissão, nas ciências ou nas artes, à ela negava interesses de outro tipo além dos ligados à casa, aos filhos e sua pessoa. Era como se não tivesse um cérebro, como se o exercício da inteligência tornasse duto os seus traços e lhe empanasse o brilho da virtude. As preocupações do espírito, estas eram privativas do homem, donos das artes, da literatura e do destino de seus semelhantes. Feita de outra substância, sua arena era o salão mundano, onde assumia uma nova identidade a que todos se rendiam elevados.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 99.

Em sua dissertação de mestrado, *Representações da roupa e da moda no Rio de Janeiro do século XIX*, defendida em 1992, Maria do Carmo Teixeira Rainho, nos traz uma excelente diferenciação acerca dos sentidos das roupas e da moda para cada sexo. Segundo ela, as roupas de homens e mulheres sempre se diferenciaram na forma, contudo, ambos, desde o período do Renascimento, se caracterizavam pelo excesso. No século XIX operou-se uma simplificação no vestuário dos homens, que a autora chamou de “grande renúncia masculina”. Tal mudança pode ser explicada pelo advento da Revolução Francesa, que, entre outras coisas, primava pela abolição das distinções e privilégios associados ao Antigo Regime e pela respeitabilidade da ideia do trabalho. Após 1789, o tipo ideal de homem era aquele que trabalhava, então as roupas mais simples e resistentes passaram a ser as mais indicadas para a população masculina. Se por um lado os homens deixaram de lado os excessos nos trajes e acessórios, com a parcela feminina aconteceu exatamente o contrário. Apesar de uma breve fase de simplicidade nas roupas femininas, no pós-Revolução Francesa, no período da Restauração as mulheres retornaram aos excessos nas vestimentas, passando a utilizar cada vez mais tecidos e cores que extremavam mais ainda a diferença entre elas e os homens.<sup>14</sup>

Outra dissertação de mestrado que se debruçou a analisar a moda no Rio de Janeiro do mesmo período foi *Reflexos da Cidade na moda*, defendida por Rosane Feijão em 2009, onde a autora aponta para uma série de significados subtendidos nas formas do vestuário feminino. De acordo com Rosane, enquanto as roupas masculinas, no século XIX, deviam passar a ideia de austeridade, as femininas deveriam indicar a fragilidade e a dependência da mulher em relação ao homem. Desta forma:

(...) ela se reveste de rendas, bordados e fitas, em peças de corte intrincado, difíceis de vestir e de portar. (...) o fato de a roupa ser difícil de vestir supunha a ajuda de serviçais. A dificuldade de se movimentar aponta para uma vida sem grandes esforços físicos. A constante troca de trajes e a correção com que os portava indicavam seu envolvimento com a moda, o nível social e a situação financeira de seu marido.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **Representações da roupa e da moda no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro, 1992. 223p. Dissertação (Mestrado em História) Puc-Rio. p. 172-179.

<sup>15</sup> CAMARGO, Rosane Feijão de Toledo. **Reflexos da cidade na Moda: relações entre transformações urbanas e aparência pessoal no início do século XX no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009. 116 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação Social) Puc-Rio, p.75.

Na obra *Moda e Sociabilidade*, a historiadora Maria Claudia Bonadio mostrou como a moda e o comércio de moda tiveram papel fundamental para que as mulheres das elites e camadas médias ganhassem novos espaços de sociabilidade na cidade de São Paulo dos anos 1920.<sup>16</sup> A autora postula que:

A medida que a mulher vai ganhando proximidade do espaço público, sua vida vai adquirindo mais força, mais sentido de realidade. [...] As mulheres das elites, ao saírem de suas casas para fazer compras ou passear pelas ruas e lojas, ou tomar chá com outras mulheres no fim da tarde, não só são vistas como também ouvidas por outros.<sup>17</sup>

Tal aproximação da mulher com o espaço público, por meio da moda e do consumo, também se operou no Rio de Janeiro através da criação e consagração de afamadas lojas de departamentos, como a famosa *Casa Raunier*. Tais espaços, além de atrair as mulheres para o ambiente da rua também foram locais privilegiados para observarmos o valor social relacionado aos diferentes tipos de vestimentas e analisar situações ligadas a moda e ao consumo que podem nos revelar muito acerca das relações de gênero.

No capítulo 1, analisaremos a recepção que se deu no Brasil à *jupe-cullote*, um traje de origem francesa que mesclava saias e calças, buscando demonstrar como as discussões causadas pelo uso de tal roupa nos ajudam a enxergar a existência de uma pluralidade de sentidos envolvendo o elemento da moralidade durante os anos 1910 e 1920.

No capítulo 2, apresentaremos a importância da *Casa Raunier*, uma das mais antigas lojas de departamentos do Brasil e pioneira na produção e venda da *jupe-cullote*, para a emergência do consumo feminino e sociabilidade feminina. Nosso olhar atento sobre a vida de sua mais importante mestra de costuras, Marie Lespinasse, nos ajuda a resgatar uma existência feminina que não só se posicionava de maneiras diversas, mas também era avaliada e conceituada de formas diferentes, e por vezes contraditórias, pelos seus interlocutores. A trajetória desta francesa, cuja imagem podia parecer, por vezes, enevoada, ressalta a heterogeneidade presente naquilo que se era esperado de uma mulher, assim como aponta para a possibilidade da existência

---

<sup>16</sup> BONADIO, Maria Claudia. **Moda e sociabilidade**: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 27.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 200.

de relacionamentos amorosos que ultrapassavam a velha parelha controle masculino – submissão feminina.

Marianna Prado, a rica neta do conselheiro do Império Antônio Prado, é o foco da nossa análise no terceiro capítulo. A acusação que recai sobre ela, de ter comprado com dinheiro falso na *Casa Raunier*, a coloca como manchete nas páginas dos jornais por vários meses nos anos de 1920 e 1921. Tamanha exposição nos abre caminho para adentrar na emaranhada teia que podia ser a vida de uma mulher nas primeiras décadas do século XXI, assim como vislumbrar os diferentes discursos, proferidos por diversos atores e agente sociais, a respeito do que acreditavam ser ou não ser apropriado ao comportamento feminino.

No quarto e último capítulo, trazemos diversas situações onde mulheres e homens adentraram o espaço público fazendo uso de vestuário considerado inadequado. Tais situações revelavam diversas disputas em torno de identidades de gênero, mas foram narradas pela imprensa como se fossem apenas casos de disfarce, simulação e engano.

Os jornais privilegiados para esta análise são aqueles que, orientados por uma perspectiva de lucro empresarial, desejavam alcançar um público muito amplo e diversificado, abrindo assim espaço em suas páginas para diferentes vozes. Como *O Jornal do Brasil*, *A Gazeta de Notícias* e *O Correio da Manhã*. Ana Ottoni nos informa que, no início do século XX, estes eram considerados os três maiores jornais da época. Tais periódicos representavam não apenas os interesses da elite política e econômica, mas buscavam ganhar, também, espaço entre os setores médios e pobres da população, preocupando-se, desta forma, em representar suas perspectivas e anseios.<sup>18</sup>

O mais antigo dos três era a *Gazeta de Notícias*, fundada em 1875 pelo médico Ferreira de Araújo. Segundo Eduardo Coutinho, tal jornal tinha na publicidade sua principal forma de sustentação e desejava, por isso, penetrar em todos os meios e círculos sociais.<sup>19</sup> Seu congênere, *O Jornal do Brasil*,

---

<sup>18</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa** (Rio de Janeiro, 1900-1920). 2012. 297 f. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Ciência Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012, p. 18.

<sup>19</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. **O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa** (Rio de Janeiro, 1900-1920). 2012. 297 f. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Ciência Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012, p. 23.

fundando por Rodolfo Dantas em 1891, tinha como marca o profissionalismo jornalístico, contando, a partir de 1906 com impressão em cores e uma máquina de escrever para cada jornalista. Assim como a *Gazeta*, os pequenos anúncios preenchiam quase todas as suas páginas.<sup>20</sup> O mais jovem dos três, *O Correio da Manhã* fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, era também um dos mais baratos da cidade, sendo vendido a 100 réis o exemplar avulso. De acordo com Nelson Werneck Sodré, tal periódico se pautava numa linha combativa, representando sempre os protestos das camadas populares, tendo o objetivo claro de defender os interesses do povo oprimido e humilhado.<sup>21</sup>

Em alguns momentos, por necessidade de complementar informações sobre alguns casos também recorro a periódicos menores, de outros estados ou aqueles que se destinavam a um público específico, como *O Paiz*, *Correio da Noite*, *Jornal do Commercio*, *Correio da Tarde*, *A Notícia*, *O Século*, *A Imprensa*, *O Imparcial*, *A Razão*, *A revista Fon-fon*, *O Correio Paulistano*, etc. Na medida em que aparecem no texto, busco assinalar algumas informações acerca deles, como a abordagem moral e o público ao qual se direcionam, todavia nem sempre pude contar com fontes para acessar tais dados.

O trabalho com tal conjunto documental exige, é claro, que se observe a imprensa não como testemunho inquestionável da realidade, mas como um ator que possui voz, mas ainda assim é capaz de nos oferecer a possibilidade de, através dos posicionamentos que a imprensa tomava, entrever o que as disputas que se operavam na sociedade acerca do que era desejável e indesejável, legítimo e ilegítimo.

Em seu artigo intitulado *Negociações impressas*, Leonardo Pereira chamou a atenção para o fato de muitos historiadores, a partir de 1980, terem deixado de lado o uso da imprensa como fonte para analisar as experiências dos trabalhadores pobres, pelo fato de enxergarem tais testemunhos apenas como forma de disciplinarização da classe trabalhadora através de publicações que reforçavam os projetos sociais e políticos dos proprietários e redatores dos jornais. Na contramão desta visão, Pereira sinaliza que seria possível a

---

<sup>20</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto, 2013, p. 88.

<sup>21</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 286-287.

utilização dos jornais como fontes para o vislumbre da experiência da classe trabalhadora, na medida em que se atentasse para o entrecruzamento de interesses que passaram a permear a atividade da imprensa no Brasil e no mundo a partir de 1870.<sup>22</sup> Desta forma ele afirma que:

Os jornais do período a partir de 1870 eram caracterizados pela polifonia causada pela tensão entre a proposta editorial dos grupos empresariais que patrocinavam cada folha e as expectativas dos diversos grupos de leitores que podiam ter por elas algum interesse.<sup>23</sup>

Outro autor que aponta para o fato de, no uso dos jornais como fontes, não podermos negligenciar os interesses e as relações sociais que compõem a produção de notícias é Leandro Climaco Mendonça. Em sua obra, *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro*, ele afirma que:

A imprensa é um suporte de práticas sociais e, como tal, seu testemunho não é neutro. Ela expressa as subjetividades, interesses e intencionalidades históricas. Ao pesquisarmos qualquer veículo da imprensa, devemos estar cientes de que estamos trabalhando com um suporte que foi – e é – empregado para os interesses mais variados.<sup>24</sup>

A posição de Leandro acerca da utilização dos periódicos vem de encontro a de Valéria Guimarães, utilizando a imprensa paulista como fonte para compreender como eram narrados os suicídios de amor nos anos 1910, ela contribui demonstrando como as narrativas do jornal dialogavam com outros discursos da época e defendendo que tudo o que envolvia os textos circulados pelos jornais devia ser entendido como representação, ou seja, realidades construídas por determinados grupos. Para ela, o conceito de representação seria a chave para a decifração das narrativas da imprensa.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> PEREIRA, Leonardo. *Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: **História**. São Paulo, vol. 35, p.8. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Último acesso em 30 de Maio de 2017.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>24</sup> MENDONÇA, Leandro Climaco. **Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro 1880- 1920**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.23.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Valéria. **Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos 10**. Campinas: Mercado de letras, 2013, p. 23.

## 2.

### A opereta da saia

Entre as muitas mudanças trazidas pelo processo de urbanização do Rio de Janeiro estava a nova interação entre a família e o espaço público. Ainda de acordo com Rosa Maria de Araújo, “O vigor de urbanidade se evidencia, por um lado, pela diversidade de produção de espetáculos teatrais e congêneres e, por outro pela intensificação da chamada vida noturna”.<sup>26</sup>

Entre os muitos cinemas do centro da então Capital Federal figurava, no número 55 da rua Visconde do Rio Branco, o promissor *Chantecler*, fundado em outubro de 1910 pela *Companhia Serrador*. Anunciando sua inauguração no dia 11 de outubro o *Jornal do Brasil* o sinaliza como “incontestavelmente os maiores salões da capital” e preannuncia “constante e ininterrupto sucesso”.<sup>27</sup> Tal prognóstico se mostrou assombrosamente certo, já que menos de 7 meses depois de sua inauguração o *Chantecler* passava por uma reforma para, além de cinema, funcionar também como um teatro.

Em duas semanas foi concluída a obra do novo *Cinema-Theatro Chantecler*, e após a avaliação do engenheiro da polícia, dr. Portugal, a moderna casa estava pronta para a sua inauguração.<sup>28</sup> O espetáculo de estreia foi o famosíssimo *Saia-calção*, opereta do repórter, político e agora diretor teatral *Gastão Bousquet*.<sup>29</sup> Segundo anúncio do periódico *O Correio da Manhã*, em 13 de maio de 1911, dia da inauguração, o espetáculo teve todas as entradas vendidas, no dia posterior teve 5 apresentações e ainda assim centenas de pessoas não puderam assisti-lo por falta de bilhetes.<sup>30</sup>

O sucesso que a opereta representada no *Chantecler* alcançou não ficou restrito ao dia da estreia, mas se prolongou por quase três meses e foi muito enfatizada pela imprensa da época.

---

<sup>26</sup> ARAÚJO. Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 284.

<sup>27</sup> “Cinema Chantecler”. **O Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 fev.,1911. p. 16.

<sup>28</sup> “Chantecler”. **O Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 mai.1911. p. 12.

<sup>29</sup> “O teatro Chantecler”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro,12 mai. 1911. p. 3.

<sup>30</sup> “Cinema-theatro Chantecler”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 mai. 1911. p. 12.

O Teatro Chantecler continua na mesma maré de felicidade com que fez a sua inauguração. A concorrência ao já popular teatrinho prova bem que o carioca não perdeu ainda o hábito de frequentar teatro e que uma tentativa honesta como a do Chantecler tem mil probabilidades de vencer. Hoje, amanhã e sempre, por certo, enquanto não for vista pela população toda da capital, lá teremos o vaudeville *Saia-calção*.<sup>31</sup>

O êxito do vaudeville *A Saia-calção* seguiu-se por três meses, onde todos os dias uma “enchente de pessoas” disputava lugar no novo teatro a fim de assistir a famosíssima peça. Os repórteres da época creditavam o êxito ao fato de tal produção ser baseada no estilo “teatro popular”, um gênero teatral que acreditavam ser o preferido do povo da capital federal.<sup>32</sup> O cronista do *Correio da Manhã* aponta que “o vaudeville *saia-calção* está fazendo rápida carreira para o primeiro centenário. O sucesso da *saia-calção* leva-nos a crer que o gênero é dos que merecem ser explorado no teatro.”<sup>33</sup>

Analisar se os repórteres e cronistas estavam realmente certos nas conjecturas que faziam a respeito do novo teatro e do sucesso alcançado por ele com a peça da *saia-calção* não é um dos pontos que este trabalho pretende alcançar. Muito mais do que a forma utilizada na produção do espetáculo, interessa-nos o conteúdo abordado por ele. Na medida em que, pode-se enxergar a produção teatral do período no Brasil como um espelho das situações e experiências que estavam sendo vivenciadas naquele momento ou, como diria Hamlet, “apresentar um espelho à natureza (...) à própria época e corpo do tempo suas formas e pressões”.<sup>34</sup>

A *Saia-calção*, peça que venceu o recorde dos espetáculos do gênero, tendo seu centenário de apresentação comemorado em 2 de julho de 1911<sup>35</sup>, tinha como enredo principal um episódio onde três mulheres, *Adelaide*, *Panchita* e *Julinha*, eram vaiadas ao aparecerem caminhando na movimentada Avenida Central trajando uma roupa que era uma mistura de calças e saias.<sup>36</sup> Tal trama não era, de maneira nenhuma, fruto da imaginação de seu criador.

<sup>31</sup> “Várias notícias nacionais e estrangeiras”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 mai. 1911, p.2.

<sup>32</sup> Barbara Heliodora explica que a partir do advento da República no Brasil, em 1889, as peças mais sérias tornaram-se raridade no país, enquanto a música invadiu os palcos com burletas, operetas e adaptações de óperas e revistas. Isto porque o clima intranquilo do período não favorecia uma dramaturgia de maior peso. Para mais informações ver: HELIODORA, Barbara; BRANDÃO, Tania; MAGALDI, Sábato; MANILO, Flavio. **Brasil, palco e paixão: Um século de teatro**. Aprazível Edições: Rio de Janeiro, 2004.p. 76.

<sup>33</sup> “Várias notícias nacionais e estrangeiras”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 mai. 1911.p.4.

<sup>34</sup> HELIODORA, Barbara; BRANDÃO, Tania; MAGALDI, Sábato; MANILO, Flavio. op. cit., p.77.

<sup>35</sup> “Cinema Chantecler: a saia-calção”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 jul. 1911. p. 4.

<sup>36</sup> “Cinema-teatro Chantecler”. **O Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 mai. 1911. p. 10.

Gastão Bouquest havia apenas adaptado ao teatro cenas que ele ouviu dizer e provavelmente presenciou acontecer no Brasil e em outros países onde a *saia-calção*, foi usada.

A *saia-calção* era, na verdade, o nome brasileiro para a *jupe-cullote*, uma invenção francesa que mesclava saias longas por cima de calças largas. Acredita-se que tal estilo de vestimenta tenha sido criada pelo alfaiate francês *Paul Poiret* que teria se inspirado no vestuário oriental para compor o traje.<sup>37</sup>

Vejam os a caracterização que a *Revista Ilustração Brasileira* fez do polêmico traje:

Os costureiros lembraram-se de chama-los falzar, que o verdadeiro nome das calças, mas o nome rebarbativo, de pronúncia difícil não pegou. [...] É uma calça longa, de cetim macio, sobre a qual cai uma saia com elegantes apanhados. Nesse ponto é a imaginação do costureiro que se pode exercer. As vezes a saia é simplesmente fendida, de uma forma que deixa ver apenas a extremidade inferior da calça e se tem a ilusão de ser uma saia comum. Outras vezes a saia é simplesmente apertada nos tornozelos arredondando-se muito bufante. Outras, mais audaciosas, abrem-se de um lado e outro, desafiando olhares indiscretos.<sup>38</sup>

Apesar de hodiernamente, em nossa sociedade, o uso de calças por mulheres ser algo corriqueiro, no início do século XX o novo modelo de roupas causou diversos alvoroços no Brasil e no mundo e foi alvo de severas críticas, sendo apontado até como causa do assassinato de uma mulher na Romênia.<sup>39</sup> Até mesmo em países ditos mais civilizados, o uso do traje foi alvo de algumas agitações como na França, Inglaterra, Hungria e Áustria.<sup>40</sup>

Contrariando a afirmação de Lavier, que explicitava o uso de saias e calças por ambos os sexos, homens e mulheres do período em questão fizeram da vestimenta francesa um campo de conflito, cuja observação de seus relatos nos jornais nos leva a questionar, por que um simples traje causava tanto incômodo nas sociedades de diversos países. Desta forma, o presente capítulo volta-se à análise de como o traje foi recebido no Brasil, que debates seu uso

<sup>37</sup> “Paul Poiret foi o grande costureiro francês que precedeu a Primeira Guerra, assim como outros reformadores odiava o espartilho. Defendia que se devia mostrar a beleza natural do corpo feminino. Para mais informações ver: LEHNERT, Gertrud. **História da moda do século XX**. Colônia: Konemann Verlagsgesellschaft, 2000.

<sup>38</sup> **Revista Ilustração Brasileira**, n. 44, p.16, 1911.

<sup>39</sup> Segundo periódicos como O Diário do Maranhão e o Estado do Pará, numa cidade da Romênia um noivo abriu fogo contra sua prometida por esta ter ousado sair à rua trajando um modelo de jupe-cullote. “A Juppe-cullote. Crime horrível. O noivo mata a noiva”. **Estado do Pará**, Pará, 30 jul. 1911, p. 1. Reproduzido pelo Diário do Maranhão na página 1 em 24 de julho de 1911.

<sup>40</sup> “Hungria e Áustria reagem mal à saia calção e a entrave”. **Diário do Maranhão**, Maranhão, 27 abr. 1911, p. 2.

suscitou entre a sociedade brasileira do período, e qual significado era atribuído ao traje pelas mulheres que “ousaram” transitar nas ruas coberta por ele e pelos homens que dedicaram tempo a analisa-lo. Além disso, o exame de particularidades da vida das mulheres envolvidas nas questões ligadas ao traje em questão também são terreno fértil para adentrarmos na dinâmica das relações de gênero do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

## 2.1. A saia na boca do povo.



Figura 1. Madame Calandra usando um modelo de *saia-calção*.  
Caretta, 25 de março de 1911, p.10.

As primeiras aparições da *saia-calção* no cenário brasileiro não passaram despercebidas, pelo contrário, causaram grande alarde e demandaram, em alguma medida, a participação da força policial. Em 12 de março de 1911, a *Gazeta de Notícias* narra, com o ruidoso subtítulo de “Uma vaia na Avenida Central” um episódio onde duas moças foram perseguidas pelas ruas do centro da cidade porque uma delas estava vestida com um traje diferente do que os cariocas estavam habituados. Apesar de longo, partes do trecho merecem ser aqui reproduzidas.

Paravam os que passavam e logo aderiam ao bolo imenso de gente que seguia às duas senhoras, uma, honestamente vestida, de saia preta e blusa branca, outra, de vestido

completo, preto, entravée, dum tecido largamente rendado, deixando ver, ao passar, pelos golpes indiscretos da luz, as pernas escondidas numa espécie de calção branco. O escândalo refervia, um ou outro, mais atrevido, avançava para a senhora, alvo do espanto geral, a fim de ver melhor o que ela tão mal queria encobrir.

Chegava-se ao excesso.

No momento chegou um delegado protestando:

- Isto é um escândalo, nem parece que estamos numa cidade civilizada! Guarda-civil, chame os automóveis da Força Policial.

Enquanto o guarda-civil partiu para cumprir a ordem, as duas senhoras refugiavam-se na *Camisaria Francesa*. [...]

Ao chegar à avenida principiaram as exclamações e as manifestações de assombro, que chegaram quase ao escândalo do apalpamento, porque há muita gente que só acredita vendo e apalpando... [...]

A polícia chega aos autos. A Guarda-civil também estava à porta...

Mas isto só não chegou, os delegados chamaram então o apoio da cavalaria. [...]

Os delegados e suplentes cercaram as duas moças. Houve ordem de marcha, depois da polícia ser impotente para arrender das portas da camisaria aquela multidão curiosa. [...]

Uma grande vaia estalou.

E a saia-calção ou sans dessons exagerados, sentiu-se humilhado ante aquele grito de desaprovação e de ridículo. [...]

A beleza da criatura que ontem a levou, pela primeira vez entre nós, não obistou a vaia. Imaginem se fosse feia.<sup>41</sup>

O primeiro apontamento a ser feito sobre o episódio é de que ele não foi originado pela *saia-calção*, mas sim por outro traje, a *entravée*, uma saia longa e justa que limitava os movimentos femininos a pequenos passos.<sup>42</sup> O segundo é que, em nenhum momento é narrado algum gesto por parte do povo que corrobore com a posição do repórter de que a vestimenta da moça era desaprovada pela população. Pelo contrário, o que fica claro é que o traje era desaprovado pelo próprio repórter no trecho em que o mesmo compara as roupas das duas moças, usando para a primeira a expressão “honestamente vestida” em contraposição àquela que trajava a *entravée*. A presença da multidão que seguia as moças poderia ser justificada baseada na curiosidade que o novo traje poderia causar, no entanto o jornalista entende que tal presença está fundamentada no assombro e indignação que a vestimenta causara nos transeuntes. Ele chega a presumir, com ironia, que o uso do traje levaria ao “escândalo do apalpamento, porque há muita gente que só acredita vendo e apalpando”.<sup>43</sup>

A pressuposição do repórter, de que algum rapaz mais atrevido pudesse de fato tocar o corpo da moça sem o consentimento dela em meio à multidão,

<sup>41</sup> “A saia-calção. Uma vaia na avenida central. Uma saia que põe em polvorosa a polícia”. **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1911, p. 6.

<sup>42</sup> “Uma questão grave. Vencerá ou não? O mundo civilizado impressiona-se com a questão”. **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1911, p. 2.

<sup>43</sup> “A saia-calção. Uma vaia na avenida central. Uma saia que põe em polvorosa a polícia”. **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1911, p. 6.

encontra eco numa velha prática masculina e abusiva observada no Rio de Janeiro. Segundo Luiz Edmundo, em seu *O Rio de Janeiro de meu tempo*, importunar as mulheres na rua era um hábito muito comum e era possível até classificar os sujeitos que se prestavam a tal comportamento em duas categorias, os *Bolinas* e os *Tira-camisas*. Os primeiros agiam nos bondes, onde escolhiam uma vítima sozinha para sentar-se ao lado e enroscar-lhe as pernas, mantendo-a prisioneira até o fim da viagem. Já os segundos, valiam-se de uma conduta mais sutil, mas não menos abusiva e obscena e consistia em parar nas ruas e avenidas e constranger as mulheres que passavam, observando-as de maneira indecente como se pudessem lhe arrancar as peças do vestuário com os olhos.<sup>44</sup>

A imprecisão do repórter, ao não distinguir a *jupe-cullote* da saia *entravée*, pode ser explicada pelo fato de nos primeiros anos do século XX a população abastada do Rio de Janeiro, assim como de São Paulo e demais grandes centros do Brasil, buscar seguir o ritmo das inovações do período através do consumo de roupas que lhes criassem signos de modernidade. Desta forma, algumas delas aderiam rapidamente aos diversos modelos indumentários que a moda lançava de forma acelerada. Além disso, não havia ainda muitos colunistas de jornal especializados na crítica de moda no Brasil, ficando tal função a cargo de quem mais afinidade tivesse para tal. Assim sendo, a confusão entre os modelos *entravée* e *jupe-cullote* pelo repórter e pela população curiosa não era assim tão estranha. Tanto que em 09 de março de 1912 a revista *O Malho* publicou uma fotografia onde se podiam ver três mulheres caminhando juntas em cuja legenda dizia, “três senhoritas *entravée* passando pela Rio Branco. A do meio parece estar de *jupe-cullote*, mas não está”.

---

<sup>44</sup> EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro de meu tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 78-82.



Figura 2. Senhoritas caminham na Avenida Rio Branco. O Malho, 09 de março de 1911, p.49.

A *saia-calção*, segundo as colunas de moda dos principais periódicos brasileiros de então, era uma resposta dos costureiros ao fracasso da saia *entravée* que assim como sua substituta também fora alvo de diversos ataques por parte dos mais conservadores. No entanto, a justificativa dos ataques se baseavam em argumentos diferentes. A base principal de ataque às saias *entravée* era assentada no perigo que ela poderia causar à vida da mulher. Tal gravidade foi exposta pelo colunista do *Correio da Manhã* em 11 de setembro de 1911, onde após qualificar os modelos *entravée* como “deselegantes e ridículos” narra um curioso acidente motivado pela roupa e acontecido em Paris.

Uma elegante rapariga [...] abraçara a moda com o ardor de alma entusiasta e enfiara o corpo gracioso num vestido travadinho, que é como na Europa designam esses novos produtos da fantasia das modistas. [...] Ficou sendo uma travadinha de passos curtos e rápidos. A linda X dirigia-se em automóvel para Enghien, quando, ao passar pela Avenida Enquiray se deixou seduzir por algumas flores que estavam expostas na montra de uma florista. Ordenou ao choffeur que parasse o auto e desceu. No momento porém em que se apeava, o aperto da saia estreita, impedindo-lhe o natural movimento das pernas, fez com que a linda X desse um passo em falso o que a obrigou a cair, ficando estatelada na calçada. Por maior infortúnio, a linda X, ao cair, bateu com o pescoço num fundo de garrafa, recebendo um golpe profundo. Acudiram-lhe prontamente alguns transeuntes que procuraram erguê-la, vendo-se então que, além do grave ferimento no pescoço de onde o sangue saia com violência, a infeliz moça tinha partido um dos artelhos.<sup>45</sup>

<sup>45</sup> “Acidente em Paris por causa da saia travadinha. O que vai pelo mundo”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 set. 1910, p.1.

Apesar da assombrosa narrativa, o colunista informa que a moça foi medicada e levada para a casa, mas não para por aí. Ele prossegue explicando que um incidente parecido poderia ter acontecido na Avenida Central se, ele mesmo, não tivesse, velozmente, levantado do chão uma moça que estava prestes a ser atropelada por um bonde, após cair por ter seus movimentos limitados pela saia *entravée*. O que sobressai da narrativa é a imagem que seu autor constrói da mulher em geral. Observe-se a explicação que é oferecida para a moça que sofreu o acidente em Paris ter saído de seu automóvel. Segundo a narrativa, ela foi “seduzida” pelas flores que estavam expostas na rua. Num trecho do texto que não foi transcrito acima, ele afirma que “a moda, talvez por ser feminina, é da mais espantosa volubilidade” e que algumas mulheres viveriam apenas para “se consagrarem às modas”. Desta forma, ao invés de oferecer ao leitor críticas do mundo da moda, o que o autor faz, na verdade, é reafirmar uma representação da mulher associada à toda uma gama de características como: volubilidade, fantasia, ingenuidade, futilidade etc. Características essas que, como já postulado por diversos autores, não eram naturais do sexo feminino, mas construídas socialmente a fim de justificar as funções que homens e mulheres deveriam desempenhar na sociedade.<sup>46</sup>

Além do perigo que a *entravée* oferecia ao caminhar das moças outra ameaça apontada pelos jornais era a de que ela atrofiaria as pernas e a musculatura feminina, já que a estreiteza do corte no tecido só permitiria passadas muito curtas. O repórter da *Gazeta de Notícias* argumentava que:

A *entravée* ameaçava o sexo feminino de um perigo sério. [...] Ora, a função da perna é andar, mover-se, curvar-se na igreja, ou diante do namorado, dançar, correr, arremessar uma bola, subir escadas ou dar um pontapé. E como podem as pernas funcionar amarradas? Calcule vossa excelência as atrofias e anquiloses que produziria essa moda em dez anos. [...] A jupe-cullote é a saia perfeita, com ela pode uma senhora correr da chuva, de um incêndio ou do pecado.<sup>47</sup>

<sup>46</sup> Rachel Soihet mostra como a instauração da ordem burguesa, entre o fim do século XIX e início do XX, contribuiu para a construção de uma imagem da mulher, onde se destacavam sua fragilidade física, delicadeza e debilidade moral, com o intuito de redefinir o controle dos homens sobre o elemento feminino. Cf. SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 113-118.

<sup>47</sup> Ainda a Jupe-cullote. **Gazeta de Notícias**, 19 de março de 1911, p. 5.

Apesar de tocar em um assunto sério como a saúde feminina, o escritor da reportagem faz, diversas vezes, emprego da ironia ao se referir as possibilidades que a saia calção traria à rotina das mulheres indicando que com tal traje seria possível “fugir do pecado e dar pontapés.” Rachel Soihet, ao analisar as reações ao movimento feminista no Brasil na segunda metade do século XX, aponta que o uso da zombaria, ridicularizando as mulheres, constituiu-se como algo habitual na tentativa de frear os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos.<sup>48</sup> Tal hábito podia ser facilmente identificado nos materiais da imprensa carioca quando tratavam acerca do comportamento e das vestimentas femininas. A maior parte das reportagens que discorriam sobre a saia *entravée* e *saia-calção* estavam carregados de ironia e de um humor que desprestigiava o elemento feminino.

Vejamos esta anedota publicada pela *Revista da Semana* em 1 de abril de 1911:

Segundo informações de gente autorizada, se triunfar em toda linha, como parece a *jupe-cullote*, se todas as nossas galantes patricias a adotarem, em breve, vai ser redigido e enviado, ao nosso ilustre prefeito do Distrito Federal, um ofício em que se comunicará que: em vista da abolição da saia *entravée*, e, portanto, da reabilitação do movimento das pernas, pode, V. Excelência, ordenar o restabelecimento da 3ª velocidade dos automóveis pelas ruas centrais, pois, para evitar desastres terão as gentis cariocas o recurso salvador das pernas e, conseqüentemente, da escapada imediata, podendo mesmo saltar e correr com o desembaraço de qualquer membro do sexo barbado.<sup>49</sup>

Ainda que o trecho se trate de uma anedota, com a finalidade clara de provocar o riso, não se pode ignorar que sua criação retrata uma nítida depreciação da mulher. Supondo-se que de fato os modelos *entravée* tenham sido responsáveis por alguns incidentes com senhoras nas ruas, não é este o motivo que levaria as mulheres da anedota a deixarem de usá-lo. Para o autor da historieta seria a excitação da novidade da *jupe-cullote* que levaria a abolição da *entravée*. Em outras palavras, é como se o autor estivesse dizendo que as mulheres abandonaram o modelo *entravée* apenas porque a *saia-calção* se apresentava como a “última moda” e não porque foram capazes de identificar que a estreiteza da *entravée* realmente constituía-se como um perigo para o seu dia a dia. Parafraseando o colunista que narrou o incidente com a *entravée* em

<sup>48</sup>SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

<sup>49</sup>“Reflexões”. **Revista da Semana**, Ano XI, n. 568, 1 de abril de 1911, p. 10.

Paris, poderia se dizer que, de acordo com a anedota da *Revista da Semana*, “as mulheres vivem apenas para se consagrarem à moda”.

Um grande número de publicações que abordaram o tema das novas modas femininas, o fizeram utilizando, além da ironia, o recurso gráfico das charges. Sobre este tipo de registro, Henri Bergson nos aponta que a insensibilidade se torna condição necessária para o riso provocado pela comicidade das caricaturas e charges. Além disso, ele nos chama a atenção para o fato do riso, quando gesto social, ser um elemento que inspira terror e reprime excentricidades.<sup>50</sup> Analisando um conjunto de 202 caricaturas, publicadas por jornais brasileiros, durante a Guerra do Paraguai na segunda parte do século XIX, Mauro César Silveira postula que, “como guardião dos costumes, o riso não pode ser considerado absolutamente justo. E nem bom, uma vez que sua função é intimidar humilhando”.<sup>51</sup>

Como já dito anteriormente, as justificativas aos ataques à *entravée* se baseavam em argumentos diferentes daqueles utilizados contra à *jupe-cullote*. Desta forma, enquanto a primeira era execrada por seus possíveis prejuízos à saúde, a segunda era rejeitada pois, para muitos homens e mulheres, representava uma terrível ameaça para a manutenção da fronteira que separava os gêneros.

A popular revista ilustrada *Fon-fon* nos oferece um excelente exemplo de como a *jupe-cullote* foi interpretada pelos seus editores e pela parcela mais conservadora da sociedade.

Antes de analisarmos algumas charges publicadas por ela, vale a pena nos deter nas informações que Vivian Marcelo traz sobre tal periódico. De acordo com Vivian, revista semanal *Fon-fon* circulou entre 1907 e 1945 informando sobre a moda em Paris e sobre o cotidiano carioca através do uso de notas e charges. Seus fundadores, os intelectuais simbolistas Lima Campos, Gonzaga Duque e Mário Pederneiras, uniam nesta revista literatura, charges e fotografias das obras de modernização e do cotidiano da população carioca. A *Fon-fon* era uma revista escrita por homens, cujas publicações visavam orientar

---

<sup>50</sup> Apud. SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel**: a charge como arma na guerra contra o Paraguai. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 26.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 27

os comportamentos de acordo com os sexos e, assim, dividir o mundo hierarquicamente entre masculino e feminino.<sup>52</sup>

Vejamos, agora, a charge publicada pela revista em 01 de abril de 1911:



Figura 3: Charge. Fon-fon, 01 de abril de 1911, p.26

A charge, que tem como título “Uma vantagem”, mostra uma bela jovem vestindo um modelo de *saia-calção*, logo atrás dela se vê um homem, aparentemente muito extenuado, com muitas gotas de suor pingando de seu rosto, que tenta alcançá-la, mas não consegue. A charge ainda traz uma legenda explicativa que informa: “Safa! Como agora andam depressa!” Ainda que a ilustração não trouxesse elementos como o título e a legenda não seria muito difícil para os leitores da época entenderem o que ela estava querendo dizer. A *jupe-cullote* da ilustração apresenta tecido em demasia, a passada que a moça que a usa está dando é maior do que a passada do homem que a segue. Desta forma, para Raul, autor da charge, a vantagem relevante da *saia-calção* se resumia no fato dela permitir às suas usuárias andarem mais depressa do que os atrevidos homens que se sentiam no direito de importunar as moças que andavam sozinhas nas ruas. Ainda que o chargista tenha evidenciado com ironia uma situação real, já que, de fato não era raro moças serem importunadas por homens desconhecidos

<sup>52</sup> FERREIRA, Vivian Marcelo. **Moda e condição feminina nas páginas da Fon-fon: 1910-1920.** Mestrado em História. Dissertação de Mestrado. 153p. São Gonçalo. Uerj, 2016, p. 16-17.

na rua, seu desenho evidencia o uso de calças por mulheres como uma grande piada, algo que, de tão absurdo, se tornava cômico.

O leitor mais desatento da revista poderia imaginar que seus editores defendessem o uso da *saia-calção* por considerarem-na um símbolo de modernidade. E que, o objetivo da charge publicada fosse mostrar às mulheres, através do humor, os benefícios oferecidos pelo traje. Na verdade, a intenção é completamente oposta, pois a ilustração é construída no sentido de demonstrar aos homens como a adoção da calça pelas mulheres podia tornar o controle masculino sobre elas mais difícil já que, desprendidas das saias *entravées* e outras peças que aprisionavam os movimentos, elas poderiam, facilmente, não só se desvencilharem de seus assediadores, mas também exercerem uma série de atividades que usando outras roupas seriam impossíveis. O humor da charge reside exatamente no fato da mulher, entendida sempre como ser mais fraco, ser apresentada andando mais depressa e mais ágil do que o homem. E a série de “vantagens” trazidas pela saia-calça não para por aí.

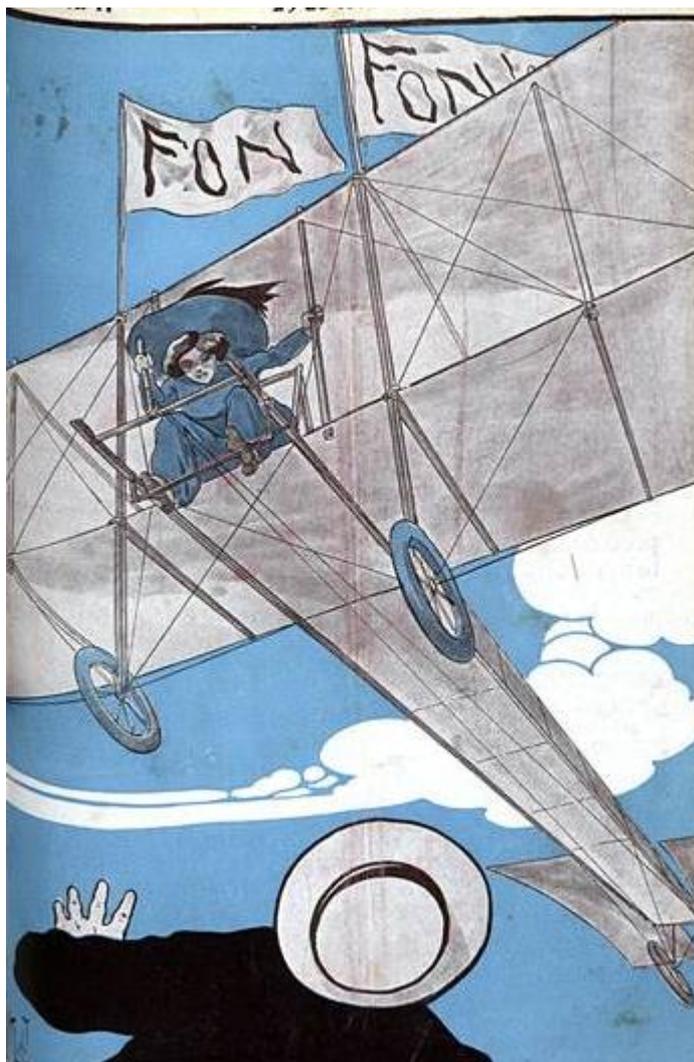


Figura 4. Charge. Fon-fon, 29 de novembro de 1911, p.1

A imagem mostra uma mulher de saia-calça pilotando um aeroplano, na parte baixa da figura temos um homem de chapéu que olha muito espantado para o alto. Não nos enganemos, a vantagem que a ilustração quer ressaltar não é possibilidade de, agora vestindo trajes mais adequados, as mulheres poderem desempenhar funções de homens, como pilotos, mas apresentar, de forma irônica, a desvantagem de os homens não poderem mais observarem seus corpos em situações que exigissem determinados movimentos. Na edição da quinzena posterior, novamente a *saia-calção* tornava-se objeto de sátira, vejamos:



Figura 5. Charge. Fon-fon, 13 de maio de 1911, p.35.

Diferente da anterior, esta charge necessita do auxílio de uma legenda para ser entendida e provocar o riso dos leitores. Atrás de um boxe, uma mulher branca que acaba de tomar banho dirige-se à sua criada negra dizendo: “Você já viu uma senhora honesta sair de jupe-cullote sem ceroulas, Francisca?” O que se pretende dizer, na verdade, é que o uso de calças por mulheres seria tão ridículo quanto o uso de ceroulas. Ao apossar-se de um modelo de vestimenta que, até então era considerado predominantemente masculino, as mulheres estariam rompendo os limites de sua esfera de atuação para invadir o espaço dos homens, já que manter as demarcações entre os sexos era imprescindível para a manutenção do poder que os homens exerciam sobre as mulheres. Um trecho de uma conferência publicado na coluna *Feminismos* da revista ilumina nossa percepção do perigo que a igualdade entre os sexos, possibilitado, entre outras coisas, pelo uso da saia calção, podia representar para a manutenção do poder masculino sobre a mulher.

[...] o aparecimento da *jupe-culotte*, cuja vitória, influindo na psicologia feminina, poderia determinar imprevistas modificações na ordem social. Originária dessa tentativa a insinuante *jupe-fendue*, adquire os fofos planejamentos impostos pelos apertos dos alfaiates, mas insubsistentes, por contrariarem os irrevogáveis pontos de vista de nosso tempo. [...] Os abusos do sufrágismo representam os eversivos excessos peculiares de qualquer movimento libertário. Este acabará na plena igualdade jurídica e política dos sexos; à ousada luz de uma nova moral, amplificando o divórcio, poderá reduzir o casamento perpétuo a uma aliança de duração regulada pela existência dos sentimentos que a fundaram [...].<sup>53</sup>

Entendendo o sufrágismo e a *jupe-culote* como elementos capazes de colocar homens e mulheres em condições de igualdade, o trecho pressagia, entre outras coisas, a dissolução dos casamentos e aumento de divórcios. Tal entendimento se faz mediante a compreensão de que o casamento seria, a única forma de inserção social possível às mulheres. Tal previsão se torna viável porque o futuro equilíbrio de condições entre os sexos ansiado pelas sufragistas, proporcionaria à mulher a possibilidade de subsistência própria, sem a dependência do homem, o que levaria a libertação dos casamentos que não eram baseados nos sentimentos e sim na dependência financeira.

É, ainda, Vivian Marcelo quem observa que tal periódico fazia críticas constantes às jovens mulheres que utilizavam a *saia-calção*, pois enxergavam tal uso como uma forma de “modernização demais”, além de considerar o uso do traje como forma de protesto e associação ao movimento feminista. Segundo a autora, o uso que a revista fazia de charges que ridicularizavam as usuárias da *saia-calção* era o meio mais eficaz de intimidar tais mulheres e manter o feminismo no limite do que consideravam aceitável.<sup>54</sup> Desta forma, para ela:

Então, mais do que uma simples estética da moda, onde as mulheres teriam que optar por aderir ou não ao uso das calças, utilizá-las seria de certo modo apoiar as ideias feministas e conseqüentemente discordar dos padrões de comportamento feminino impostos socialmente.<sup>55</sup>

O alvoroço e a curiosidade que a *saia-calção* despertava não ficou restrito à Capital Federal, mas se repetiu por várias cidades brasileiras onde o traje foi utilizado. O periódico *A Opinião Pública*, transcreve de outro jornal

<sup>53</sup> “O feminismo”. *Careta*, n. 332, p. 7, out. 1914.

<sup>54</sup> FERREIRA, Vivian Marcelo. **Moda e condição feminina nas páginas da Fon-fon: 1910-1920**. Dissertação de Mestrado. 153p. São Gonçalo. Uerj, 2016, p. 75-76.

<sup>55</sup> *Ibid.*

gaúcho um incidente entre a força policial e populares motivado pelo traje na cidade de Rio Grande.

A polícia do Rio Grande exibiu ontem novamente os seus péssimos instintos, praticando uma cena de selvageria em plena praça General Telles, à hora em que mais concorrido de famílias estava aquele passeio público. Eram, aproximadamente 8 horas quando ali se apresentou a cançonetista Alzira Campos, vestindo a moderna saia-calção, com que, aliás, passara pelas ruas, à tarde, sem o menor inconveniente. Fazia-se acompanhar do sargento Antero Costa e de duas praças de polícia, que certamente obedeciam à ordem superior, de forma alguma justificável, a não ser pelo desejo da autoridade, no caso o subtendente da 1ª zona, de mostrar-se publicamente protetor da referida mulher. Que essa proteção extemporânea da polícia não tinha ali razão nenhuma de ser, logo se verificou, porquanto Alzira Campos, em vez de recebida com apupos, o foi por entre salva de palmas dos inúmeros rapazes que se encontravam naquele local. Mas, ao que se vê, a autoridade queria a todo transe exibir sua força protetora, e ante aquela manifestação de puro agrado dos moços, os guardas-costas da cançonetista, então reforçados por muitos outros beaguins, entraram a espancar o povo, atirando-lhes cutiladas a torto e a direito.<sup>56</sup>

Longe de demonstrar uma aceitação ou recusa da calça-saia francesa, a narrativa do noticiário gaúcho agiu no sentido de denunciar o caráter arbitrário da força policial contra o povo. Mas o que temia a polícia, o que ela estaria tentando prevenir ou evitar? Como já indicado anteriormente, era frequente a importunação feita às mulheres nos espaços públicos por parte dos homens, diante disto, em diversos momentos, a força policial intervinha de maneira a oferecer proteção às mulheres, ainda que elas não solicitassem. *O Guia Policial do Distrito Federal*, organizado pelo comandante Gregório Thaumaturgo de Azevedo, recomendava aos seus agentes de rua que:

Os policiais cercarão as senhoras da maior proteção, impedindo que sejam perseguidas por indivíduos devassos ou alvo de seus ditos grosseiros e obscenos, não sendo mister para que intervenham em tais situações, que as senhoras lhe dirijam alguma solicitação. Estas, em regras, sofrem –nas em silêncio, evitando o escândalo que lhe dará uma desagradável notoriedade. Espontânea ou solicitada, a intervenção dos policiais deve ser discreta, polida e enérgica.<sup>57</sup>

Como assunto preferido durante alguns meses nos periódicos, a *jupe-cullote* se tornou até tema de concursos na revista *Leitura para todos*, periódico mensal que se autoproclamava totalmente voltado para às classes populares, com o menor preço, 500 réis, e o maior número de páginas, cerca de 150.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> “Selvageria. A *jupe-cullote*”. **A opinião pública**. Porto Alegre, 25 de abril de 1911, p.2.

<sup>57</sup> AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. **Guia Policial do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira, 1910.

<sup>58</sup> “Leitura para todos”. **Leitura para todos**. Rio de Janeiro. Ano I, n. I. nov. 1905, p.2.

Além deste, jornais como *A gazeta de notícias* e *O Correio da Manhã* também indagaram, através de concursos, o que seus leitores pensavam a respeito da saia-calção e se tal moda alcançaria sucesso. *A Leitura para Todos* até oferecia um prêmio de 20\$ para a melhor resposta enviada.<sup>59</sup> Assim como nas ruas, as opiniões dos leitores se dividiam entre a aprovação e a rejeição da *jupe-cullote*. Rachel Vieira, a vencedora do prêmio de melhor resposta da *Leitura para todos*, defendeu o traje expondo ser ele o que havia de mais moral, distinto, higiênico e econômico:

A *saia-calção* extingue, por completo, o receio que qualquer saia nos infunde ao subir ou descer um bonde, uma escada, etc. Receio não só dos olhares indiscretos como também dos perigos que elas nos podem causar, prendendo-se nos saltos ou nos botões do sapato. Sou pelo progresso e pela liberdade. Com o progresso a mulher marcha, a passos agigantados, para sua emancipação e é, assim, que a vemos procurar fora do lar doméstico meios de subsistência para si e para os seus. [...] haverá para isso traje mais decente, mais cômodo, mais discreto que a *jupe-cullote*? [...]. Ao meu ver, a *jupe-cullote* não se implantou definitivamente por haver maioria de adeptos das nossas anti-higiênicas saias. Depois dos escândalos havidos com a nova moda, tornou-se impossível a sua vitória. Quem é que quer se expor aos ditos tolos e à chacota de dezenas de retrógrados? Ninguém por certo.<sup>60</sup>

Na defesa da saia-calça, a leitora Rachel cita o fato de seu uso possibilitar, entre outras coisas, a subida e descida de escadas e o transporte nos bondes. O que para ela pareciam ser benefícios, para uma sociedade com rígidos papéis sociais baseados no gênero configurava-se como uma fratura nos padrões de comportamento das mulheres. Como apontado na dissertação de Rosane Feijão, o significado da vestimenta feminina ser mais complicada e não possibilitar a liberdade de movimentos residia na suposição de que as mulheres não deviam realizar grandes esforços físicos, como subir sozinha num bonde. Nesse sentido, a *saia-calção* possibilitava ao elemento feminino mais liberdade de movimentos, não só pelo fato de, dado seu comprimento, não conter riscos de acidentes por prender nas fivelas do sapato, mas também por se tratar de um traje fechado, que garantia às mulheres confiança de exercer qualquer atividade sem a ameaça de mostrar partes de seu corpo aos olhos curiosos.

Além de expor a opinião da leitora Rachel, a revista informa que as respostas desfavoráveis ao novo modelo de roupa feminina foram em número

<sup>59</sup> “Concurso n°37 para senhoras”. *Leitura para todos*. Rio de Janeiro. Ano VI, n. LXI, mar. 1911, p. 188.

<sup>60</sup> “Concurso n°37 para senhoras”. *Leitura para todos*. Rio de Janeiro. Ano VI, n. LXI, mar. 1911, p. 123 - 124.

muito mais considerável do que as que defendiam o traje e acreditavam que ele fosse virar um forte costume. Em seguida, transcreve o parecer da leitora Carolina Rodrigues que enxerga a nova moda como signo de mau gosto.

Tratando da atual moda saia-calção, asseguro que a pessoa que tiver bom gosto não a usará. [...]. Quanto aos preconceitos que geralmente assinalam para realçar semelhante moda, não concordo, pois elegância não tem, higiene do mesmo modo, porquanto não abole o uso do colete que é o objeto mais prejudicial à saúde feminina, segundo opiniões dos higienistas. Dizer que facilita os movimentos, também discordo, porque julgo tolice afirmar que as calças favorecem os passos; demais, para que precisa a mulher igualar os seus trajes aos do homem, se ele difere da mulher nas ocupações e na sociedade? É para mim uma verdadeira aberração tal ideia. [...]. Assim sendo, penso que, apesar do grande apoio que tem tido não poderá ser o costume de amanhã.<sup>61</sup>

Depreende-se dos relatos das leitoras do *Leitura para todos* as diferentes óticas sob as quais o novo traje era visto, assim como os diferentes entendimentos que os leitores da revista tinham a respeito do que era desejável e indesejável no comportamento de uma mulher. Rachel Vieira, defensora da *jupe-cullote* o enxerga como fruto do progresso, não apenas do mundo e da moda em si, mas do progresso da mulher na sociedade. Mulher esta que a leitora enxerga dando os primeiros passos na inserção do mundo do trabalho, antes dominado pelos homens. Nesse sentido, o traje é visto como um facilitador nas tarefas laboriosas. Posição muito distinta desta, defende Carolina Rodrigues que repudia a *saia-calção*, usando como argumentos apenas o fato dela ser, em sua opinião, “feia e de mal gosto”. Além disso, Carolina expressa um sentimento de execração ao imaginar um traje cujo objetivo seja facilitar às mulheres o desempenho de tarefas tradicionalmente masculinas, visto que para ela o desejo da mulher em desempenhar atividades fora de seu ambiente doméstico seria uma aberração. O posicionamento de Carolina não é, de maneira nenhuma desacertado. Ele vai completamente de encontro ao pensamento que, por ora, dominou o conceito de moda de sua época. Gilda de Mello e Souza assinala em *O espírito das roupas*, que na heterogeneidade da sociedade o contraste mais acentuado era aquele que marcava, através das roupas, as diferenças sexuais.<sup>62</sup> Desta forma, para a leitora Carolina, e para tantas outras mulheres e homens de então, aceitar um traje que diminuía a

<sup>61</sup> “Concurso nº37 para senhoras”. *Leitura para todos*. Rio de Janeiro, março de 1911, p. 124.

<sup>62</sup> SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.55.

fronteira entre os gêneros, possibilitando às mulheres liberdade de movimentos igual a dos homens, era inconcebível.

Os leitores homens também se sentiam no direito de expressar opiniões a respeito do polêmico traje, mesmo quando não estavam participando de concursos. É exatamente isto que faz Candido Albuquerque, morador do bairro de Todos os Santos e leitor assíduo do *Binóculo*, crônica diária da *Gazeta de Notícias* que alcançou muito sucesso informando sobre elegância. Demonstrando seu total desapontamento pela posição tomada por Figueiredo Pimentel, redator da coluna, com relação a *jupe-cullote*, enviou uma carta que foi publicada pelo jornal em 18 de março de 1911.<sup>63</sup>

O redator da tão apreciada secção O Binóculo, mostra-se agora magoado com o insucesso que teve a primeira senhorita que se atreveu a usar a saia-calção. E tão sentido ficou, que comparou a nossa capital com um país de botocudos. Não, senhor redator, o Binóculo desta vez não teve razão. O seu redator principal, morador de Todos os Santos, tido, havido e respeitado pai de família, embora fazendo bastante reclame da saia-calção, não seria capaz de consentir que sua estremecida esposa, uma sua filha moça, ou uma sua irmã que lhe fosse bastante cara, não seria capaz, repito, de consentir, que qualquer dessas que menciono, viesse para a Rua do Ouvidor ou Avenida Central, vestida com a tal saia-calção, mostrar a sua carnadura, os sinais do seu corpo, assentar-se nos Castelões, como qualquer de nós homens, trançar a perna e palestrar.<sup>64</sup>

Duas coisas ficam evidentes nas declarações de Albuquerque, a primeira é que para ele a *saia-calção* seria um traje indecente, que revelaria elementos do corpo da mulher. A segunda, sua arraigada convicção de que o homem, poderia e deveria consentir ou não nas vestimentas femininas. Além disso, Albuquerque corrobora com a posição da leitora Carolina, pois para ele também era inaceitável que as mulheres começassem a assemelhar seu comportamento aos dos homens, ocupando os espaços públicos.

Outro homem que reivindicou seu direito de expressão a respeito da nova roupa foi o irreverente leitor do *Correio da Manhã*, Charles Creos:

Nós os homens, sem distinção de idade, achamo-la (a saia-calção) muito chic, principalmente se for bem exagerada, como se tornará em poucos dias, indubitavelmente atendendo a que por ser um foco de atração da cupidez dos homens, alastrar-se-á rapidamente, principalmente entre as representantes do *demi-monde*. E como essa moda, os *sans-dessons*, os entraves e o decote até a cintura não foram inventados senão para as mulheres exibam à vontade as suas formas – que a moral mandaria que escondessem –

<sup>63</sup> Segundo Luiz Edmundo, a crônica *O Binóculo* fez época e era considerada a bíblia da elegância pela elite carioca. Para mais informações ver: EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro de meu tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

<sup>64</sup> “O que dizem os nossos leitores: saia-calção”. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1911, p. 2.

segue-se daí que tomará rápido incremento. Mas, deixemos de hipocrisia, nós os homens, extasiamos-nos diante de uma *toilette* colada ao corpo feminino. Pelas razões que acabo de expor, ousou enviar à essa ilustrada redação o meu voto, que é pela *jupe* rasgada até a cintura. [...]. Mas repito, quero ver tudo isso nas mulheres e filhas dos outros, nas minhas, porém, *sou de tous*.<sup>65</sup>

A opinião de Charles nos deixa entrever uma lógica masculina e machista que permeava as relações entre homens e mulheres no Brasil do início do século XX. O leitor deixa explícito que é a favor do novo traje porque ele agrada aos homens por permitir, ainda que de maneira muito ínfima, um delineio do corpo feminino. Entretanto, evidencia que reprovava tal roupa em mulheres de sua família.

O ponto de vista de Charles pode ser tomado como um modelo da chamada “lógica senhorial e masculina” existente na sociedade brasileira entre os séculos XIX e XX e indicada por Cristiana Schettini em seu artigo *Os senhores da alegria*. Analisando as relações de gênero nas grandes sociedades carnavalescas do final do século XIX, a autora apontou para o fato de os homens endinheirados, que compunham tais sociedades, reservarem-se o direito de designar o lugar que cada mulher ocuparia nas folias do carnaval. Desta forma, as mulheres que não se encaixavam nos rótulos de “moça de família” ou de “vida duvidosa” teriam espaço nos carros alegóricos e desfiles para “divertir” e “deliciar” os homens. Já as ditas “mulheres honestas” estavam reservadas os papéis passivos de assistir aos desfiles das janelas das casas.<sup>66</sup> Assim como os foliões analisados por Schettini, o audacioso leitor revela um parecer próprio de seu tempo, segundo o qual a mulher poderia e deveria ser julgada tendo por base a sua sujeição ao conjunto de valores morais construídos pelos homens. Desta forma, as mulheres que escolhiam trajes com menos tecidos e mais decotes não o faziam para atender à estética de moda, facilidade de movimentos ou aplacar o calor tropical do Rio de Janeiro, todavia faziam esta escolha com vistas a atender a cupidez sexual masculina. Desta forma, aquelas que ousavam vestir roupas que relevassem traços de seu corpo eram

---

<sup>65</sup> “A jupe-cullote: por exceção dá-se um dia a palavra ao sexo barbado”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1911, p. 2.

<sup>66</sup>SCHETTINI, Cristiana. “Os senhores da alegria: a participação das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX.” In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras frestas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 311-332.

consideradas integrantes do “*demi-monde*”, mulheres não merecedoras de respeito. Ainda que não dignas de tornarem-se esposas dos homens honestos, tais mulheres eram vistas como completamente necessárias para deliciar os insaciáveis apetites sexuais masculinos. É dentro desta lógica que a posição de Charles se torna compreensível, pois o mesmo, ainda que indiretamente, divide as mulheres em duas categorias: aquelas que fazem uso de vestimentas para deliciar aos homens e aquelas que resguardam seu corpo dos curiosos olhares masculinos. Ao confessar que gostaria de ter seus desejos de homem satisfeitos nas mulheres das famílias dos outros ele está demonstrando que não permitiria as mulheres de sua parentela fizessem uso de trajes como a *jupe-cullote* e fossem rotuladas como “não honestas.”

A relação estabelecida entre os modelos de vestimenta e a honestidade das mulheres que os usavam se fez muito forte no início do século XX. E não só as usuárias da *jupe-cullote* e da *entravée* eram sujeitas a comentários e julgamentos maldosos, todas as outras mulheres próximas à corajosas usuárias dos modernos trajes também poderiam se tornar alvo de comentários maldosos. Exemplo disso foi uma visita feita à redação da revista semanal ilustrada *Careta*<sup>67</sup> em maio de 1914. Nelas, duas moças residentes no Méier pedem aos redatores do periódico a gentileza de protestar contra os injustos conceitos que um jornal matutino havia emitido sobre todas as moradoras do bairro por conta de uma desordem provocada por um novo modelo de saia. O redator da *Careta* fez questão de enfatizar que todas as moças do referido bairro eram muito “sérias”.<sup>68</sup> Tal episódio recupera a ideia de Leonardo Pereira, apresentada anteriormente, de que as atividades dos jornais eram permeadas por um entrecruzamento de interesses. Neste caso, o redator de *A Careta* atendeu a um anseio de suas leitoras ao publicar uma nota em que defendia a seriedade de tais moças e de todas as outras moradoras do Méier.

A saia que havia provocado a desordem e motivado o mau julgamento de todas as senhoritas do Meier era a ousada *jupe-fendue*. Ao contrário da *jupe-*

---

<sup>67</sup> Segundo Claudio de Sá Machado, a Revista *Careta* seguia o mesmo modelo das revistas ilustradas dos Estados Unidos e da Europa, além de absorver um público de alto poder aquisitivo. Para mais informações ver: MACHADO, Claudio de Sá. **Fotografias e códigos culturais**: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista *Careta* (1919-1922). Dissertação de Mestrado. 145 f. Mestrado em História. Porto Alegre. PUC-RGS, 2006, p.11.

<sup>68</sup> *Careta*. Rio de Janeiro, Ano 72, n. 306, p. 15, 2 mai. 1914.

*cullote* que cobria toda o corpo das mulheres com uma calça e saia largas, a *fendue* desnudava boa parte das pernas femininas, já que este modelo contava com uma generosa fenda que se abria na vertical dos tecidos. Os julgamentos feitos a usuárias da *fendue* eram semelhantes aqueles feitos à *entravée*, todavia esta primeira provocou uma reação muito maior por parte de homens e mulheres. O *Correio da Noite* narra a infeliz situação de Zaira e Isaura Mattos, duas irmãs que escolheram sair às ruas maquiadas e trajando a *jupe-fendue*. Segundo o repórter que narra o caso, assim como a famosa personagem Isaura do livro de Bernardo Guimarães, Isaura e Mattos e sua irmã também eram escravas, não de um senhor e sim da moda. Ao fazer tal afirmação, o repórter estava reiterando um dado exposto anteriormente neste trabalho, a constatação de que para alguns homens as mulheres não usariam de seu intelecto e inteligência na escolha de suas roupas, mas seriam movidas apenas pelos apelos da moda. As irmãs seguiam pela Rua do Ouvidor, espaço que mesclava signos de tradição e modernidade,<sup>69</sup> acompanhadas da mãe e de uma criança quando uma multidão passou a segui-las e gritar contra elas toda espécie de indelicadezas. Entre os impropérios ditos às moças destacavam-se frases como, “Carnaval na rua! Isto é um desaforo, uma pouca vergonha. Qual desaforo? Fizeram muito bem. Fizeram pouco, deviam ter saído nuas!”<sup>70</sup> As frases bradadas pelos populares nos dão a noção de como a escolha dos trajés e acessórios femininos e o comportamento das mulheres nas ruas podiam ser componentes para a criação de estereótipos e preconceitos sobre elas, assim como para o despertar de um assédio e violência gratuitos.

Apesar de na maior parte das vezes a relação entre vestimentas e honestidade feminina ser feitas por homens, algumas mulheres participavam também do mesmo raciocínio e reagiam de maneira muito abrupta às novidades da moda. Theodolinda Alvear, presidente da *Liga Católica na Argentina*, enviou cartas às suas congêneres no Chile, Bolívia, Uruguai, Peru e Paraguai a fim de criarem propagandas contra o que chamavam de “abuso das modas femininas”. Além da propaganda havia o intuito da formação de uma liga com

<sup>69</sup> No próximo capítulo indicaremos alguns elementos que nos ajudam a compreender a Rua do Ouvidor como espaço de disputas entre elementos encarados como tradicionais e modernos.

<sup>70</sup> “O Rio civiliza-se”, *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 2 mai. 1914, p. 3.

objetivo de convencer que a *jupe-fendue*, os vestidos *entravée* e os decotes excessivos eram impróprios para as senhoras honestas.<sup>71</sup>

Como vimos, a simples escolha de um traje no início do século XX, poderia fazer facilmente com que uma mulher se tornasse alvo de comentários maldosos baseados em ideias e conceitos de moralidade que variavam muito de uma pessoa para outra. As mulheres que ousaram trajar os novos modelos de vestimentas como a *entravée*, a *jupe-fendue* e famosa, *jupe-cullote*, experimentaram distintas classificações feitas por homens de sua família, da imprensa, desconhecidos e até mesmo por outras mulheres.

---

<sup>71</sup> “A guerra à *jupe-fendue*, decotes, etc.”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jul. 1914, p. .8

### 3.

#### **A Casa Raunier e as janelas para a sociabilidade feminina**

A responsabilidade pela introdução no Brasil da polêmica *jupe-cullote* ficou a cargo da *Casa Raunier*, uma das mais antigas lojas de departamentos do Rio de Janeiro. Sua existência, assim como a de diversas outras casas do comércio de moda, contribuiu para uma a maior ocupação feminina do espaço público assim como a formação de novos meios de sociabilidade na vida das mulheres dos setores médios urbanos. Ao analisar como os grandes magazines suscitaram um espaço de sociabilidade feminina na cidade de São Paulo dos anos 1920, Maria Cláudia Bonadio, nos aponta que, “ainda que as mulheres, a princípio, saíssem de casa para suprir as necessidades básicas da família, logo essa tarefa se aliará ao lazer e a individualidade feminina”.<sup>72</sup> Desta forma, convém nos deter um pouco na observação de um importante estabelecimento comercial do Rio de Janeiro e verificar de que forma sua existência e atuação colaborou para a maior ocupação do espaço público pelo sexo feminino.

Apesar de alguns periódicos datarem sua fundação no ano de 1885, seu nascimento se dá mais de meio século antes, em 1855. Prova disto dá o *Jornal de Recife* que em 3 de junho de 1912 noticia a comemoração do 57º aniversário da casa: “a *Casa Raunier* festejando, ontem, o 57º aniversário de sua fundação, servia doces, vinhos à inúmeras pessoas que estiveram em visita ao estabelecimento”.<sup>73</sup> Segundo o *Jornal do Commercio*, no ano de 1855 o alfaiate francês Eduardo Raunier, recém-chegado de Paris, abriu, num sobrado da Rua do Ouvidor nº 55, um modesto estabelecimento de alfaiataria dedicado a cavalheiros que logo alcançou sucesso e passou a atender às classes mais abastadas da sociedade fluminense.<sup>74</sup> Acredita-se que os artigos comercializados por Eduardo fossem caros e que tenham alcançado logo de imediato uma popularidade entre os homens abastados da sociedade fluminense. Assim atestam diversas crônicas poucos anos após a fundação da

---

<sup>72</sup> BONADIO, Maria Cláudia. **Moda e sociabilidade:** mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 39.

<sup>73</sup> “Telegramas”. **Jornal de Recife**, Recife, 4 jun., 1912, p.2.

<sup>74</sup> **Jornal do Comercio Retrospecto Comercial**, Rio de Janeiro, 1907, p. 60.

alfaiataria, fazendo referência à casa do Raunier como o local onde os cavalheiros consumiam boa parte da renda com “paletós, gravatinhas sarapintadas e lencinhos de seda”, entravam para “encomendar sobrecasacas cujo custo era superior a dois ternos razoáveis”.<sup>75</sup>

Apenas cinco anos após a sua fundação os artigos da alfaiataria de Raunier já eram citados como dignos de gerar elogios aos chamados “homens de bom tom” que os usavam.<sup>76</sup> Em 1862 Eduardo Raunier e João Lopes Ferreira Cabral deram início a uma sociedade com montante de 48.000\$ e a alfaiataria de Eduardo passou então a ser conhecida com *E. Raunier & Cabral*.<sup>77</sup> Seis anos após esta data mais uma sociedade se fez entre os dois, desta vez a quantia investida no negócio foi de 60.000\$.<sup>78</sup>

A sociedade entre Eduardo e João Lopes Cabral prosseguiu dando tão certo que mesmo após a morte do primeiro em 1875, os filhos destes, Gabriel e Achilles Raunier, renovaram a sociedade com Cabral e inauguraram um novo prédio no nº 136 da Rua do Ouvidor como instalação da já afamada Casa Raunier.<sup>79</sup>

Olhando as avenidas cariocas dos dias de hoje é fácil perceber que a grande maioria de lojas se dedica à moda e acessórios femininos e algumas, quando alcançam elevado sucesso, abrem também sessões endereçadas ao público masculino. Todavia, no caso da *Casa Raunier* operou-se exatamente ao contrário. No momento de sua fundação, quando ainda se intitulava *Casa de Raunier*, o estabelecimento tinha como objetivo oferecer: “todo ramo de negócios de moda para homens”.<sup>80</sup> Além disso, o local também se constituía como um espaço de sociabilidade essencialmente masculino já que, como nos indica o repórter da *Gazeta*:

Os livros da *Casa Raunier* são um arquivo em que figuram os nomes mais brilhantes da nossa política e da nossa administração. Quantas conferências não se fez ali entre as provas de uma rendigote ou de uma casaca? Quantas indicações ministeriais não ficaram assentadas em presença do velho e simpático Raunier, em presença do discreto e consciencioso Cabral?<sup>81</sup>

<sup>75</sup> **Diário do Brazil**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1882, p. 3.

<sup>76</sup> “Modas, costuras, novidades”. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1860, p. 4.

<sup>77</sup> “Noticiário”. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2 dez. 1862.

<sup>78</sup> **Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1868, p. 1.

<sup>79</sup> “Casa Raunier”. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 7 jun., 1876, p. 4.

<sup>80</sup> “Raunier, alfaiate”. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 8 abr., 1855, p. 3.

<sup>81</sup> “A Casa Raunier”. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 21 mai. 1895, p.4.

No entanto, em 1895 a conceituada loja passa a abrigar também uma seção totalmente endereçada às mulheres. Para tanto, inauguraram em 1º de junho um “dos mais espaçosos, claros e arejados edifícios da Rua do Ouvidor”. Para providenciar um estabelecimento de modas para senhoras Gabriel Raunier, filho mais velho do fundador e agora diretor da casa, esteve três meses na Europa escolhendo o que havia de melhor entre tecidos franceses e ingleses, além de trazer consigo uma equipe de funcionários totalmente estrangeira.

A construção do novo prédio da Casa Raunier tinha como objetivo abrir espaço suficiente para que toda a secção masculina ficasse no primeiro pavimento e os produtos destinados às senhoras ficassem reservados no pavimento superior. Ao primeiro olhar, tal separação pode ser entendida pela ótica da funcionalidade. Afinal era muito mais prático alocar os produtos num único andar de acordo com o público ao qual era destinado. No entanto, estendendo o olhar para as convenções de moralidade da época pode-se entrever mais um sentido no aumento das instalações da *Casa Raunier*.

Ao final do século XIX, a separação entre os sexos no Brasil ainda era muito forte. Segundo a historiadora Sueann Caulfield, o gênero era um elemento fundamental nas concepções brasileiras sobre espaço público e privado. A crença de que a mulher era um ser mais frágil, física e psiquicamente, e por isso mais suscetível à contaminação física e moral, colaborava para que uma lógica senhorial e masculina agrupasse as mulheres em dois polos opostos: puras e impuras, associando as primeiras ao espaço privado e as segundas aos espaços públicos.<sup>82</sup> Manter as mulheres reservadas no espaço privado da casa visava garantir que elas não tivessem contato com homens que não fossem seus familiares. Desta forma, não podemos crer que a partir da criação de uma seção de modas para senhoras a *Raunier* irá misturar homens e mulheres no mesmo espaço.

Noticiando a novidade da seção de moda feminina em 21 de maio de 1895, o repórter do jornal *Gazeta da Tarde* explica que:

A gentil leitora pode saber que não há o menor perigo para seus preconceitos em dar encomenda para a Casa Raunier, aí as provas são feitas por uma senhora e o chefe do rayon, M. Thonack, limitar-se à a fazer as indicações precisas.<sup>83</sup>

<sup>82</sup> CAULFIELD, Sueann. “A honra nacional, a família e a construção da cidade maravilhosa”. In: **Em defesa da honra**. Campinas: UNICAMP, 2000.

<sup>83</sup> “A Casa Raunier”. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 21 mai. 1895, p.4.

A nota ajuda a entender o quanto a diretoria da loja estava preocupada em não contrariar os valores da sociedade vigente no que diz respeito ao contato entre homens e mulheres. Por isso o repórter reforça o fato de que o *tailleur mr. Thonack* não teria contato com as clientes no momento de se fazer a prova das roupas.

É muito pouco provável que, antes desta data, a *Raunier* empregasse mulheres em seu quadro de funcionários. A abertura da seção feminina inaugura, portanto, uma fase na loja onde serão admitidos funcionários do sexo feminino. As primeiras delas chegam junto com a inauguração do novo prédio: madame Geofroy e madame Bassan, respectivamente na condição de costureira-montadora e vendedora. A justificativa para se trazer uma funcionária que atuaria especificamente na venda se encontra no fato da *Raunier* trazer, neste mesmo momento, mais uma novidade: a venda de peças prontas para uso, quando o mais comum para a época era que as roupas fossem feitas por costureiras particulares ou pelas mulheres da família no caso das classes mais humildes.<sup>84</sup>

Desde o ano de 1907, quando se inaugurou o novo prédio da loja com 21 vitrines, a contramestre de costuras era madame Marie Lespinasse, uma francesa que havia vindo para o Brasil especialmente para esta função. Madame Lespinasse, como era conhecida seria uma das primeiras mulheres a passear pelas ruas do Rio de Janeiro trajando uma *jupe-cullote* e igualmente levaria a *Raunier* a ser a primeira loja a expor e comercializar o modelo no país.

---

<sup>84</sup> LOPES, Ana Claudia Lourenço Ferreira. **A Celeste Modas e as butiques de Copacabana nos anos 1950:** distinção, modernidade e produção do prêt-à-porter. Dissertação de Mestrado. 193f. Mestrado em História. Departamento de História. Puc-rio. Rio de Janeiro, 2014, p. 136.



Figura 6. Madame Lespinnasse com modelo de *saia-calção*. *O Malho*, 25 de março de 1911, p.16.

Além de comercializar produtos que adquiria diretamente do fabricante, um dos pontos fortes da *Raunier*, assim como de outras lojas do ramo, baseava-se exatamente na produção de modelos copiados de originais estrangeiros, principalmente de coleções oriundas da França e da Inglaterra. Segundo informações dos periódicos Marie Lespinnasse chegava a passar meses na Europa escolhendo “novidades e sortimentos”. E é exatamente depois de uma temporada fora do país que ela passará a estampar continuamente as folhas dos jornais exibindo ao povo a mais nova moda feminina francesa.

Narrando a exibição da *saia-calção* por madame Lespinnasse na *Casa Raunier* o jornal capixaba *Diário da Manhã* irá dizer que:

A casa Raunier expôs hoje alguns modelos de saias-calções. O povo começou a aglomerar em frente das vitrines, tendo a polícia comparecido para evitar sucessos desagradáveis. O modo por que se portou nesta ocasião a polícia provocou protestos dos espectadores, comparecendo neste momento o sr. Coelho Lisboa, que censurando o

comportamento do delegado, pediu ao povo a maior calma, dizendo que iria ao Catete comunicar ao Marechal Hermes os desatinos da polícia. Minutos depois apareceu à porta da Raunier madame Lespinasse, diretora do atelier de costuras, trajando uma bem talhada jupe-cullote. A multidão a recebeu por entre vivas, aplaudindo-a freneticamente. [...] Devido a atitude do povo as outras casas expuseram outros modelos de jupe-cullote.<sup>85</sup>

A nota revela a tensão que a instituição policial manteve quando da aparição da primeira *jupe-cullote* no Rio de Janeiro, em 1911, mas evidencia também que, diferente do que podia imaginar a polícia, o povo recebeu o novo traje de maneira, mais ou menos pacífica, não protagonizando nenhum incidente muito grave. Fato que pode tornar as outras lojas do ramo seguras para também exibir a *saia-calção*.

A presença da polícia como uma constante entre as multidões, com intuito de pôr fim às possíveis desordens no espaço público, fica claro mais uma vez nas páginas de *O Pharol*, ao noticiar a exibição da *jupe-cullote* por madame Lespinasse na Raunier.

Às 11 horas, quando saia das oficinas de costura da Raunier, mme. Lespinasse trajando toilette que trouxe recentemente da Europa, criação da Drécoll, grande massa popular chegou ao mencionado estabelecimento não dando, entretanto, outras demonstrações que não fossem de muita curiosidade. [...]. Até a tarde, manteve-se a curiosa onda popular, que só dispersou quando o aguaceiro desabou sobre a cidade. À vista do agrupamento de povo em frente a Raunier, a polícia teve que intervir, pois o trânsito se tornava difícil, podendo isto dar lugar a qualquer perturbação da ordem. À saída de mme. Lespinasse, sócia e chefe das oficinas daquele estabelecimento, houve mesmo certo atropelo, porque todos desejavam ver de perto a nova toilette que ela vestia.<sup>86</sup>

<sup>85</sup> “Telegramas”. **Diário da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1911, p. 2.

<sup>86</sup> “Saia-calção. Manifestações. A moda pega”. **O Pharol**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1911, p. 2.



Figura 7. Multidão curiosa em frente à Raunier para ver a *saia-calção*. *Revista da Semana*, 16 de junho de 1911, p.5.

Sendo a principal fornecedora de um traje que tanta discussão suscitava, como a *Raunier*, a mais clássica e moderna loja do Rio no período, se posicionou diante de um cenário tão conturbado e que tanta ebulição causava?

Buscando aumentar seus lucros através das vendas da polêmica *jupes-culotte*, mas também se esforçando para não se afastar da imagem tradicional que a tanto tempo mantinha, a *Raunier*, através de seus diretores, convidou às suas instalações repórteres de diversos periódicos, para assim expôs à sociedade seus esclarecimentos sobre o já tão debatido traje.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Nascimento, um dos sócios da *Raunier*, apontou para a aceitação que as “*jupes*” de seu estabelecimento vinham apresentando. Ele gabou-se de estar recebendo muitas encomendas do traje, algumas delas de lugares muito distantes, como uma feita através de carta. Nascimento deixa claro, que o sucesso das *saias-calções* produzidas pela *Raunier* se deve ao fato de todas serem feitas de forma muito discreta, de modo que os calções não ficam visíveis, mas completamente cobertos pelas saias.

As entrevistas prosseguem agora com Marie Lespinasse que, na condição de mestre de costura da *Raunier*, aceitou receber em sua casa o repórter do *Correio da Manhã* e lhe contou sobre a experiência de ser primeira a exibir-se

publicamente usando uma *saia-calção*. Suas declarações revelam uma intensa disputa entre um desejo de progresso mesclado a um apego à tradição. Indagada acerca dos limites da moda ela revelou que:

- A parte a modéstia, penso como o senhor. Acho que é cedo para lançar figurinos exagerados.
- Acredita então que chegaremos à exageros?
- Se já chegamos....
- É, portanto, perigosa a moda?
- Sim e não. Usará exageros quem quiser e puder usá-los. As *entraves* aí estão para provar que só usa exageros quem quer. Há os de todos os limites. Alguns são ridículos, outros são lindos. Com a jupe-cullote dar-se á mesma coisa?
- Mas se é preciso acompanhar a moda.
- Há muitas formas de acompanha-las sem sair da medida conveniente. Isso sem dizer que, mesmo com um pouquinho de excesso, a moda não seja lindíssima. Não serei eu quem a use em tal estado, mas gostarei de vê-las nos outros.
- Acredita na morte da saia pela calça?
- Esta, como muitas outras é uma moda transitória e inadequada a uns tantos misteres. Não há elegância futura que vença o coleio da cauda de um rico vestido de baile, como também não há, para o interior, para a vida de casa, conforto que chegue ao de uma túnica ou de um *kimono*.<sup>87</sup>

A posição da mestra de costuras da Casa Raunier é muito semelhante àquela manifestada pelo sócio Nascimento. Assim como ele, Marie Lespinasse procurou fazer publicidade do traje, destacando o que ele tinha de bonito, útil e cômodo, mas salientando também que o modelo de *saia-calção* confeccionado por sua empresa não caia em exageros, visto que sua costura era feita de modo que as saias não deixavam transparecer os calções acoplados. Desta forma, as usuárias do novo traje teriam a liberdade de movimento das calças, mas sem perder a graça e feminilidade das saias. Em outras palavras, o que se percebe através das colocações de ambos é o propósito de informar a todos que o seu produto oferecia uma série de vantagens, mas que não representava uma ameaça para os costumes e podia, desta forma, sere usado tranquilamente pelas moças de família sem prejuízo de sua reputação.

A aparição do curioso traje que acoplava saias e calças suscitou uma série de discussões que nos permitem descortinar inúmeras opiniões e apontamentos diversos, muitas vezes contraditórios, sobre o que era, ou pelo menos, sobre o que deveria ser, a postura das mulheres dos setores médios urbanos no Rio de Janeiro. No que diz respeito às vestimentas, de modo geral elas deveriam se vestir com graciosidade e de modo a resguardar os mistérios

<sup>87</sup>“No Rio. A jupe-cullote”. **Pequeno Jornal**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1911, p. 1.

de seu corpo dos curiosos olhares femininos. Os acompanhamentos das novidades da moda deveriam ser feitos observando sempre os limites postulados pelas diferenças de gênero. Desta forma, compreendemos porque a *jupe-cullote* sofreu tamanha oposição, visto que ela fazia ruir quase de imediato as fronteiras entre os dois sexos, possibilitando às mulheres movimentos mais amplos e realização de atividades que, até então, eram exclusividade dos homens. Além de acentuar a imagem feminina, as escolhas de vestimentas feitas pelas mulheres deveriam obedecer também a obrigação de ser fundamentalmente elegante, mas sem exageros. Isto ficou muito claro com o posicionamento das modistas, que sempre clamavam pela moda adornada de discrição. Já para os homens, foram encontrados dois apontamentos sobre os trajes das mulheres. De acordo com eles, as vestimentas femininas deveriam se ajustar a dois padrões de moralidade, de forma que nas mulheres não pertencentes à família ou a seu círculo social os homens desejavam ver a concretização de todos os exageros da moda, já para as suas esposas, filhas e outras aparentadas todo e qualquer excesso deveria ser suprimido, sob a pena de rebaixar à lama a moral da família. Dentre as mulheres que optam pela *saia-calção* e outros trajes considerados modernos, as interpretações e sentidos de uso se mostravam diversos, haviam quem escolhesse a roupa por esta permitir mais liberdades de movimento, quem o adotasse como exemplo de rebeldia e mesmo quem visse nele uma maneira de apoiar as ideias do movimento feminista. As opiniões da população em geral eram diversas, mas sempre pautadas na curiosidade do que no julgamento de quem usava a nova moda.

### **3.1. O caso Campos- Lespinasse**

Se nas entrevistas dedicadas aos jornais, na condição de contramestre da Casa Raunier, Marie Lespinasse parecia se mostrar defensora da simplicidade e modéstia na vida feminina, sempre primando para não sair da medida conveniente, sua vivência pessoal revelava uma postura bastante diferente.

Ambientada no Brasil há numerosos anos, a francesa Marie Lespinasse vivia há vinte de forma marital com Arthur Campos, sócio da casa comercial

*Standard* que também se localizava na Rua do Ouvidor. Desde 1910 ela estampava as páginas dos diversos periódicos sendo considerada como a pessoa que maior condição tinha de opinar sobre moda no país.



Figura 8. Marie Lespinasse. Revista da Semana, 25 de março de 1911, p.9.

Em 1911, como já vimos, suas aparições públicas tornaram-se constantes, sempre trajando uma *jupe-cullote* e fazendo dela publicidade. Em 1913, no entanto, seu nome voltou a aparecer nos jornais, desta vez envolvido num escândalo que escancarou detalhes de sua vida pessoal. O primeiro a noticiar o caso envolvendo Lespinasse foi o jornal *A Noite*. Segundo ele a francesa teria prestado, ao 2º delegado auxiliar, queixa contra seu companheiro Arthur Campos que teria se apropriado de uma elevada quantia pertencente a ela e depois se casado com uma moça na Europa. A notícia continua explicando que o acusado se encontrava em Buenos Aires na ocasião, mas que fora preso logo que chegou ao Rio de Janeiro, tendo negado todas as acusações e sendo liberado em seguida.<sup>88</sup>

Outros periódicos também publicaram notas sobre o caso, atitude muito comum já que tanto Marie Lespinasse quanto Arthur Campos eram figuras muito conhecidas no meio comercial. De acordo com *A Noite*, Arthur Campos se apresentou, acompanhado de seu advogado Queima do Monte, à presença do

<sup>88</sup> “O caso Campos-Lespinasse”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 jun., 1914, p. 3.

2º delegado a fim de prestar mais declarações. No mesmo ambiente se encontrava Maria Lespinasse, também acompanhada de seu advogado Gregório Seabra Junior. Em determinado momento, revelava o jornal, Arthur Campos disse a sua ex- companheira que estaria armado de um revólver. Já Marie usou do mesmo artifício de Arthur, afirmando estar armada e segurando com firmeza sua bolsa. Na realidade, nem Arthur e nem tampouco Marie estavam portando armas, quando assim afirmaram eles estavam se referindo, respectivamente, a uma chave e ao dinheiro que esta última trazia na bolsa. As diligências prosseguiram com Arthur sempre negando que tivesse se apropriado de algum dinheiro de Marie, ele afirmava que, pelo contrário, ao invés de tirar ele deu uma certa quantia a ela. Além destes detalhes, a folha afirmava também que Queima do Monte, advogado de Arthur Campos, acreditava que Marie pudesse, a qualquer momento, tentar algo contra seu cliente, chegando a atracar-se com ela quando esta aproximou-se deles ao sair da delegacia para o escritório de seu advogado.<sup>89</sup>

A pequena narrativa de *A Noite*, que se pretendia cômica, já começa a nos fornecer imagens balizadas dos envolvidos. A informação de que o advogado de Campos precisou usar a força para conter Marie busca indicar sua falta de equilíbrio e um prenúncio da imagem que se buscará construir dela nos dias seguintes. Em 3 de julho de 1914 o *Jornal do Comércio* traz, em duas colunas, declarações do advogado Queima do Monte, nela Marie Lespinasse é acusada de estar protagonizando uma farsa, auxiliada por funcionários da *Casa Raunier* em detrimento de Arthur Campos.

Vejamos alguns trechos que merecem destaque:

É impossível que o sr. Dr. Ferreira de Almeida não esteja convencido da farsa que mme. Marie Lespinasse está representando. [...] efetivamente esta mulher tem mexido céus e terras; como 1ª costureira da acreditada Casa Raunier está ela em relações mais ou menos frequentes com as excelentíssimas esposas de cavalheiros da *alta sociedade* com responsabilidades na política e na administração. [...] Para quase todas essas senhoras tem corrido madame a pedir proteção, contando um infortúnio, em parte imaginário, atribuindo crimes que imputa a meu constituinte. [...] É com esta força que madame (uma prostituta abandonada pelo amante, a quem traiu com o próprio choffeur) conta para satisfazer a sua vingança contra o ex-amante, convertendo para isso a justiça brasileira em instrumento de carrasco. Esta mulher já conseguiu ser vista em automóveis oficiais, acompanhadas das senhoras dos donos destes veículos, percorrendo as ruas desta cidade naturalmente na cavação. [...] A sensibilidade exagerada de senhoras respeitáveis está dando na hipótese em uma injustiça que elas conscientemente seriam incapazes de praticar. É fato incontestável que D. Eleonor Campos, esposa legítima de

<sup>89</sup> “O caso Campos-Lespinasse”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 jun., 1914, p. 3.

meu cliente está sendo torturada pelo desenrolar dos fatos que certamente não ocorreriam se mme. Lespinasse não tivesse encontrado imerecida proteção. [...] podia meu cliente dizer que abandonara Lespinasse por suas relações carnais com o choffeur e com pessoas, mas preferiu dizer simplesmente que a deixara, e ainda dessa vez usou de forma benigna para que ficasse bem claro que a sua defesa absolutamente não consiste na agressão à parte contrária, mas sim na refutação dos argumentos e dos fatos que foram apresentados. Podia Campos ter declarado que a creditada e respeitável Casa Raunier viste na triste contingência de prestigiar mme. Lespinasse (fornecendo-lhe testemunhas) por ser esta credora daquela de avultada importância (cerca de 150 contos) vencíveis em 10 dias depois de exigida, mas sempre cômico de seus direitos e confiante na justiça deixou de se referir a estas misérias. [...]. Vê-se que não há razão alguma para a prisão preventiva que mme. Lespinasse tão ansiosamente espera, e com a qual conta para a satisfação de sua vingança no seu desespero de causa em que se acha como infeliz prostituta desesperada.<sup>90</sup>

Obviamente as declarações do advogado Queima do Monte se constroem de forma retórica. Ele busca, o tempo todo, polarizar a imagem das pessoas envolvidas na trama, de forma a provar a inocência de seu cliente. Marie Lespinasse é desenhada nas palavras do advogado como uma prostituta abandonada e vingativa. Ignora-se, completamente, a possibilidade dela estar realmente tentando reaver os valores que Campos lhe teria tomado, pois para o advogado a verdadeira e única causa da queixa dada por Marie contra seu cliente é o fato dele tê-la abandonado após 20 anos de convivência para casar-se com outra. Toda a habilidade comprovada de Marie no mundo da moda e dos negócios é completamente descartada e ela é apresentada apenas como uma mulher libertina e desequilibrada. Enquanto a francesa é descrita como muito perspicaz na arte de enganar e tirar proveito, suas amigas, as senhoras da alta sociedade brasileira são descritas como muito fáceis de enganar. Ao tentar criar um enredo que coloca as distintas senhoras brasileiras no patamar de ingênuas, sensibilizadas e facilmente enganadas o que Queima do Monte realmente cria é uma contradição. Visto que, se as mulheres brasileiras eram tão tolas ao ponto de serem facilmente enredadas pelas mentiras de Marie, como poderiam ser, ao mesmo tempo, tão astutas para influenciar seus importantes maridos para agir em favor da causa da francesa?

Outro detalhe que se pode observar nas declarações de Queima do Monte é o de que ele apresenta a posição de Marie Lespinasse, como costureira de uma afamada casa de modas, como única possibilidade desta estabelecer relações com as senhoras da alta sociedade. Sendo uma francesa de instrução e

---

<sup>90</sup> “Chantage”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1914, p. 7.

posses, Marie poderia facilmente cultivar amizades com as ditas mulheres honestas da sociedade carioca, no entanto, seu estado civil a impedia de ser vista sob o ângulo da respeitável senhora casada. Não que ela, de fato, não mantivesse contato pessoal com mulheres casadas, porém a justificativa na qual residia este contato era o serviço de costura e moda que Marie oferecia a estas mulheres. Ainda que tenha dividido a vida de forma marital com Arthur Campos por longos vinte anos, concebendo dele dois filhos, Marie não era considerada, pelo advogado como companheira e nem tampouco esposa de Campos. O advogado se refere a ela sempre como a amante de seu cliente e, por mais de uma vez, a chama de prostituta. Desta forma, a imagem de Marie Lespinasse que Queima do Monte desejava trazer ao público era a de mulher desonesta, dada aos prazeres da carne e aos amantes, capaz de fazer uso da boa-fé das pessoas para o sucesso de seus planos e, por isso, merecedora de ser abandonada e julgada.

Diante de todos os impropérios e acusações feitas à Marie Lespinasse por Queima do Monte e publicadas no *Jornal do Commercio*, o defensor da francesa, Seabra Júnior, logo se manifestou em carta publicada pelo mesmo periódico em 4 de julho de 1914. Acompanhem algumas declarações dele:

Antes de tudo dir-lhe-emos que não é verdade que mme. Lespinasse esteja procurando influenciar sobre as autoridades e funcionários da justiça, que têm que intervir no assunto servindo-se da força decorrente de pedidos partidos das esposas de cavalheiros da alta sociedade, com quem ela mantém relações provindas de sua função de première da Casa Raunier, da qual aquelas são freguesas. [...] Madame Lespinasse mantém, é certo, relações com as senhoras da mais alta sociedade que a distinguem com sua estima, e que demonstra que ela se faz merecedora de tais considerações e que não é uma prostituta, uma francesa de alta escola, indigna e exploradora da fé alheia, como a pinta o nosso colega. [...]. Agora porém que ele abandonou esta trilha e, para a satisfação dos intuitos inconfessáveis e malévolos de seu cliente, veio a público tecer intrigas e insultar desapiadada e grosseiramente uma senhora que nunca o ofendeu, de leve sequer, não trepidando mesmo em envolver no seu turbilhão de despautérios e diatribes as senhoras distintas de nossa alta sociedade, a que o artigo alude, não é possível manter-me mais em silêncio. É preciso, pelo contrário, fazer conhecidos de todos os fatos e circunstâncias inerentes ao caso, e que farão com que se opere radical transformação no juízo, por ventura, até aqui mal formado, desmoronando todo esse ambiente de serenidade e de inocência criado em torno do sr. Campos por seu advogado.

Se, como acentua este, é incontestável que Dona Eleonor Campos, esposa legítima de seu cliente, esteja sendo torturada pelo desenrolar dos fatos, não é isto porque tenha tido, como diz o colega, mme. Lespinasse imerecida proteção contra o sr. Campos. [...]. Uma chora pelo desenrolar dos fatos atuais, outra, a minha cliente, pelos que se desenrolaram antes e conduziram à triste situação em que se encontra, despojada de seus haveres, ganhos num trabalho honesto de muitos anos.<sup>91</sup>

<sup>91</sup> “O caso Campos-Lespinasse”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1914, p.8.

Ao tentar desanuviar a imagem de sua cliente, o advogado Seabra Júnior reforça o raciocínio construído sobre as mulheres não oficialmente casadas à época em questão. Enquanto seu opositor qualifica Marie na condição de prostituta seu advogado a chama de senhora, todavia tal adjetivo não é usado para colocá-la no mesmo patamar que as mulheres casadas. Pelo contrário, assim como Queima do Monte, Seabra Júnior também enfatiza a diferença entre mme. Lespinasse e as esposas dos cavalheiros da alta sociedade. Ele, da mesma maneira que o advogado de Arthur Campos, explica a relação amistosa entre sua cliente e as outras mulheres como advinda somente da função da modista de Marie. Será que Marie na condição de mulher amancebada era proibida de frequentar o círculo social das mulheres oficialmente casadas? De forma nenhuma, os jornais nos apontam a participação de Marie em diversas solenidades da então Capital Federal, estando presente até mesmo na residência do Marechal Hermes da Fonseca em visita a sua esposa. Apesar da ampla circulação pelas altas rodas, pesava muito sobre Marie Lespinasse a falta da comprovação de sua união com Campos diante da lei. Entendendo que a situação de “amigada” da francesa poderia ser um mau-exemplo para as demais mulheres, sua presença nos ambientes seria sempre explicada com base na sua utilidade de modista para a elegância da toailete feminina.

Marie Lespinasse era de fato uma mulher enganada e abandonada pelo marido, mas isso não fazia dela uma mulher merecedora de ajuda para as convenções da época. Não podendo apelar para a imagem de pobre esposa abandonada, o advogado de Marie recorreu a outra representação que poderia colaborar para seu ganho de causa aos olhos do júri. Ele irá lembrar que da relação marital entre Campos e Lespinasse nasceram dois filhos, crianças estas que, além de serem abandonadas pelo pai, também foram jogadas numa péssima situação, já que além de abandonar Marie, Arthur também teria roubado dinheiro dela, impedindo que a mesma tivesse condições financeiras de arcar com as despesas das crianças. A nova mulher de Arthur, Eleonor Campos, da qual não temos nenhuma informação, é colocada tanto por Seabra Junior como Queima do Monte como a “esposa legítima” e pessoa que está sendo “torturada” pelo desenrolar dos fatos. Nos chama a atenção a escolha do adjetivo “legítima” para qualificar a nova mulher de Campos. Esquadrinhando o sentido literal das palavras ela poderia ser considerada a esposa legal, ou seja,

reconhecida pela lei. Marie Lespinasse deveria e poderia ser tratada como a esposa legítima, já que havia convivido há décadas com Campos e com ele concebeu filhos. Tal conjuntura nos ajuda adentrar na percepção que os dois advogados tinham acerca das mulheres não oficialmente casadas, percepção está que poderia ser compartilhada pela grande maioria da população.

Rosa Maria Barboza de Araújo relata que o casamento no Brasil do início do século XX era encarado como uma forma de permanência e consolidação da ordem social. Nos setores médios urbanos, os contratos matrimoniais eram feitos pelas famílias dos noivos com base em interesses de ordem política e econômica. Nas classes trabalhadoras, pela falta de recursos econômicos era maior a incidência de casamentos onde o único interesse era mesmo o amor e a atração.<sup>92</sup>

A popularidade do casal Campos-Lespinasse no meio comercial era, sem dúvida, um motivo relevante para os jornais dedicarem espaço a eles em suas folhas, mas isso não justificava a tamanha exposição que fora feita, durante semanas, acerca dos problemas pessoais dos envolvidos. Muito mais do que publicar detalhes da vida pessoal de duas pessoas públicas, os periódicos estavam não só produzindo debates sobre temas caros à sociedade como definindo posições sobre eles. O caso de Marie Lespinasse não ganha os jornais apenas porque ela é uma mestra de costuras famosa, mas porque os dilemas de sua relação com o companheiro representam também os impasses da vida de outros homens e mulheres naquele momento.

Marie Lespinasse e Arthur Campos levavam uma vida muito próspera através de atuações no comércio da Rua do Ouvidor, mas apesar de manterem uma relação duradoura e estável, da qual nasceram dois filhos, eles nunca oficializaram a união. Marie contou aos jornais que após a longa convivência, Arthur a fez repassar para ele alguns de seus bens, sobre pretexto de que seriam para aplicar na *Casa Standard*, viajou para a Europa e de lá voltou oficialmente casado com outra mulher.<sup>93</sup> As fontes não nos auxiliam a entender por que o casal jamais oficializou a relação e nem tampouco o real motivo de Campos ter abandonado a companheira e se casado com outra. No entanto, é possível

---

<sup>92</sup> ARAUJO, Rosa Maria Barboza. op.cit., p.97-99.

<sup>93</sup> “Uma queixa complicada”. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1914, p. 4

levantar algumas hipóteses analisando particularidades da vida da francesa Marie Lespinasse.

Pelas fotos veiculadas por jornais e revistas da época, é possível caracterizar Marie como uma mulher de aproximadamente 40 anos, fotografada sempre muito sorridente e vestindo trajes elegantes. Ela não necessitava depender economicamente de seu cônjuge ou familiares, já que era a mestre de costura e uma das sócias da mais famosa loja de departamentos da Rua do Ouvidor, a *Casa Raunier*. Por conta desta função, estava constantemente envolvida em longas viagens à Europa o que nos faz imaginar que, raramente ela encontrasse tempo para a realização de tarefas domésticas ou mesmo para se dedicar ao marido e aos filhos, como aconselhavam as revistas femininas da época. Contrariando a arraigada ideia de que não seria de bom tom mulheres decentes manterem contato com homens que não fossem de sua família, a francesa estava continuamente em proximidade com figuras masculinas, como os repórteres que recebia em sua casa para entrevistas sobre moda e o seu motorista, que a fazia gozar de grande mobilidade pelo Rio de Janeiro. Acentuo o fato do advogado de seu ex- companheiro acusá-la de traição com o chofer e demais pessoas.

Madame Lespinasse constituía uma representação possível de um tipo de mulher dos setores médios urbanos no início do século XX, mas não o único. Inúmeras mulheres dos setores médios urbanos no Rio de Janeiro do início do século XX, não dedicavam todos os seus dias apenas resolvendo questões pertinentes à organização da casa e educação dos filhos, ou se perdendo na leitura de romances e livros de culinária. A imprensa da época, sobretudo no que diz respeito às matérias relacionadas às lojas de moda e departamento, são como uma janela para o passado que nos deixa entrever diversas mulheres fazendo atividades e se comportamento de modos e maneiras que nos possibilitam entrever a pluralidade de performances femininas no período.

#### 4.

### As aparências enganam: damas elegantes e criminosas

Se a *Casa Raunier* pôde nos revelar uma configuração diferente de mulher na figura de sua ilustre funcionária madame Marie Lespinasse, por que também não poderia concluir tal intento com uma de suas clientes, já que, durante longos anos do século XX, foi a mais tradicional casa de modas do Brasil?

A *Casa Raunier* adentrou o século XX como uma loja completa, que oferecia, ao mesmo tempo, artigos de moda para homens, mulheres e crianças, além de utensílios para o cuidado pessoal e para o lar. Este ambiente sofisticado e amplo era fortemente frequentado não somente por mulheres dos setores médios urbanos, mas também por mulheres pertencentes às classes dirigentes do país, como a jovem Marianna Prado, filha do famoso engenheiro da Companhia Ferro Carril Corcovado, Leopoldo Prado e neta do conselheiro do Império Antônio Prado

Moradora da Ladeira do Ascurra, no atual bairro do Cosme Velho, Marianna estava sempre trajada de maneira muito elegante e era, frequentemente, vista em carro particular, fazendo compras nas casas comerciais da Rua do Ouvidor, Gonçalves Dias, Avenida Rio Branco e demais ruas do centro da cidade. Vestir-se elegantemente, ter um motorista particular e fazer compras no centro eram atividades muito habituais na vida de Marianna e das demais mulheres do Rio de Janeiro de então. Todavia, em outubro de 1920 os jornais da Capital Federal passaram a veicular um dado da vida da jovem senhorita Prado que não era, até então, nem um pouco comum às mulheres de sua classe. .

De acordo com o *Correio da Manhã*<sup>94</sup> no dia 31 de outubro de 1920 Marianna de Abreu Prado fora presa, acusada de passar moeda falsa na *Casa Raunier*, *La Parisiense* e demais estabelecimentos comerciais.<sup>95</sup> A partir daí

<sup>94</sup> “Um expediente rendoso”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out.1920, p.3

<sup>95</sup> Os periódicos do Rio de Janeiro que, segundo consulta à Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, trouxeram notas referentes a circulação de moeda falsa por Marianna Prado foram: *O Imparcial*, *A Manhã*, *A Noite*, *A razão*, *A Rua*, *Arquivo Vermelho*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *O Fluminense* e *O Paiz*. E nos demais estados brasileiros se ocuparam do caso: *O Diário*

multiplicaram-se as reportagens e matérias sobre o caso, que passou a ser tratado como um grande escândalo. Detalhes da vida pessoal de Marianna foram amplamente divulgados e nos servem como abertura para mergulhar na sua experiência de mulher de elite, perceber como o pertencimento às classes abastadas, ou o aparente pertencimento, facilitava a prática de determinados crimes e tinha consequência no julgamento que a imprensa dava aos sujeitos envolvidos.

#### 4.1 “Ladras de sociedade” e cleptomania

Antes de nos aprofundarmos no caso Marianna Prado, é necessário nos determos um pouco em outras situações onde mulheres brancas e aparentemente de elevado poder econômico se envolveram em crimes contra a propriedade.

De acordo com matéria de *A Noite*:

Os ladrões elegantes, as “ladras de sociedade”, gente diferente que vem aparecendo na nossa história do crime, instituíram uma nova modalidade na arte de roubar.

O ladrão de hoje, na sua nova feição não usa mais o pé de cabra. Evoluiu.... são mais ágeis seus dedos numa luva de pelica.

Uma mulher formosa, vestida com apuro, que senta fascinante ao nosso lado, nos templos, que frequenta as corridas e que viaja conosco no mesmo vagão de “Trem Azul”, está, às vezes, somente a espera de uma oportunidade feliz para nos aliviar da carteira. [...]

Se nascem, com o progresso da cidade, novos campos de ação honesta, não é menos verdade que a evolução dá margem a que, também os amigos do alheio, modifiquem, aperfeiçoem o processo de roubar.

As ladras elegantes, os ladrões “*gentlemen*” vêm desdobrando atividade intensa nos templos da cidade, nos cinemas, nos trens de luxo, onde é mais fácil agir.<sup>96</sup>

Podemos perceber na notícia acima um desejo de responsabilizar, de alguma maneira, as inovações oriundas da modernidade como facilitadoras de delitos, de forma que os membros aparentes das classes abastadas, anteriormente de caráter indiscutível, encontram facilidade em cometer roubos e furtos e permanecerem, até que se prove o contrário, como acima de qualquer suspeita. Apesar de a nota acima sugerir que as mulheres, geralmente, se envolviam em pequenos delitos, nos quais usavam de sua beleza e elegância

---

de Pernambuco, Pequeno Jornal, Correio Paulistano, A República, A Gazeta, Jornal do Recife, A Província, Diário de São Luís e O Combate.

<sup>96</sup> “Cuidado com os ladrões elegantes.” *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1929. p.1

para furtar homens distraídos, os casos por nós encontrados revelaram mulheres que agiam por conta própria, pondo em prática planos engenhosos, praticando crimes contra homens, mulheres e estabelecimentos comerciais.

Em maio de 1914 folhas como *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* se ocuparam de um caso de furto supostamente cometido por uma mulher “de sociedade”.<sup>97</sup>

Em uma agência de recados, cujo escritório é na galeria Cruzeiro, estava Geny, mulher bastante conhecida no mundo que se diverte.

Enquanto falava com o gerente da agência, pousou a seu lado, no balcão, uma custosa bolsa de ouro, contendo cento e tantos mil réis e cautelas de joias.

Uma senhora elegante e bem vestida, acompanhada de uma outra, que parecia ser dama de companhia, se dirigiu ao gerente e lhe entregou uma carta para ser entregue em Niterói, dizendo voltar no dia seguinte para buscar a resposta.

Isso feito, as duas retiraram-se

Em seguida, Geny deu por falta da custosa bolsa.

Não podiam ter sido outras pessoas, senão as duas damas que acabavam de partir.

Seria um engano?<sup>98</sup>

A continuação da nota comprova que Geny não estava, de fato, equivocada já que, ao reclamar ao comandante do 5º distrito, conseguiu o endereço da mulher que a furtara, tendo a mesma comparecido à delegacia e devolvido a bolsa de ouro, todavia já sem o dinheiro.

Informando acerca do mesmo furto o *Correio da Manhã* expõe pormenores da acareação feita entre as partes na delegacia.

Era vista, diariamente, na Galeria Cruzeiro, ostentando um rico vestido de seda furta-cor, chapéu última geração da moda e a girar entre os dedos uma bolsa mignon de prata, que deixava ver entre o tecido fino e delicado as libras. A dama elegante, bonita, alta, cheia de corpo, com um sorriso sempre a brincar na flor dos lábios. Ela correspondia com certos galanteios aos cumprimentos do pessoal fino, a roda dos moços bonitos. [...]

A dama elegante continuaria a ser um mistério para toda gente se certas queixas de furto, levadas ao conhecimento da polícia do 5º distrito, não fizessem com ela fosse chamada à presença da autoridade respectiva. [...]

A dama o aproxima-se. Tem a explicação da sua presença ali. Protesta, ameaça céus e terra, cita nomes de homens em evidência.

- Demito-o!

- Pleno acordo, senhora, mas depois que eu apurar tudo. – respondeu-lhe a autoridade.

[...]

- É uma infâmia, diz a dama. [...]

A dama já receosa de que o escândalo tomasse vulto, chamou o delegado em particular. Chorava.

O que ela contou, não sabemos.<sup>99</sup>

<sup>97</sup> A expressão “mulher de sociedade” foi muito utilizado pela imprensa para se referir à mulheres que aparentemente possuíam elevado poder aquisiti

<sup>98</sup> “Kleptomancia?”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1914, p.12

<sup>99</sup> “A dama elegante”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 mai.1914, p.5.

Tanto na nota do *Correio da Manhã* quanto na do *Jornal do Brasil* podemos perceber como a descrição física e dos trajes e acessórios da mulher acusadas de furto são feitos exaustivamente, de modo a criar no leitor a imagem fiel dela e não deixar dúvida de que a pessoa em questão não era o tipo de criminoso que a imprensa estava acostumada a ter em suas páginas, mas alguém que faria parte das classes abastadas. Apesar do detalhamento pormenorizado de características e comportamento das acusadas, elementos de identificação como nome, filiação e fotografia, não são revelados por nenhuma fonte.

De acordo com os periódicos consultados não restava dúvida de que Geny fora mesmo furtada pela mulher em questão, no entanto, a despeito da comprovação da culpa, a ladra não foi presa, mas liberada pelo delegado José João de Moraes. A explicação para a liberdade da mulher em questão pode ser obtida através de duas percepções, a primeira residiria no fato da polícia temer as ameaças da dama, já que, segundo o jornal *A Época*, “ela pertenceria a uma distinta família, respeitada e acatada pela alta sociedade, tendo vários parentes altamente colocados”<sup>100</sup> A segunda baseia-se na possibilidade da autoridade policial ter encarado o fato não como um crime, mas como um caso de cleptomania, a condição patológica onde o doente não controlaria seu impulso de roubar diversos objetos. A hipótese de cleptomania é sustentada pelo irmão da acusada que declara ao jornal *A Época* que a dama em questão teria dado muitos desgostos à família com atos que ele classificou como “maluquices.”<sup>101</sup>

Os casos de furto cometidos por mulheres de alta classe continuaram ao longo da década de 1910 e a percepção de que se tratavam de casos de cleptomania também. Exemplo disso foi uma ocorrência coberta pelo *Correio da Manhã* e pelo jornal *A Rua*, em dezembro de 1914. De acordo com as folhas, uma dama da alta sociedade, gerente de uma pensão na rua Bento Lisboa nº 25, teria furtado uma das hóspedes em 1016 libras esterlinas, roupas e joias. Após denúncia da hóspede lesada uma inspeção foi feita pela polícia no quarto da dama acusada, sendo os objetos do furto encontrados. Depois de prestar depoimento na delegacia, a acusada, chamada Yolande Ameriz, foi liberada e

---

<sup>100</sup> “Uma senhora da alta sociedade é presa como batedora de carteira”, *A Época*, Rio de Janeiro, 1 mai.1914, p. 2.

<sup>101</sup> Idem.

o inquérito arquivado, pois, de acordo com o delegado Seabra Júnior, o caso tratava-se de um lamentável caso de cleptomania.<sup>102</sup>

Tanto o repórter de *A Rua* quanto o do *Correio da Manhã* informaram acerca da alegação de que o caso era de cleptomania em tom rebarbativo. O primeiro sugeriu que a argumentação de Seabra Júnior, de que o caso se tratava de um estado patológico conhecido como cleptomania era, na verdade, um esforço do delegado para arquivar o processo, já que a dama em questão não poderia ter seu nome envolvido num crime por ser “esposa de um ex- tesoureiro do Banco Espanhol del Rio de la Plata, muito bem relacionado no nosso meio”.<sup>103</sup> O tom no *Correio da Manhã* torna-se mais grave e o repórter diz:

O escândalo vai tomando proporções interessantes por estarem envolvidas nele duas damas elegantes, o delegado Seabra Júnior procurando ocultar o ocorrido à reportagem, disse ontem, misteriosamente, na sua delegacia que o caso era apenas um gesto lamentável de cleptomania. O sr. Seabra Júnior, com ares solenes e graves, quis mesmo explicar aos rapazes, sequiosos por notas, o que era doença do furto, mas não conseguiu falar cinco minutos sobre o assunto, apesar de citar trinta e cinco psiquiatras, mais ou menos, conhecidos. [...]

Dai, a história complicada e semi-científica do delegado Seabra Júnior, que se incumbem de propalar e prelecionar que o caso é um gesto lamentável de cleptomania. E na ânsia de botar erudição sobre psiquiatria, o homem esqueceu-se do inquérito que parece estar arquivado.<sup>104</sup>

Dois anos depois, no ano de 1916, o mesmo o *Correio da Manhã* irá posicionar-se de maneira diferente, participando da percepção da polícia de que determinado furto, envolvendo mulheres da alta sociedade, configura-se como cleptomania. Isto é o que fica claro num fato ocorrido na famosa joalheria *Mappin & Webb* em 26 de abril de 1916. De acordo com a folha, uma senhora jovem e simpática, vestida elegantemente com uma capa preta, pediu para olhar diversas joias. Depois de algum tempo, pediu que o vendedor separasse algumas das peças e reservasse, pois, iria até sua casa, no Hotel Moderno, mandar um portador com o dinheiro para buscá-las. Meia hora depois o funcionário percebeu a falta de um valioso anel, suspeitou da dama elegante e imediatamente ligou para o Hotel Moderno, mas foi informado que ali não

<sup>102</sup> “As que cavam”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 dez.1914, p.3. “Um roubo importante que a polícia oculta”, *A Rua*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1914, p.3

<sup>103</sup> Idem. *A Rua*, p. 3

<sup>104</sup> Idem. *Correio da Manhã*, p.3

estava hospedada nenhuma dama com as características dadas pelo funcionário da joalheria.<sup>105</sup>

Não demorou muito para a joia furtada voltar a ser exibida na vitrine da joalheira, porque no dia seguinte ao furto um “mulato de boa aparência” entregou um volume ao mensageiro da *Galeria Cruzeiro*, que verificando o endereço o remeteu para a *Mappin & Webb*. O volume guardava o rico anel que havia sido levado pela dama elegante no dia anterior.<sup>106</sup>

Os casos de mulheres cleptômanas no final do século XIX e início do XX não era algo incomum. João do Rio, em crônica intitulada *Aventuras de Hotel*, conta o cômico caso em que um honesto senador se esforçava para devolver aos respectivos donos todos os pertences que sua amada mme. de Santarém havia furtado. Do Rio apresenta as cleptômanas como pessoas inteligentes, ousadas e “de uma afluência e egoísmo diabolicamente esplêndidos.”<sup>107</sup> os parentes da cleptômana ou pessoas ligadas à ela

Comentando o ocorrido, o noticiário do *Correio da Manhã* reforçou a possibilidade de o caso tratar-se de cleptomania, já que a restituição do anel à joalheria poderia ter sido obra de um marido ou parente da dama acometida pela patologia.

Tais casos nos sinalizam para um forte adentramento feminino nas áreas de comércio e de tais áreas como espaços onde a presença feminina podia ser justificada, não somente pelo objetivo do ato de comprar em sim, mas realmente como um local adequado para o desenvolvimento de uma sociabilidade da mulher. Sociabilidade está que irá aumentar na década seguinte, juntamente com os casos de roubos e furtos cometidos por mulheres pertencentes, aparentemente, às classes abastadas.

Se os roubos e furtos femininos da década de 1910 eram expostos no jornal através de construções narrativas que davam margem para serem entendidos como episódios de cleptomania, os da década de 1920 jogavam por terra qualquer tipo de dúvida que pudesse confundir os crimes noticiados com estados patológicos. Em maio de 1920, o *Jornal do Brasil* informava acerca de

<sup>105</sup> “Kleptomania?”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1916, p.3

<sup>106</sup> “Kleptomania?”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1916, p.4.

<sup>107</sup> RIO, João do. “Aventuras de hotel.” In: **Dentro da noite**. Rio de Janeiro. H. Garnier, 1910, p. 40-43.

um furto praticado por uma mulher a quem se referia como “ladra elegante e profissional”. De acordo com a folha, Francisca Lucini, que muitas vezes se auto intitulava como Alice Germana ou Yolanda, era a responsável por um delito de roubo praticado na rua São Francisco Xavier. Além deste delito, ela também era procurada por roubar roupas de uma casa na Avenida Gomes Freire. Segundo a polícia, após praticar o roubo na rua São Francisco Xavier, Francisca teria fugido num automóvel, tendo depois viajado para a cidade de São Paulo, onde conheceria pessoas.<sup>108</sup>

Duas coisas chamam a atenção na nota e nos auxiliam na compreensão de que o caso se tratava de ação criminosa de alguém que, como disse o noticiário do *Jornal do Brasil*, era “profissional”. A primeira é o fato da acusada se prevenir de uma possível identificação pela polícia, dando às pessoas nomes falsos. A segunda reside no fato da mesma preparar um meio de fuga após a prática delituosa, garantindo que um automóvel a esperasse. O uso de tal meio de transporte será uma constante na prática de roubos e furtos praticados por mulheres elegantes, como veremos a seguir.

Outra dama elegante que se utilizava de um automóvel e muita artimanha para cometer furtos era a célebre “dama de azul”, que aterrorizou as casas comerciais dos subúrbios em 1925.<sup>109</sup> De acordo com o *Jornal do Brasil*, a criminosa, que sempre se vestia usando roupas de cor azul, usava do seguinte truque.

Ontem, foi ela, finalmente, no armarinho da Avenida dos Democráticos, nº 1147, da firma Machado Filho & C, e fez compras no valor de 235\$000 que mandou levar por um caixeiro à sua casa.

Em meio do caminho, pretextando uma indisposição qualquer, a espertalhona pediu ao empregado da firma Machado Filho & C. que fosse a uma farmácia comprar-lhe um remédio.

O caixeiro, moço atencioso e educado, atendeu, mas quando voltou ao local onde deixara a freguesa, esta havia desaparecido com as mercadorias.<sup>110</sup>

Ao que tudo indica, as mulheres que se envolviam em tais delitos eram movidas, muitas vezes pela idealização de uma impunidade que lhes seria

<sup>108</sup> “A polícia às voltas com uma ladra profissional e elegante”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1920, p11.

<sup>109</sup> De acordo com a notícia publicada em 13 de novembro de 1925 pelo *Jornal do Brasil*, anos atrás outra ladra agia de maneira muito semelhante a que agia nos subúrbios em 1915, também trajando roupas em tom de azul. Em contrapartida, nossa pesquisa não encontrou nenhuma informação acerca disto em demais jornais da época.

<sup>110</sup> “A dama de azul”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro 13 nov. 1925, p.13.

assegurada pelo aparente pertencimento às classes sociais abastadas. Optei por usar, diversas vezes, as expressões aparentemente e presumivelmente pertencentes às classes abastadas porque na maior parte dos crimes aqui analisados não há a possibilidade de sabermos, com exatidão, quais das acusadas eram realmente filhas de família ricas e importantes. Todavia, ter essa certeza também não se faz primordial, já que o que nos interessa aqui é mostrar a importância daquilo que Goffmann chamou de “fachada pessoal”<sup>111</sup>, para execução dos crimes aqui apresentados.

As reportagens policiais nos mostram que, inúmeras vezes, a ideia de que uma aparência pessoal impecável, que criava no observador a impressão de um pertencimento ao mundo dos ricos, por parte do observado, se concretizava. É o que podemos perceber no caso da austríaca Berthe Senthlein, uma elegante dama de olhos negros, que furtou um anel avaliado em mais de contos de réis da afamada loja *Parc Roayle*. Na ocasião, o caixeiro da loja ficou com medo de denunciá-la e nada fez. A certeza de Berthe de que seus traços físicos e sua aparência e hábitos, como um todo, a colocavam acima de qualquer suspeita era tanta, que ela não hesitou em voltar à *Parc Royale*. Desta vez então, foi reconhecida pelo caixeiro que, por algum motivo, resolveu em chamar o delegado do 1º distrito, Raul Magalhães. Após apuração, Berthe foi presa e reconhecida como uma ladra internacional, com nome nos cadastros das polícias de Paris e da América do Norte.<sup>112</sup>

A narração de furtos de objetos e acessórios femininos continuava constante na década de 1920, mas não só de pequenos roubos viviam as criminosas elegantes. Além de pequenos objetos, peças de arte e móveis também eram furtados por tais mulheres. Em janeiro de 1924, a *Gazeta de Notícias* informava acerca da prisão de Aurelane Herbard, uma francesa que fora presa quando tentava roubar uma peça de alto valor de uma exposição de arte.<sup>113</sup> A audácia da conduta de Aurelane chama a atenção, de modo que o fato é narrado da seguinte forma também pelo jornal *O Imparcial*.

Um casal se aproximava da saída quando o guarda civil nº 871 teve sua atenção voltada para um fato estranho: uma dama elegante afrontava o sol escaldante, vestindo uma capa

<sup>111</sup> GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985, p.31

<sup>112</sup> “Aquele dama elegante de grandes olhos negros não passava de uma ladra.” **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1928.p.3

<sup>113</sup> “Uma dama elegante.” **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 jan. 1923. p.4.

que parecia encobrir qualquer coisa. Pelas dúvidas, precisamente em frente ao pavilhão argentino, o guarda abordou o casal, convidando-o a comparecer à polícia.

Foi o bastante. A dama sem mais aquela, foi deixando cair uma custosa estatueta de fino valor, em mármore, trabalho de grande valor artístico.

La carregada da seguinte maneira: a dama em questão, Aurelane Herbard, de nacionalidade francesa, amarrara ao pescoço um cachênê, o qual servia para facilitar a condução.<sup>114</sup>

Diferente de outras notícias, que informavam acerca de delitos parecidos, a reportagem do *Imparcial* não se detém muito na descrição da roupa de Aurelane. No entanto, conforma-se a informar que ela era elegante e trazia um cachênê em volta do pescoço, peça de vestuário que dificilmente poderia ser usada por alguém que não pertencesse às classes abastadas e assim, pudesse ter recursos para adquirir tal acessório.

Os delitos continuavam tendo sempre como marcas a beleza, requinte e perspicácia de suas autoras que faziam de sua condição um álibi para se colocarem acima de qualquer suspeita. Em janeiro de 1926 era a vez da loja nº 99 da Rua Senador Euzébio ser vítima de mais uma dama elegante e criminoso. De acordo com o jornal *A Noite*, uma dama elegante acompanhada de uma menina, entrou na loja de chapéus e experimentou vários. Após escolher um, pediu que um dos funcionários da loja a acompanhasse até sua residência para apanhar o pagamento do produto. Ao chegarem na Rua Frei Caneca, a dama pediu que o funcionário a aguardasse enquanto ela iria chamar o seu marido Sargento Alfredo e desapareceu. Não demorou muito para que, Julio Isaac, funcionário da chapelaria percebesse que tinha sido vítima de um golpe.<sup>115</sup>

Fazendo uso do impacto que uma aparência de pertencimento à elite podia causar, as damas elegantes prosseguiram com seus roubos e furtos, ora lançando mão de planos simples ou se arriscando em esquemas complicados que podiam ou não prescindir do elemento da eventualidade. É o que podemos observar, por exemplo, numa reportagem do *Correio da Manhã* de maio de 1924. Com o sugestivo título de “O plano audaciosa de uma dama misteriosa em Niterói”, a folha narra um arrojado crime cometido por uma mulher muito elegante na casa de móveis de Adolpho Schultz. A dama, que declarou chamar-se Lydia de Moraes escolheu diversos móveis da casa, que somaram avultada quantia. Com ar de superioridade não desejou saber o preço de nenhum deles, e despediu-se

<sup>114</sup> “Más visitas na exposição. ” **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 9 jan.1923.p.10

<sup>115</sup> “Entrou por uma porta...”, **A Noite**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1926, p.2

dizendo que voltaria o mais breve possível para buscá-los. No dia seguinte, Adolpho, o dono da loja, precisou se ausentar da mesma para visitar um parente enfermo, deixando sua ingênua esposa responsável pelo estabelecimento. A mulher misteriosa, aproveitando-se de sua ausência lá chegou, acompanhada de um carregador e levou todos os móveis, alegando à esposa de Adolpho que já havia acertado o pagamento com o mesmo anteriormente. Apesar dos esforços da polícia niteroiense, a ladra não foi capturada, porém os móveis foram encontrados em poder de um leiloeiro ao qual a dama havia passado uma autorização para vender o produto do roubo em leilão.<sup>116</sup>

Os crimes acima analisados possuem em comum o fato de não serem abundantemente acompanhados pela imprensa. Além disso, suas autoras não são abruptamente expostas através da divulgação de fotografias como geralmente ocorre quando os suspeitos e acusados são claramente pertencentes às classes pobres. Como vimos, raramente a identidade das ladras eram fornecidas, fotografias e juízos de valor acerca de suas posturas são quase que inexistentes, de forma que, o que sobressai em tais narrativas é o enfoque dado à novidade que representam os furtos cometidos por mulheres, aparentemente, pertencentes à uma elite.

Desta forma, voltaremos a acompanhar as narrativas jornalísticas referentes ao caso Marianna Prado, enxergando-o como uma grande exceção que foge completamente ao padrão dos demais, já que a mulher que o protagonizou teve sua imagem exposta, avaliada e julgada pelos repórteres e pela opinião pública.

#### 4.2. A misteriosa dama das notas falsas

Na primeira notícia encontrada na folha referente a ela, o *Correio da Manhã* intitula o texto de “Um expediente rendoso” e narra, assim como tantos outros periódicos o dia da prisão da senhorita Prado.

Recordam-se os leitores do *Correio da Manhã* de uma notícia relativa ao fato de uma *scroqueria* praticada por uma dama elegante de aparência distinta, que entrava nas casas

---

<sup>116</sup> “ O plano audacioso de uma dama misteriosa em Niterói”, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 mai. 1924, p. 3

comerciais, fazia compras ligeiras e dava em pagamento cédulas falsas de 500\$000. (...) Chama-se Marianna Prado, tem 30 anos, é filha do doutor Leopoldo Prado (...)<sup>117</sup>

O que primeiro chama a atenção na nota, não é o crime que ela relata, mas a personagem que traz como protagonista. A citação do nome, sobrenome, filiação e endereço da acusada é revelador. Não se trata da divulgação do nome de uma mulher pobre que comete uma contravenção qualquer, mas de uma mulher da elite que tem seu lugar demarcado na sociedade, é filha do conhecido engenheiro Leopoldo Prado da Companhia Ferro Carril. Não se deve imaginar que as mulheres da elite não cometessem crimes, no entanto quando cometiam era raro ter seus nomes divulgados na imprensa, isto porque buscava-se preservar, não apenas a mulher em si, mas o nome da família de elite que ela carregava. Nesse sentido, os periódicos *O Paiz e O Imparcial* vão além das informações, trazendo fotografias que expõem claramente o rosto da acusada. Desta forma, o caso de Marianna se torna instigante, já que nos direciona a questionarmos que paradigma fora quebrado para que a imprensa tomasse a atitude de divulgar o nome e a fotografia de uma mulher da alta sociedade relacionando-a à suspeita de um crime.



Figura 9: Marianna Prado. *O Imparcial*, 9 de novembro de 1920, p.3

Além de tema recorrente, durante meses nas folhas jornalísticas, o nome de Marianna Prado também passou a figurar em crônicas, como na do jornalista Orestes Barbosa. Tendo sido preso por duas vezes no ano de 1921,<sup>118</sup> acusado

<sup>117</sup> “Um expediente rendoso”, *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out.1911, p. 3

<sup>118</sup> Segundo Marilene Antunes, Orestes recebeu a pena mínima tendo permanecido preso apenas 36 dias a partir de março de 1921 e 52 a partir de novembro do mesmo ano. Cf. SANTANA, Marilene

de publicar calúnias e maledicências, ele observou com afinco a rotina da prisão tornando-se uma espécie de “porta-voz” dos encarcerados. Em 1922, publicou seu livro denominado “ *Na prisão*”; *crônicas*, onde relatava o dia à dia de presos anônimos e detentos que os jornais da época se encarregavam em transformar em famigerados personagens.

Um de seus capítulos, nomeado de “As mulheres”, aponta para um fato inusitado presenciado por Orestes quando este esteve preso, vejamos:

Numa tarde, quando eu palestrava com a Alexandrina da Conceição (...) correu na prisão das mulheres a notícia de que havia chegado presa uma bacana.

Bacana, na gíria, quer dizer: importante, protegida, endinheirada. A bacana recém vinda entrou com uma cara de herege e foi conduzida para a prisão, muito espantada, olhando para os lados, e mais desconfiada ainda para a chave grande que o guarda, insensível, fazia tilintar no argolão pelo caminho.

Quando ela transpôs o presídio, de chapéu, boa e tudo, as outras miseráveis olharam, cheias de despeito – despeito cortante que ela sentiu logo na entrada, ouvindo esta exclamação da Maria Maluca:

- O’ xente.<sup>119</sup>

O trecho nos leva a crer que a chegada na cadeia de uma mulher “bacana”<sup>120</sup> era algo realmente incomum pelo fato de tratar-se de alguém que, aparentemente, não fazia parte das classes trabalhadoras, tão comumente associadas à criminalidade.<sup>121</sup> Embora a crônica de Orestes não revele o nome da “bacana” que acabava de chegar ao presídio, a pesquisa na imprensa da época nos leva a entender que o jornalista estava se referindo à Marianna Prado. A hipótese de que a mulher descrita era realmente ela se confirma observando a edição de 12 de fevereiro de 1922 do periódico *O Jornal*, onde é relatado o grande sucesso do livro e o nome de Marianna Prado como uma das famosas personagens em questão, como se pode ver na imagem abaixo:

---

Antunes. **A imaginação do castigo**: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2010.

<sup>119</sup> BARBOSA. Orestes. **Na prisão: crônicas**. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Comércio, 1922.

<sup>120</sup> Em 1912 o escritor Elysio de Carvalho, diretor do gabinete de identificação da polícia carioca, publicou um folheto descritivo de gírias dos ladrões cariocas. Neste, explicava que o termo “bacana” provinha do lufardo, ou seja, da gíria dos gatunos do Rio da Prata e significava pessoa rica, indivíduo que estava em condição de ser roubado. Para ver mais sobre as gírias dos ladrões cariocas consultar: CARVALHO, Elysio de. **Gíria dos gatunos**. Rio de Janeiro: Imprensa comercial, 1912. p. 13-14.

<sup>121</sup> Para saber mais sobre a associação de classes pobres e classes perigosas ver: CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

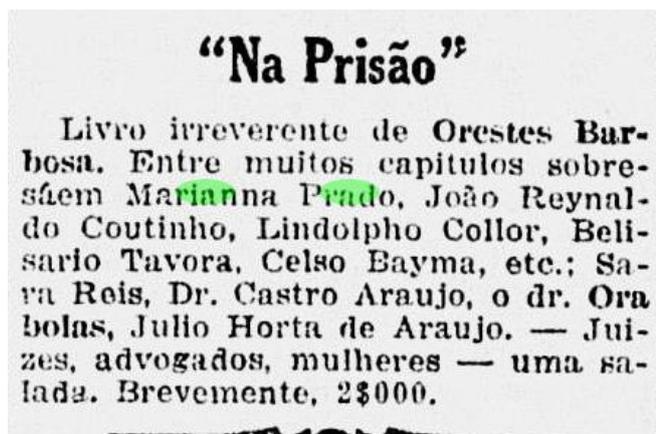


Figura 10. Recorte de jornal. *O Jornal*, 12 de fevereiro de 1922, p.6

Outro indício de que a crônica publicada em *Na Prisão* se refere à Marianna é o fato de o mesmo periódico informar em 9 de fevereiro de 1923 que Orestes teria sido chamado de “lixo” da literatura nacional pela mulher em questão.

Neste sentido o caso de Marianna Prado, se constitui como uma singularidade no contexto da vida criminal no Brasil do início do século, nos servindo de ensejo para vislumbrar de que maneira se processa uma quebra na imagem de criminoso que a polícia, a imprensa, a justiça e a própria sociedade estavam acostumados a lidar, já que Marianna estava muito longe de equiparar-se ao estereótipo de delinquente construído a partir de substratos da ideologia criminológica estrangeira e dos preconceitos de raça, classe e gênero da sociedade brasileira de então.

O periódico *A Noite*, jornal vespertino criado por Irineu Marinho, se ocupou em divulgar informações sobre Marianna Prado e sua possível participação no crime das notas falsas em apenas três momentos: uma vez em 2 de novembro de 1920 e duas vezes no dia seguinte do mesmo ano. As notas tornam-se minuciosa trazendo detalhes dos relacionamentos pessoais de Marianna.

Revela, por exemplo, que na busca dada no apartamento da rua Sachet número 39, local onde a acusada fora presa, foram encontradas correspondências com artigos literários e uma fotografia de um conhecido escritor chamado Lindolpho Collor. Tal informação é colocada antes de uma segunda que seria mais interessante para uma melhor compreensão do crime, qual seja a informação de que foi encontrada no apartamento uma cortina

oriunda da Casa Raunier, a afamada casa comercial onde a nota dada por Marianna foi devolvida sob a suspeita de ser dinheiro falso.<sup>122</sup>

O comportamento do periódico em questão não configura, de maneira nenhuma uma exceção. Quando dedicava longos espaços a descrever relatos de crimes e outros acontecimentos, fazendo uso de imagens, os periódicos estavam, de maneira indireta, buscando envolver seus leitores e entretê-los como se o crime se tratasse de um romance, no qual podia-se acompanhar detalhes diariamente, ou seja, o intuito das folhas era transformar o caso num “crime de sensação”. Analisando em sua dissertação de mestrado um famoso caso de assassinato, ocorrido no Rio de Janeiro em 1914, Marília Oliveira aponta que se tornou comum as folhas criarem narrativas sensacionais sobre os fatos ocorridos, de modo que a utilização de linguagem hiperbólica e melodramática evidenciava debates significativos para a sociedade carioca do início do século XX.<sup>123</sup>

Muito além de noticiar informes sobre a passagem de moeda falsa cometida pela jovem Marianna, os periódicos, através das narrativas de seus repórteres, veiculavam informações sobre a vida pessoal da acusada. Desta forma, podemos perceber, que tais construções narrativas funcionavam como uma maneira de julgar a trajetória de tal mulher, evidenciando uma disputa por padrões de moralidade.

Ainda de acordo com apontamentos da obra *A vocação do Prazer*, o casamento era a forma mais habitual da mulher integrar-se à sociedade, uma segunda opção era a reclusão na vida religiosa e na ausência destas duas deveria permanecer a mulher debaixo da submissão do pai.<sup>124</sup> A situação de Marianna era muito peculiar para uma mulher de sua classe. Não era casada, não estava reclusa na vida religiosa e nem tampouco submissa à autoridade do pai, já que este não tinha ciência das atividades da filha. Vejamos o que, segundo *A Gazeta de Notícias*, passou a Leopoldo Prado quando da prisão de Marianna.

O dr. Leopoldo Prado inteirado de sua prisão, dirigiu-se à polícia para obter informações detalhadas e lhe foi tal o abalo que lhe produziu a narrativa do fato que

<sup>122</sup> “A dama das notas falsas”. *A noite*, Rio de Janeiro, 2 nov.1920.p. 2. “A dama das notas falsas”. *A noite*, Rio de Janeiro, 3 nov.1920.p. 2-3.

<sup>123</sup> OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. *A tragédia da Rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2014. 199 f. Dissertação. (Mestrado em História Social da Cultura) Puc-Rio. Rio de Janeiro, 2014. p.84

<sup>124</sup> ARAÚJO. Rosa Maria Barboza. op.cit., p. 63

regressou à casa bastante enfermo, nada podendo explicar e ficando muito surpreendido com tudo quanto soube a respeito de sua filha.<sup>125</sup>

O endereço oficial de Marianna era a Ladeira do Ascurra 186, local que hoje corresponde ao bairro carioca do Cosme Velho, e ela costumava fazer compras sozinha nas lojas do centro da cidade. *O Correio da Manhã* informava, em 1 de novembro de 1920, o proceder da jovem quando saía às compras.

Uma dama elegante, vestida com apuro, saltava do seu auto à porta de um estabelecimento comercial, entrava e fazia compras. De uma carteira de prata, com incrustações de ouro, tirava uma cédula nova de 500,000 com a qual pagava a despesa.

<sup>126</sup>

Muito mais do que andar sozinha, Marianna tinha a sua disposição, assim como tantas outras mulheres de sua classe, um automóvel, o que a fazia gozar de uma imensa liberdade. Sobre este novo meio de transporte, Rosa Maria aponta que, no início de sua chegada ao Rio de Janeiro no século XX, ele era mais voltado para os passeios das famílias ricas do que como meio de transporte cotidiano.<sup>127</sup>

Embora Marianna e outras mulheres que aparecem neste trabalho andassem de automóvel utilizando os serviços de motoristas particulares, não era raro encontrar mulheres guiando carros na década de 1920. Carmen Nunes Pereira era uma delas e dirigia sempre, segundo o jornal *A Noite*, “sem medo e com felicidade”. Todavia, em 26 de março de 1925, quando dirigia pela Rua São Francisco Xavier, a sorte lhe faltou e ela perdeu a direção do veículo, lançando-o em cima de uma motocicleta da polícia, na qual estava o infeliz inspetor João Manoel Pereira que foi ferido gravemente. Ainda de acordo com *A Noite*, a motorista não foi presa, pois apresentou documentos que provavam que tudo estava em ordem e o caso tratava-se de uma fatalidade.<sup>128</sup> Outro caso que destaca a atuação de mulheres no volante é o publicado pelo *Jornal do Brasil* em junho de 1929. Segundo o repórter, “uma dama elegantemente

<sup>125</sup> “A misteriosa dama das cédulas falsas”, **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, 1 nov. 1920, p. 2.

<sup>126</sup> “A dama misteriosa das notas falsas”, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 nov. 1920, p.3.

<sup>127</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro** republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 328.

<sup>128</sup> “O auto de madame foi sobre a motocicleta da polícia”, **A Noite**, Rio de Janeiro 26 mar. 1925, p. 2.

vestida de preto”, guiava uma limusine pela Avenida Rio Branco, quando atropelou um português de 58 anos que sofreu uma contusão no peito. Após ser levada para a delegacia, a dama aproveitou-se de um descuido da polícia e fugiu do local.<sup>129</sup>

Para além da novidade e do alvoroço que a divulgação da delinquência de uma mulher branca e da elite carioca possa ter provocado na Capital Federal, a história de Marianna Prado carrega uma singularidade para a época. Diferente das demais mulheres que se envolviam em crimes de amor, como os expostos por Martha Abreu e Mariza Correa, onde o delito se dava na dimensão do espaço privado, Marianna, ao passar notas falsas no comércio carioca, estava efetuando seu crime no espaço público, local que, de acordo com a lógica da sociedade de então, não era recomendado para as mulheres, sobretudo as da elite.<sup>130</sup>

De acordo com a primeira reportagem do *Correio da Manhã*, Marianna teria lesado duas casas comerciais a *Raunier* e a *Parisiense*. Em nota do dia 2 de novembro de 1920 o jornal traz declarações do depoimento prestado por Marianna, segundo as quais a mesma reforçava o fato de ter pago à casa *La Parisiense* com dinheiro verdadeiro e que na casa *Raunier* teria acontecido o seguinte: a acusada teria recebido uma nota de 500,000 de seu pai, com a qual teria efetuado o pagamento na *Raunier*. Sendo depois procurada por um caixeiro da mesma casa e informada de que a nota era falsa, Marianna teria solucionado a questão trocando a nota falsa por uma verdadeira. Ela completa o depoimento dizendo ainda, que utilizou a nota falsa para comprar uma passagem para São Paulo na Central do Brasil.<sup>131</sup> A ênfase aqui não deve ser dada no fato da acusada mentir ou contar a verdade no depoimento, mas no conteúdo dele. Marianna afirma que usou a nota devolvida pela casa *Raunier* para comprar passagens de ida e volta para São Paulo. Outros periódicos nos informam que ela costumava viajar com assiduidade para São Paulo assim como para outras cidades. Um dos crimes dos quais a senhorita Prado era acusada fora praticado exatamente numa viagem que ela fez sozinha para a

---

<sup>129</sup> “A motorista era uma dama elegante”, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jun., 1929, p.11.

<sup>131</sup> “A dama misteriosa das notas falsas”, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 nov. 1920, p. 3.

cidade serrana de Petrópolis, onde teria lesado uma pensão passando uma nota falsa de 500\$000.<sup>132</sup>

Como já dito anteriormente, não podemos nos render facilmente à ideia de que todas as mulheres da elite viviam ainda reclusas em suas casas nas décadas de 1910 e 1920, pois o trânsito de mulheres das classes abastadas desacompanhadas no espaço público era justificado pela necessidade da compra de itens necessários à casa e a família, além da realização de compromissos reconhecidos, à época, como socialmente femininos, como chás beneficentes e visitas à parentes próximos e enfermos. No caso de Marianna, a ocupação feminina do espaço público vai muito além, pois a mesma declara viajar completamente sozinha à outras cidades, tal declaração reveste a figura de Marianna de atributos realmente alheios ao que estamos acostumados a imaginar para este período.<sup>133</sup> Tal constatação não tem a pretensão de sugerir que fazer viagens sozinhas à outras cidades era uma constante entre as mulheres de alta classe no início do século XX. No entanto, a declaração de tal fato, por uma pessoa que está sendo acusada de um crime, e que deseja, ao que tudo indica transmitir uma imagem que a configure como uma mulher de conduta honesta, atesta que a circunstância de viajar sozinha não devia ser considerado como algo fora do comum.

Outro detalhe da vida de Marianna Prado, que é largamente divulgado pelos jornais, é o fato dela manter um segundo endereço, diferente daquele oficial onde residia com sua família.

(...) a dama falsa desceu a rua do Ouvidor, encaminhou-se para a rua Sachet e entrou resolutamente no prédio de nº 19 galgando o 3º andar. (...) O terceiro andar do prédio da rua Sachet compõe-se de três apartamentos. No da frente, lado esquerdo, encontrou o comissário, deitada a senhora indicada, sobre um colchão coberta por um acolchoado.<sup>134</sup>

Quando indagada sobre tal apartamento Marianna respondeu que o mesmo era de uma tia sua que estava enferma, e que lá ia todos os dias para ver se tudo estava em ordem, já que havia objetos de valor dentro de um grande

<sup>132</sup> “O derrame das notas falsas”, **A Rua**, Rio de Janeiro, 3 nov. 1920, p.3.

<sup>133</sup> Lená de Menezes explica que nos portos do Rio de Janeiro e demais cidades portuárias eram exigidos das mulheres diversos documentos que lhe atestassem boa conduta e costumes. MENEZES, Lená Medeiros de. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio**. 1880-1930. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>134</sup> “Um expediente rendoso”, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 out. 1920, p. 3.

baú. No entanto, em nota do jornal *A Razão* de 5 de novembro de 1920, dizia-se que o apartamento da rua Sachet não era de propriedade de uma parenta de Marianna, como ela e seu pai Leopoldo Prado afirmaram, mas dela própria. O aluguel teria sido contratado por Marianna em 1916 sob o nome falso de Maria Emília Cordeiro, sendo a fiança dada por um homem rico e importante. Somente mais tarde, quando o nome falso começou a despertar rumores é que foi trocado para a propriedade de Emília Fonte, tia da acusada. Ter um segundo endereço, mais ou menos secreto dava a tal mulher a possibilidade de viver com mais liberdade, longe da vigilância do pai ou de outros familiares. Alguns jornais acreditam que era em tal local que Marianna receberia seus muitos amantes. Foi lá também que a polícia encontrou correspondências amorosas de um conhecido criminoso Julio de Moura, um possível amante da dama misteriosa.

#### 4.3. Julio de Moura: amigo, amante e cúmplice

O envolvimento de Marianna Prado na passagem de moeda falsa foi veiculado pelos diversos periódicos da então capital federal, até certo ponto, apenas como suspeita. Todavia, tais suspeitas deram lugar a certeza de participação da dama no crime quando se encontraram indícios da relação desta com Julio de Moura, um *scroque* já muito conhecido da polícia e da imprensa.

Segundo alguns periódicos como *Correio da Manhã* e *O Paíz*, foram encontradas no apartamento de Marianna, à Rua Sachet nº3, cartas que confirmariam a relação íntima e amorosa dela com Julio. Além disso, diversas testemunhas declararam que Marianna visitava assiduamente a Moura quando este esteve preso na Casa de Detenção<sup>135</sup>, local onde Julio mantivera intenso contato com o famoso falsificador Albino Mendes, figura muito conhecida da imprensa por participação em crimes de falsificação de moeda e fugas.<sup>136</sup>

<sup>135</sup> “A misteriosa dama das notas falsas”, *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1920. “A dama das cédulas falsas foi de novo interrogada”, *O Paíz*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1920.

<sup>136</sup> OTTONI. Ana Vasconcelos. *O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. 2012. 297 f. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Ciência Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012, p. 67.

A leitura das notícias veiculadas por diversos periódicos acerca do caso de Marianna e das notas falsas, nos leva a entender que, de acordo com a compreensão de quem escrevia as notas, pesava muito mais sobre a imagem da senhorita Prado o fato de manter relações amorosas com um criminoso do que ela própria ter cometido o crime de passagem de moeda falsa. Essa compreensão fica exposta de maneira muito clara quando, em 2 de novembro o repórter de *O Paíz* afirma que:

Várias cartas íntimas de Julio de Moura Filho, endereçadas à acusada, que confirmam a relação amorosa dos dois. Ora, sendo Julio de Moura Filho conhecido como scroc e, como tal, tendo sido preso e processado, a insistência de D. Marianna Prado em procurá-lo na Casa de Detenção, em defende-lo perante os juízes, junto dos quais pleiteava o julgamento de seu amante, muito faz temer pela sua reputação, agravada agora pelas notas de 500.<sup>137</sup>

Na mesma data, o noticiário de *O Imparcial* se perguntava: quais razões por que Marianna Prado, figura conceituada em nosso meio social e descendente de família distinta, mantinha estreitas relações de amizade com o conhecido scroc Julio de Moura Filho?<sup>138</sup>

Mas afinal, quem de fato era Julio de Moura e que tipo de ligação ele estabeleceu com Marianna Prado?



Figura 17. Julio de Moura Filho. *O Jornal*, 24 de novembro de 1920, p.4.

<sup>137</sup> “A misteriosa dama das notas falsas”, *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1920. “A dama das cédulas falsas foi de novo interrogada”, *O Paíz*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1920.

<sup>138</sup> “Dando a nota.” *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1920.

Julio de Moura Filho, 22 anos de idade, baixo, louro e de olhos verdes, foi preso pela polícia do Rio de Janeiro em 17 de novembro de 1920, quando tentava comprar um relógio na joalheria de João da Silva Carvalho, na rua Senador Eusébio nº16. O relojoeiro Carvalho muito estranhou a nota de 500,000 com a qual Julio tentou pagar o produto e dirigiu-se com ele até a Central do Brasil com a desculpa de ali conseguir troco para o freguês. Lá chegando o agente da estação verificou ser a nota falsa ao que Julio correu, mas logo foi capturado e levado para a delegacia. Na delegacia não encontraram com ele nenhuma nota, além do que o mesmo alegou chamar-se Mario de Oliveira, embora tivesse bordadas no colarinho de sua camisa as iniciais J. M, o que suscitou dúvida no comissário. A identidade de Julio só foi verificada através de um pequeno truque utilizado pelo agente:

Para apanhar a confissão usou de um truque: disse que estava na delegacia e desejava falar ao cavalheiro preso, uma senhora, que ele comissário não havia atendido porque a pessoa procurada, segundo dizia a senhora, tinha outro nome – chamava-se Julio de Moura. (...). Disse-lhe o comissário que a moça dera o nome de Marianna. Então o preso confessou que ele era de fato Julio de Moura.<sup>139</sup>

Apesar do *Correio da Manhã*, assim como diversos outros periódicos, informar que Julio fora preso, processado e condenado pelo crime de moeda falsa, não foram encontrados, nas intensas pesquisas no acervo judiciário do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, inquéritos que constassem o nome dele como investigado ou réu em tal crime.<sup>140</sup> Porém seu nome aparece nos inquéritos de outros delitos que teriam sido cometidos por ele no ano de 1919.

Num sumário de culpa registrado em abril de 1920 Julio aparece sendo acusado de se apropriar indevidamente da quantia de 29.000,000 pertencentes ao seu então chefe Abdon Baptista. De acordo com os autos, Julio gozava de estima e muita confiança na firma de Abdon Baptista de maneira que este havia, em 30 de agosto de 1918, confiado a ele a tarefa de depositar no *Crédit Foncier Dé Brésil* 556 fardos de fumo. O empregado muito sagazmente obedeceu a ordem, porém realizou o depósito em seu próprio nome. Pouco menos de um

<sup>139</sup> “Revive o caso das notas falsas”, *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1920.

<sup>140</sup> Os periódicos que indicam o nome de Julio de Moura como preso e processado pelo crime de moeda falsa são: *O Correio da Manhã*, *O Jornal*, *A Gazeta de Notícias*, *O Paíz*, *A Razão*, *O Imparcial*, *O Imparcial*, *A Noite*, *A República*, *Jornal do Brasil* entre outros.

ano depois, em 22 de outubro de 1919, Julio comete outro crime contra o mesmo Abdon Baptista, preenchendo e falsificando um cheque, no valor de 18:000,00, que lhe roubara nas dependências da firma.

Nas declarações prestadas pelo réu ao delegado Francisco Eulálio do Nascimento e Silva Filho, na terceira delegacia auxiliar, ele alega que de fato recebeu os 556 fardos de fumo em folha de seu chefe Abdon Baptista, no entanto Baptista teria verbalmente consentido que Julio depositasse a mercadoria em seu próprio nome, a fim de que não se tornasse conhecido que a firma *Abdon Baptista e Companhia* levantava dinheiro sob caução. No depoimento Julio prossegue afirmando que entregou ao seu chefe a quantia de vinte contos de réis referentes às mercadorias e que, mais tarde, este tentou “levantar a caução” e que o banco se opôs pelo fato de a transação ter sido feita em nome de Julio. Quanto ao cheque falsificado, alegou só tomar conhecimento pelos jornais, além de gabar-se de ter ganho cerca de 60 contos de réis nas casas de jogo que frequentava e arrecadado uma quantia de 120 contos líquidos no comércio.<sup>141</sup> A fama de jogador de Julio foi atestada por diversos jornais que informavam que em suas noites de jogatina tinha por companhia mulheres como Marianna Prado e Madame Mary Mitchel.

Embora Julio declarasse que não tinha conhecimento do cheque, um relatório do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal comprovava, através de um exame de caligrafia, que a pessoa que preencheu e assinou o cheque de 18:000,00 fora mesmo ele.<sup>142</sup> Apesar disso, ele não foi reconhecido como o indivíduo que descontou o cheque pelos funcionários do Banco Francês e Italiano Washington Alheiro e Alberto Leal do Couto, todavia seus colegas de trabalho da firma Abdon Batista e Cia, Antônio Ramos Alvim, Manoel da Nóbrega da Silveira e Pedro José Kairús, afirmaram em seus depoimentos que Julio havia mesmo roubado o referido cheque, abusando assim da confiança que o patrão da firma depositava nele.

Um segundo inquérito policial no qual Julio aparece como réu data de 26 de dezembro de 1919. Desta vez, ele teria se apossado de 4573 quilos de gomas refinadas, também pertencentes a Abdon Batista, e as vendido como de sua propriedade no escritório da firma *Castro Guidão e Cia*. O acusado declara que

---

<sup>141</sup> Arquivo Nacional. Vara criminal do Rio de Janeiro 6. Caixa 1943. Processo 895.

<sup>142</sup> Arquivo Nacional. Vara criminal do Rio de Janeiro 6. Caixa 1943. Processo 895, p.17-19.

de fato realizou tal ato, mas com a devida autorização de Abdon Batista, que assim procedera para sanar uma dívida de quarenta contos que tinha com Julio. O documento que, segundo ele, lhe dava direito de vender a mercadoria lhe foi entregue por Manoel Nóbrega da Silveira, também funcionário da firma de Abdon Batista. Nas declarações, Nóbrega informa que, apesar de ser conterrâneo de Julio, ambos eram naturais do estado de Santa Catarina, nunca manteve relações próximas com ele e que a alegação de que ele tivesse sido encarregado por Abdon Batista a entregar qualquer documento a Julio trata-se de calúnia e torpeza.<sup>143</sup>

As declarações de Abdon Batista, prestadas em 10 de dezembro de 1919, nos fazem refletir acerca da capacidade de Julio em elaborar explicações plausíveis, quase verossímeis para os atos cometidos por ele contra seu ex patrão e que, em determinados momentos, nos fazem pensar que, se ele não era de fato inocente, possuía uma grande habilidade para inventar situações que depunham em seu favor. Batista declarou que nada devia a Moura e mesmo que assim fosse não seria razoável encarregá-lo de vender mercadorias suas após ter dado contra ele a queixa por lhe roubar e falsificar um cheque e se apropriar dos 556 fardos de fumo. Batista informa ainda que, após a queixa dada por ele na terceira delegacia, nunca mais viu a Julio, porém foi procurado em seu escritório pelo irmão deste juntamente com o advogado Evaristo Costa que desejava fazer um acordo acerca dos prejuízos que lhe haviam sido causados pelo ex-funcionário.<sup>144</sup>

Embora não tenha sido provado que Julio tivesse de fato arrombado o escritório da firma Abdon Batista e de lá retirado o conhecimento das barricas de goma refinada, ele foi preso em 16 dezembro de 1919. Seu advogado, Evaristo Costa, escreveu, em 10 de janeiro de 1920, um comunicado de 8 páginas onde tentava provar sua inocência, alegando que tais fatos se deviam a uma perseguição do político Abdon Batista ao seu ex empregado por este ter descoberto algo que poderia vir a prejudicá-lo. Além disso, Evaristo afirma que a autoridade policial do caso, delegado Carlos Faria Souto, não teria agido criteriosamente e de forma imparcial, já que Abdon Batista tinha sido seu colega na Câmara dos deputados.

---

<sup>143</sup> Arquivo Nacional. Vara criminal do Rio de Janeiro 6. Caixa 1943. Processo 895, p. 33-34.

<sup>144</sup> Arquivo Nacional. Vara criminal do Rio de Janeiro 6. Caixa 1943. Processo 895, p. 39-40.

Essas são as informações que temos, acerca de Julio de Moura antes de seu nome ser ligado ao de Marianna Prado no crime de notas falsas em 1920. Como já dito antes, Moura fora preso por tentar passar uma nota falsa numa joalheria em 17 de novembro de 1920, a partir daí seu nome aparecerá frequentemente nos jornais como personagem de uma conturbada história que envolverá o delegado Armando Vidal, o chefe de polícia Geminiano de França além de Marianna Prado e a prostituta Mary Mitchell.

Pouco dias após a prisão de Julio, pela suspeita de passar moeda falsa, diversos jornais veicularam notícias referentes a um terrível espancamento que ele teria sofrido a mando do 2º delegado Armando Vidal. Segundo o *Correio da Manhã*, em 4 de dezembro de 1920, Julio teria dado a seguinte explicação para o espancamento:

[...] deixara de assinar o depoimento que lhe dera a autoridade [Armando Vidal] para assinar, por motivo de conter o mesmo revelações comprometedoras para Mary, sua ex-amante, Marianna Prado, a quem conhece por antigas relações de família, e um tal Barbosa.<sup>145</sup>



Figura 12. Julio de Moura exibindo peito machucado.  
Arquivo Vermelho, 24 de novembro de 1920, p.1.

<sup>145</sup> Arquivo Nacional. Vara criminal do Rio de Janeiro 6. Caixa 1943. Processo 895, p.38.

Entre os periódicos que se ocuparam em narrar a suposta surra levada por Julio de Moura destacou-se a revista *Archivo Vermelho*, criada pelo repórter policial Silva Paranhos em 1918. Segundo Joseli Mendonça, tal empreitada tinha como objetivo fazer da publicação um “minucioso noticiário dos crimes ocorridos na Capital Federal, além de funcionar também como um repositório de informações que pudessem ser consultadas por jornalistas e profissionais forenses. Ainda de acordo com Joseli, o *Archivo Vermelho* era lido e aceito por um público bastante diversificado. A partir de 1919, teria deixado de lado sua antiga imagem de parceria com a instituição policial e passado a compor críticas duras à polícia e ao seu então chefe, Geminiano de França.<sup>146</sup>

Foi nesta conjuntura que, em de novembro de 1920, o periódico narrou as explicações de Julio de Moura:

Era um depoimento a muim atribuído e onde eu declarava que tinha trazido de São Paulo, onde os recebera de um tal Barbosa, vinte contos em notas falsas: que as havia distribuído entre Marianna Prado e Mary, conservando uma parte para mim: que as notas eram muito bem-feitas e já haviam sido passadas, havendo ainda outras afirmações tendentes a comprometer Marianna e Mary.<sup>147</sup>

Pode-se perceber no depoimento de Julio sua intenção de não incriminar Mary e Marianna, no entanto se torna evidente que com relação a esta segunda, é feita mais do que uma tentativa de afastamento do crime das moedas falsas, o declarante busca deixar claro a relação que tem com a mesma afirmando que o conhecimento entre ambos é fruto de antigas relações de família, não se tratando de uma relação amorosa como afirmou o *Correio da Manhã* em 2 de novembro. A postura de Julio nos deixa entrever, mesmo que de forma nebulosa, as possibilidades que existiam na sociedade carioca do início da década de 1920 com respeito às relações que as mulheres da elite podiam manter com o sexo oposto. Ainda que Marianna fosse mesmo amante de Julio, como sugeriam as cartas amorosas encontradas pelo polícia no apartamento dela e como afirmaram algumas testemunhas, ele jamais poderia assim afirmar, pois um relacionamento amoroso “não oficial”, ou seja, sem o conhecimento,

<sup>146</sup> MENDONÇA, Joseli. “O nome define a coisa: crime e militância nas páginas do *Archivo Vermelho* (1918-1921)”. In: **Policías escritores, delitos impresos**: revistas policiales en América del Sur. Disponível em: <<https://www.teseopress.com/policiasescritores/>>. Acesso em 30 de maio de 2017.

<sup>147</sup> “O caso Julio de Moura: a selvageria do mata-bicho Armando Vidal”, **Archivo Vermelho**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1920.

aprovação e observação da família poderia “manchar” a honra de uma moça da elite.

Ao mesmo tempo em que Julio de Moura age no sentido de afastar o nome de Marianna Prado do crime das moedas falsas e justificar o vínculo entre ambos como “antigas relações de família”, Marianna também atua, ainda que de maneira indireta, no sentido de minimizar a situação de Julio e a dela própria perante à polícia. É curioso notar que, após o suposto espancamento o advogado de Marianna, dr. Caio Monteiro de Barros, tenha se tornado também o mesmo advogado de Moura. Segundo reportagem da *Gazeta de Notícias*, em 23 de novembro de 1920, teria chegado ao advogado Caio Monteiro de Barros informações, através de um funcionário da Inspetoria de investigações e capturas, segundo as quais Julio teria sido espancado na 2ª delegacia por ter se recusado a assinar um documento comprometedor para sua cliente Marianna Prado. Se isso for de fato verossímil, mais uma vez se torna evidente a tentativa de se proteger o nome da senhorita Prado. Quando uma rede de contatos, ligadas à Marianna e sua família, obtém a informação de que seu nome pode ser comprometido através da pessoa de Julio de Moura o advogado dela passa também a ser o advogado dele. Em mais um depoimento prestado por Julio ao promotor público André de Faria Pereira, e veiculado pela *Gazeta de Notícias* em 4 de dezembro de 1920, ele alega não conhecer o advogado Caio Monteiro de Barros e que só teria tomando conhecimento de que ele havia impetrado um habeas corpus e um pedido de exame de corpo de delito em favor dele, quando saiu da polícia e foi disto informado pelos senhores Obed Cardoso e Mauro Carmo, respectivamente um criminoso e um jornalista.<sup>148</sup>

A atuação da imprensa também “colabora” para melhorar a imagem de Julio, ainda que de maneira indireta, no início de sua aparição nas seções criminais dos periódicos, por volta do ano de 1919, ele é sempre descrito como um *scroc*, estelionatário. Após seu suposto espancamento, as folhas se encarregam de colocá-lo como uma vítima da polícia carioca, isto pode ser depreendido na mudança de postura assumida pelo jornal *A Razão* que faz a seguinte afirmação sobre Moura em 2 de novembro: “Está averiguado igualmente que o *scroc* tinha relações com moedeiros falsos, relações essas que

---

<sup>148</sup> “Polícia de espancadores: o depoimento de Julio de Moura”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1920, p. 2.

se tornaram mais íntimas com o convívio que teve na Casa de Detenção com Albino Mendes e outros. ”<sup>149</sup>

Dias depois, já em 4 de dezembro a figura de Julio passa a ser tratada como vítima. “O inquérito farsa da polícia sobre o caso Julio de Moura prosseguiu ontem, sendo ouvidas as pessoas abaixo declaradas, inclusive a vítima do sr. Armando Vidal”.<sup>150</sup> A nota deste dia traz as declarações do advogado Caio Monteiro de Barros que faz pesadas acusações ao 2º delegado Armando Vidal e ao chefe de polícia Geminiano de França. Este é acusado de ser conivente com o espancamento de Julio e de tentar atralhar o inquérito, já que mandou trazer para serem reconhecidos os funcionários da 3ª delegacia, quando o espancamento do preso Julio deu na 2ª delegacia, além disso o chefe de polícia ainda foi censurado na nota por mandar seus subordinados impedir que a imprensa entrasse na sala onde ocorriam as declarações de Moura e de seu advogado Monteiro de Barros, a fim de evitar que tais informações se tornassem públicas. Já Armando Vidal é acusado de tentar adiar a realização do exame de corpo de delito com o propósito de fazer desaparecer as marcas do espancamento do qual teria sido o mandante. <sup>151</sup>

No dia seguinte, 5 de dezembro, as denúncias de *A Razão* tornam-se mais pesadas. O repórter ironiza o fato de terem sido chamados a depor o 3º delegado Nascimento Silva e seu suplemente Carlos Costa, alegando que as palavras dos mesmos não mereceriam nenhum tipo de crédito no assunto em questão, já que tais homens seriam dependentes de Geminiano de França e, desta forma, não poderiam oferecer informações imparciais sobre o caso. Lamenta também a fraqueza do promotor público André Faria Pereira que permitiu que o negro Valentim, reconhecido por Julio como um de seus espancadores, não prestasse seu depoimento na frente da vítima, tornando este depoimento em segredo de justiça quando todos os outros referentes ao caso foram prestados de portas abertas. Por fim, é feito um imperativo apelo ao promotor:

Apelamos, portanto, ao dr. André de Faria Pereira para que ele ou moralize o caso ou dele se retire, não se prestando a sancionar com sua presença esses truques indecentes que exerce o descarado do chefe da polícia. <sup>152</sup>

<sup>149</sup> “Da vertigem do luxo ao crime”. **A Razão**, Rio de Janeiro, 2 nov. 1920.

<sup>150</sup> “O caso Julio de Moura. ” **A Razão**, Rio de Janeiro, 4 dez. 1920.

<sup>151</sup> “O caso Julio de Moura. ” **A Razão**, Rio de Janeiro, 4 dez. 1920.

<sup>152</sup> “O caso Julio de Moura”, **A Razão**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1920, p. 3.

As denúncias de *A Razão* prosseguem no dia 10 do mesmo mês, neste dia sobressaem as declarações do jornalista Mauro Carmo, redator do *Rio-Jornal*, homem que, segundo Julio de Moura, juntamente com Obed Cardoso, teria sido o primeiro a encontrá-lo quando este foi solto. Mauro afirmou que não esteve com Julio e Obed no dia 20 de novembro e que eram falsas as afirmações de Obed as quais apontavam que Julio teria ferido a si mesmo para incriminar o delegado Armando Vidal, embora acreditasse que: “pelo conhecimento que tem da vida regressa de Julio de Moura, acha-o capaz de outros crimes, inclusive esse de simular ferimentos para se declarar espancado pela polícia”.<sup>153</sup> Por fim, a nota ressalta que o inquérito sobre o derrame das notas falsas teria passado, a pedido do próprio Armando Vidal, da 2ª para a competência da 1ª delegacia, a qual de fato caberia a responsabilidade, já que o caso teria se passado na zona do 3º distrito da qual faz parte a 1ª delegacia auxiliar, desta forma a nota insinua que Vidal teria: “um interesse inconfessável de ver, ouvir e ter sob custódia e sob a sua guarda a dama elegante, outrora misteriosa.”<sup>154</sup>

Segundo edição de *O Paiz* de 30 de novembro de 1920, até aquele momento 16 testemunhas já haviam prestado depoimento acerca do espancamento de Julio de Moura a mando do delegado Armando Vidal. De acordo com a consulta às notícias dos diversos periódicos, somente Julio, seu advogado Caio Monteiro de Barros e o auxiliar deste, Oscar Pinto de Oliveira afirmam as evidências do espancamento. As demais testemunhas, delegados, suplentes, guardas e presos declaram não terem visto nada que de fato comprovasse as acusações de Julio.

Após os conturbados meses de novembro e dezembro de 1920, onde os jornais ofereceram farta gama de informações acerca de Julio, Marianna, as notas falsas e o espancamento o caso vai perdendo a força e as notícias acerca dele vão diminuindo. Somente em 15 de fevereiro de 1921 alguns periódicos veiculam a notícia do pedido de prisão preventiva do casal, que é concedido pelo juiz Benjamim Antunes Filho a Julio e negado quanto à Marianna. Segundo o juiz em questão, apesar de haver provas e indícios da culpa da senhorita Prado, a prisão dela não se faz necessária por ser tratar de “uma moça

---

<sup>153</sup> “O caso Julio de Moura”, **A Razão**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1920, p. 3.

<sup>154</sup> “O caso Julio de Moura”, **A Razão**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1920, p. 3.

que vive sob o teto do pai, homem formado, funcionário público de certa categoria, e mais que tudo, de vida até hoje inatacada. ”<sup>155</sup>

Um mês depois o caso se encerra com a notícia da absolvição de Marianna em 16 de março de 1921, sob a alegação de que contra ela não havia provas, apenas indícios do crime e que ninguém poderia ser condenado apenas por indícios de criminalidade.<sup>156</sup> Quanto a situação de Julio no caso nada é mencionado em nenhum dos periódicos consultados.

O texto das reportagens sobre a senhorita Prado e o crime das notas falsas desvela diversas ideias e valores da época sobre a mulher. Em sua dissertação de mestrado, sobre crimes e criminosos nas reportagens policiais da época, Ana Ottoni nos informa que:

Essas reportagens, que diziam respeito às matérias em forma de artigos e às grandes coberturas policiais, mesclavam informações e comentários dos repórteres/redatores. (...) As opiniões tinham em aparência o sentido de expressar um consenso, como se todos os significados com que os repórteres trabalhavam fossem comuns para toda a sociedade.<sup>157</sup>

Vejamos então, a opinião do repórter do jornal *A Razão* em nota do dia 1º de novembro de 1920:

A moça, ora atirada à evidência do crime, é uma vítima consciente da obsessão do luxo ambiente no atual momento da *urbs*. (...) A necessidade do luxo levo-a à corrupção e aos amantes. (...) Marianna Prado além de um símbolo da decadência da sociedade presente é uma advertência.<sup>158</sup>

O texto do jornal nos permite vislumbrar a intenção do autor de responsabilizar o advento da modernidade como um dos elementos responsáveis por corromper o comportamento das pessoas, sobretudo das mulheres como Marianna, que desejosa de acompanhar os ditames da “última moda” se lançou na vida do crime. Posição muito diferente desta assume o repórter do *Arquivo Vermelho* ao divulgar notícias sobre Marianna e Julio de Moura, seu amante e também acusado de passar notas falsas, ao qual a polícia

<sup>155</sup> “O caso das notas falsas”, *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1921, p.3.

<sup>156</sup> “O caso das notas falsas”, *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1921, p.3.

<sup>157</sup> Cf. OTTONI, Ana Vasconcelos. *O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa* (Rio de Janeiro, 1900-1920). 2012. 297 f. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Ciência Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012.

<sup>158</sup> “Um capítulo da vida do alto mundanismo no Rio”. *A Razão*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1920, p.4.

chegou após encontrar as cartas amorosas dele no apartamento da rua Sachet. Ao tratar sobre um possível espancamento que Julio de Moura teria sofrido a mando do delegado encarregado do caso Armando Vidal, o autor do *Arquivo Vermelho* profere a seguinte afirmação sobre Marianna. “Um tipo realmente curioso capaz de enfiar, num abrir e fechar de olhos, todos os sherlocks baratos da nossa polícia truculenta pelo fundo de uma agulha”.<sup>159</sup> Através de suas palavras é possível ao público leitor construir uma imagem da acusada. No seguimento do texto da reportagem Julio é citado como um boneco nas mãos de Marianna. É como se ela se tornasse a responsável pelo crime que ele possivelmente teria cometido. Ao meu ver, a opinião do autor constitui a percepção de uma inversão, visto que numa sociedade patriarcal onde as mulheres não possuíam autonomia, como explicar que um homem fosse aliciado ao crime por uma mulher, ou mesma que esta pudesse influenciá-lo na prática de delitos. O texto corrobora, ainda que de maneira indireta, com a percepção de um agir feminino independente do poder masculino.

Outra ideia que pode ser recuperada e utilizada da dissertação da *Tragédia da Rua Januzzi* é aquela que trata sobre uma tendência a culpabilização, por parte dos jornalistas, médicos e magistrados, daqueles personagens que feriam os valores da lógica social patriarcal brasileira.<sup>160</sup> Tal ideia, já trabalhada por Martha Abreu e outros autores se aplica à narrativa que se faz do crime das notas falsas envolvendo Marianna Prado. Enquanto muitos jornais trazem declarações chorosas de Marianna e a colocam como uma vítima dos avanços desenfreados da modernidade e de seus amantes, a folha *O País* constrói dela uma imagem bem diferente. O jornal informa que foram encontradas muitas cartas íntimas de Julio de Moura endereçadas à Marianna, o que comprovaria a ligação amorosa entre ambos. Além disso, apurou-se que Marianna fez diversas visitas à Casa de Detenção quando Julio de Moura esteve preso e de que não mediu esforços para defendê-lo diante dos juízes. A reportagem prossegue com uma opinião pessoal do autor, quem entende que a ligação amorosa de Marianna com Julio de Moura pesa mais sobre sua

---

<sup>159</sup> “O caso de Julio de Moura: uma ignóbil força policial”, *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1920, p.11.

<sup>160</sup> “O caso de Julio de Moura: uma ignóbil força policial”, *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1920, p. 8-9.

reputação do que a suspeita de que ela seria misteriosa dama passadora de notas falsas.

Ainda na mesma nota cita-se o já conhecido nome de “Mary”, mulher descrita como “bem vistosa e elegante”, frequentadora assídua de casas de jogo, que fora presa no dia anterior. Segundo o autor, o 2º delegado Armando Vidal chega até o nome de Mary após descobrir a ligação de Julio com Marianna, já que a primeira havia sido vista inúmeras vezes em companhia dele nos clubes chiques onde costumava jogar violentamente. No fim de tal artigo Marianna Prado e Mary são colocadas em pé de igualdade pelo autor: “essa mulher, conhecida como madame Mary foi presa ontem (...) onde bem depressa foi constatada a semelhança entre elas. Ambas altas, de formas bastas, bem trajadas, audaciosas e amantes de Julio de Moura”.<sup>161</sup> Tal posição pode nos auxiliar no entendimento da intenção do autor que, ao equiparar Marianna, mulher até então reconhecida como honrada e de família, com Mary, uma mulher assumidamente de vida libertina, dada aos amantes e ao jogo, busca apelar para os conceitos de moralidade dos leitores no caminho de associar a “imoralidade” de tais mulheres à prática de crimes.

Segundo a mesma linha a folha *A Razão* também constrói sua narrativa apelando para conceitos ligados à moralidade expondo detalhes do uso que Marianna, supostamente, faria de suas relações amorosas. Muito longe de ser a moça inocente, a folha atestava em 5 de novembro de 1920 que ela seduzia os homens de poder para tirar deles vantagens financeiras.

Na roda dos cortejadores de Marianna Prado são sobejamente conhecidas todas as patifarias por ela praticadas. (...). Amparada por uma infinidade de cavalheiros, políticos e ricos há muito que Marianna vem metida em grandes negócios. O seu luxo espantoso, as suas joias, os seus vestidos caríssimos, dois automóveis de praça que sempre estiveram ao seu serviço (...) tudo isso consumia enorme receita que, positivamente que não poderia ser satisfeita com o dinheiro que seu pai na delegacia disse fornece-lhe para as despesas. Evidentemente tinha que ser fornecido por seus amantes.<sup>162</sup>

A nota prossegue indicando que entre os muitos amantes de Marianna estaria o seu próprio padrinho, um comerciante que teve de recuar sob pena de cair na miséria. É citado também um segundo comerciante que sendo muito

<sup>161</sup> “Em busca de falsários”, *O Paiz*, 2 nov. 1920, p.7.

<sup>162</sup> “Da vertigem do luxo ao crime”, *A Razão*, Rio de Janeiro, 5 nov. 1920, p. 4.

rico teria emprestado à Marianna 30 contos que ela não devolveu, lesando-o também no negócio da compra de uma casa. Após tais revelações a nota indica que há muito mais coisas a revelar e que a chave para desvendar o problema a polícia encontraria entre os muitos ex- amantes da senhorita Prado.

Nos dias que seguiram os jornais continuaram a veicular informações, reais e inventadas, sobre os envolvidos no crime das notas falsas. Em 14 de fevereiro de 1921 o *Correio da Manhã* noticia que o juiz da 1ª vara criminal, Benjamim Antunes, solicitou a prisão preventiva de Julio e de Marianna. A nota prossegue afirmando que a prisão do primeiro foi deferida e a da segunda foi negada.<sup>163</sup>

Uma semana mais tarde, em 23 de fevereiro de 1920, a folha traz alguns detalhes do sumário de culpa de Marianna e Julio de Moura. O que chama atenção é o fato de nenhuma testemunha se referir à Marianna, somente à Julio.<sup>164</sup> Finalmente, em 16 de março de 1921, publica-se a notícia de que Marianna fora absolvida por falta de provas. O *Correio da Manhã* é o único entre seus congêneres que se preocupa em explicar como e por quê se deu a absolvição. Em duas grandes colunas na qual se lê, como título, “D. Marianna Prado, absolvida por falta de provas”. O relato indica que os funcionários das casas Raunier, La Parisiense e Casa Comercial de Alberto Almeida e Companhia não atestam que a ré teria cometido crime de micha nestas referidas casas. Aponta ainda, que as testemunhas que acusam Marianna nunca se referiram a Julio de Moura e que, portanto, não há como se provar relação existente entre os dois no que se refere ao crime. O juiz completa, ainda que não existe a possibilidade de se condenar a ré com base apenas em seus indícios de criminalidade.<sup>165</sup>

Duas questões devem ser ressaltadas: a primeira diz respeito ao alcance das relações sociais e pessoais de Marianna, que podiam envolver homens da elite como o político Lindolfo Collor e seu advogado Monteiro de Barros e também homens de vida reconhecidamente criminosos com Julio de Moura. A segunda questão relaciona-se com o papel desempenhado pela imprensa neste caso, que transitou por diversos caminhos ora lamentando o que os avanços da

<sup>163</sup> “O caso das notas falsas de 500,000”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1921, p.3.

<sup>164</sup> “O caso das notas falsas de 500,000”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro 23 fev. 1921, p.3.

<sup>165</sup> “O caso das notas falsas de 500,000”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro 16 mar. 1921, p.3.

modernidade fizeram com a pobre vítima Marianna, lançando-a na vida do crime e da devassidão, ora execrando-a como mulher mundana e gananciosa, capaz de enganar os agentes da polícia e induzir seus amantes a diversos delitos. Longe de intentar explicar se Marianna era de fato inocente ou culpada no caso das notas falsas, este capítulo esforçou-se para demonstrar, através da vida da jovem acusada, uma série de possibilidades de existência feminina. Existência essa que se coadunava em situações que podiam ser aceitas ou podiam se chocar contra o heterogêneo conjunto do que se esperava de uma mulher branca e pertencente às classes dirigentes.

## 5. “Um homem-mulher, uma mulher-homem”

Como vimos, o ano de 1911 foi palco de uma série de aglomerações nas vias públicas e debates na imprensa por conta do uso da *saia-calção*. No entanto o modelito de origem francesa não foi o único elemento causador de disputas e contestações do período. O antigo costume de se fantasiar com roupas características do sexo oposto durante o carnaval, situação que a imprensa costumava nomear de “travestis”, também gerou controvérsias e polêmicas. Apesar das diversas discussões, o então chefe de polícia do Rio de Janeiro não conseguiu evitar que homens e mulheres pulassem os três dias de folia usando trajes que não eram considerados corretos para eles. É o que nos confirma o cronista da coluna *Pequenos Echos*, da folha carioca *A Notícia* quando, em 7 de fevereiro de 1911, anuncia que a única preocupação que a população do Rio de Janeiro deveria ter naquela ocasião, seria a possibilidade de chuvas intensas nos dias de folia, pois a proibição de préstitos e “travestis” durante o carnaval já estava suspensa.<sup>166</sup>

Ainda que a polêmica acerca da proibição a prática do travestismo no Carnaval de 1911 seja uma questão muito importante e que merece ser melhor explorada, o intuito das linhas a seguir se volta para a análise da questão do travestismo nos períodos compreendidos fora dos dias carnavalescos, baseado na compreensão de que, distante dos dias dedicados à momo, o uso de roupas do sexo oposto não poderia ser justificado apenas mediante aos motivos de diversão e troça largamente associados à festa.<sup>167</sup>

Partindo do entendimento de que a roupa poderia assumir uma forte ligação com uma regulamentação sociocultural e ter o poder de incluir ou excluir o indivíduo e de que o seu uso estaria intimamente relacionado às expressões de identidade de gênero<sup>168</sup>, este capítulo analisará a forma como a

---

<sup>166</sup> “Pequenos echos”, **A Notícia**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1911, p. 1.

<sup>167</sup> O uso do conceito de *travestir* utilizado neste trabalho é aquele enunciado no dicionário Aurélio, a saber: “Transformar ou transformar-se de maneira a adotar o vestuário, os hábitos sociais e comportamentos usuais do sexo oposto”. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/travesti>>. Acesso em: 12 May. 2017

<sup>168</sup> Segundo Letícia Lanz: “Os corpos que não se conformam aos códigos do vestuário, especialmente os códigos designados para cada um dos gêneros, corpos que desprezam as

imprensa das primeiras décadas do século XX narrou e lidou com os casos em que homens e mulheres disputaram identidades de gênero através do vestuário. Direcionamos o foco de tal investigação naquilo que a imprensa costumava chamar de “mulher-homem”, ou seja, mulheres que trajavam vestuário masculino, mas também, lidamos em determinados momentos com casos onde a situação se invertia, ou seja, nos casos chamados “homem-mulher.”

Em janeiro de 1913, o jornal niteroiense *O Fluminense* trazia a seguinte notícia:

Ontem, pouco depois da meia noite, na Ponte Central, foi presa uma mulher de cor parda que se achava vestida de homem.  
A prisão foi efetuada por um agente da polícia que desconfiou do indivíduo.  
A referida mulher, que se negou a dar o nome e qualquer outro esclarecimento, vestia um magnífico terno de sarja preta.  
Em um dos bolsos do paletó, trazia um líquido, sobre o qual não quis também ela dar explicações.<sup>169</sup>

Ser mulher e vestir-se com roupas consideradas masculinas nos anos 1910 e 1920 do século passado não era tarefa das mais simples, havia sempre o olhar curioso dos transeuntes e agentes policiais na rua e o grande risco de virar chacota nas páginas da imprensa que não perdia a oportunidade de tratar os casos em tom sensacionalista, fazendo deles uma grande zombaria.

Entre os muitos casos de “mulher-homem” explorados pela imprensa, é possível perceber os distintos formatos utilizados para narrar as diferentes situações onde a polícia intervinha e conduzia à delegacia os indivíduos surpreendidos em trajes considerados opostos à sua condição de homem ou mulher. Apesar de diferirem em alguns aspectos, os formatos narrativos possuem em comum o fato de sempre serem orientados pela percepção de que a pessoa “travestida” buscava apenas um disfarce.

---

convenções de sua cultura e se apresentam publicamente sem as roupas apropriadas, são considerados transgressores da ordem social e se arriscavam a ser ridicularizados, rejeitados, marginalizados e excluídos.”

Este é o papel crucial da roupa na expressão do gênero: ela é um divisor de águas entre o que se convencionou chamar de “homem” e o que se convencionou chamar de “mulher”. Muito distante da ideia romântica de “capa protetora do corpo” contra as intempéries do frio, a roupa é um veículo cultural poderosíssimo, destinado a projetar socialmente a imagem que cada pessoa deseja transmitir de si mesma. O vestuário comunica simbolicamente a nossa identidade de gênero”. Para mais informações ver: LANZ, Letícia. (Geraldo Eustáquio de Souza). **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade de gênero. Mestrado em Sociologia. 342 f. Departamento de Ciências Sociais. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 2014, p. 94-97.

<sup>169</sup> “Mulher-homem”, **O Fluminense**. Niterói, 22 jan. 1913, p.2.

A compreensão de que a situação do travestismo se constitui apenas como um disfarce se faz muito clara quando, em maio de 1911, *O Século* informa acerca da prisão de uma dama elegante e formosa na Praia de Botafogo. O motivo: estava trajando roupas e acessórios reconhecidos como característicos do universo masculino.<sup>170</sup> De acordo com o relato de outro jornal, o policial que fez a prisão desconfiou dos “ares misteriosos do cavalheiro que estava trajando uma capa”. Ainda que a mulher tentasse fugir de explicações, fingindo não compreender bem o português, foi levada para a delegacia. Já na presença do comissário, confessou ser mesmo uma mulher vestida de homem. Quando indagada acerca do motivo que a teria levado àquilo, explicou que lançou mão de tal disfarce para vigiar o marido, pois havia recebido uma carta anônima dizendo que ele teria um encontro com outra mulher na Praia de Botafogo. A explicação dada pela mulher, foi logo aceita pelo comissário, que de pronto pediu que alguém buscasse roupas femininas para ela e a acompanhou até sua casa.<sup>171</sup>

A mulher de Botafogo não fora a única a ser lida na imprensa como alguém lançando mão de um disfarce masculino para desmascarar uma possível traição do companheiro, pois a *Gazeta de Notícias* publicara, logo no dia seguinte, a história de Amélia Rosa da Silva. Casada há mais de 16 anos com João José Vieira, e moradora à Rua Dona Castorina, Amélia teria sido descoberta trajando “um completo costume de homem”, quando passava pela Avenida Marechal Floriano. A narrativa que o periódico fornece para a atitude de Amélia seria idêntica àquela apresentada para a mulher presa em Botafogo, não fosse um detalhe. Amélia Rosa travestira-se, não para verificar a fidelidade do marido, mas para observar o comportamento de seu amante.<sup>172</sup> De acordo com o repórter do jornal *A Imprensa*:

[...] Amélia soube que seu amante ia dar um baile em sua casa. Enciumada, tratou de arranjar um meio de comparecer à festa sem ser reconhecida, para poder ver o modo de proceder de seu querido e, assim, fardou-se de homem, em cujo estado foi descoberta por um moleque, cujo grito fez com que todas as belezas viessem à luz.<sup>173</sup>

<sup>170</sup> “Cena de ciúme”, *O Século*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1911, p.2.

<sup>171</sup> “Uma complicação”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1911, p. 5.

<sup>172</sup> “*Jupe-cullote* demasiada”, *A Imprensa*. Rio de Janeiro, 18 abr., 1911, p. 2.

<sup>173</sup> “*Jupe-cullote* demasiada”, *A Imprensa*. Rio de Janeiro, 18 abr., 1911, p. 2.

Outra apresentada pela imprensa como mulher que desconfiava estar sendo traída, era a esposa de um conhecido maestro e professor de música. Segundo narrativa de *A Noite*, a esposa do maestro Raphael Romano contratou para seus serviços domésticos uma menor de 17 anos de nome Antonieta Azevedo. Após a contratação o ciúme logo se instalou na senhora Romano, que acreditava estar sendo a criada seduzida por seu esposo. A ciumenta mulher achou por bem demitir a menor Antonieta. Todavia, como o ciúme e as suspeitas de que o maestro se encontrava com Antonieta quando saía do teatro permaneciam, resolveu lançar mão de um plano:

Era mister apurar convenientemente o caso. Para tal foi concebida a empresa, na qual madame deu às honras de diretora a preta Maria Mendes, ingênua rapariga de 20 anos. Levando a cabo seu intento, madame chamou a rapariga e fez aquela proposta. Maria se vestiria de homem e iria para os fundos do Theatro República esperar a saída do maestro.<sup>174</sup>

[...]

E Maria meteu mãos à obra. Enfarpelou-se, procurou o jeito do chapéu, a posição elegante de conduzir a bengala e o hábito natural de tragar longas fumaradas.

[...]

Maria, em travesti, deixou a casa de seus patrões, à rua Prefeito Barata, e foi executar o plano de madame. Entretanto, às portas do Theatro República, notou que era muito cedo para a saída do patrão e, demais, como declarou na delegacia, poderia ser bispada por um guarda civil, pois nas redondezas do teatro eles apareciam em grande número. Tomou, por isso, um bonde e veio à estrada de ferro. Embarcou num expresso para fazer horas...

Quando o comboio chegava à Madureira foi descoberta por um popular que abriu logo a boca:

- Um homem mulher! Uma mulher homem.<sup>175</sup>

As notícias acima expostas, nos levam a acreditar que o motivo que levava algumas mulheres a vestirem-se com roupas masculinas era o desejo de ocultar suas identidades e poderem observar seus companheiros em situações que poderiam alertar sobre casos de infidelidade nas relações amorosas. Essa razão pode ser muito bem compreendida nas situações vividas por Amélia Rosa e pela mulher presa em Botafogo, no entanto, para outras mulheres, o sentido imbricado no ato de trajar roupas e acessórios masculinos ia muito além de um simples disfarce.

Até mesmo no sucedido com a criada da esposa do maestro Raphael Ramos, o motivo por trás, do que os noticiários chamam de *travesti*, ia além

<sup>174</sup> “A opereta saiu vaudeville... a orquestra do maestro não obedece à batuta”, **A noite**. Rio de Janeiro, 5 jan. 1917, p. 2.

<sup>175</sup> “A opereta saiu vaudeville... a orquestra do maestro não obedece à batuta”, **A noite**. Rio de Janeiro, 5 jan. 1917, p. 2.

da possibilidade de um disfarce para esclarecer suspeitas de infidelidade. Na situação em que se encontrava, a madame Romano poderia enviar qualquer pessoa desconhecida de seu marido a fim de vigiá-lo ou ir ela mesma, ou sua criada, usando um disfarce que não precisaria ser necessariamente de homem. No entanto, como ficou claro no relato do periódico, o local a dar-se a observação era nos fundos de um teatro à avançada hora da noite. Nesta circunstância, o único disfarce que não chamaria a atenção dos guardas que circulavam pelo local era mesmo o de homem. Desta forma, o que busco salientar aqui é toda uma gama de possibilidades de liberdade que uma figura masculina possuía quando no espaço público do período em questão, liberdades essas que não poderiam ser vividas da mesma forma quando a personagem em questão era uma mulher.

Um segundo formato que a imprensa utilizou para narrar situações onde mulheres eram flagradas vestidas como homens era aquele que juntava a ideia de disfarce com a estratégia de fuga. Ambos compoem uma artimanha usada por jovens moças que fugiam de suas casas e desejam manter a identidade oculta para dificultar serem apanhadas pelas famílias. Este formato de narrativa é o que mais nos permite perceber a movimentação das mulheres no sentido de vivenciar uma maior liberdade no espaço público através da dissimulação da identidade feminina.

Em 12 de abril de 1925, o *Jornal do Brasil* informava que uma jovem de 17 anos havia sido encontrada desmaiada na cidade de São Paulo. A notícia não teria nada de inusitado se não fosse por um pequeno detalhe: a jovem encontrada estava trajando roupas masculinas. Ao ser levada à delegacia, ela disse chamar-se Arminda Ferreira, ter 17 anos e morar com os pais Ernesto e Amália Ferreira em Niterói. Teria fugido de casa, vestida com roupas de homem, em direção à cidade de São Paulo, por não suportar mais ser espancada pelo irmão mais velho, Augusto, que era dado ao vício da embriaguez. A narrativa das andanças de Arminda por São Paulo merece ser aqui reproduzida.

Comprou passagem para São Paulo indo esconder-se a um canto do carro da 2ª classe, mal iluminado, onde passou a noite inteira acordada, pensando em mil coisas ao mesmo tempo.

Não foi reconhecida por ninguém.

A proporção que o trem avançava, a jovem Arminda ficava cada vez mais pensativa, por saber qual seria o resultado de sua estranha aventura. Chegou afinal em São Paulo.

Em vez de procurar imediatamente a casa de seus parentes, começou a vagar pelas ruas, alimentando-se muito mal, nas tendinhas.

À noite dormiu ao relento.

No dia seguinte foi como na véspera.

No terceiro dia de sua estranha aventura, depois de ter estado alguns momentos na Igreja da Penha, seguiu para a cidade, pela estrada cheia de poeira.

Mas cansada e enfraquecida pelas privações que tinha passado, não resistiu à caminhada, caindo com uma síncope.<sup>176</sup>

A folha prossegue informando que a polícia tinha dúvidas acerca do depoimento prestado pela menor, pois não haviam encontrado na cidade de Niterói nenhuma pessoa que a conhecesse. No mesmo dia, outro jornal trazia mais informações sobre o caso, que poderiam evidenciar as mentiras da menor durante o depoimento. Consoante narrativa de o *Correio da Manhã*, a lavadeira Amália Ferreira, mãe da menor, apresentou na delegacia desmentindo que a jovem teria fugido de Niterói, pois esta residia com ela na Penha, na cidade de São Paulo. Informou também que não era realidade que Augusto, um de seus filhos, dispensava maus tratos à pessoa de Arminda.<sup>177</sup>



Figura 13: A menor Arminda Ferreira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 novembro 1925, p.13.

<sup>176</sup> “Estranha aventura de uma menor”, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1925, p. 13.

<sup>177</sup> “Encontrada sem sentidos e vestida de homem”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1925, p. 3.

Não é possível encontrar evidências de quem estava de fato declarando a verdade, Arminda ou sua mãe. O que temos de concreto aqui é que a menor fugiu de casa e foi encontrada trajando roupas de homem. Desta forma, o que se faz necessário explicitar aqui, é como a opção de Arminda pelo uso de roupas masculinas demonstra mais do que o desejo de um disfarce qualquer para não ser reconhecida na fuga, mas a aspiração de viver situações que estariam, em determinadas circunstâncias, vedadas a uma mulher. Na narrativa encontrada no *Jornal do Brasil*, a jovem diz ter ficado vagando pelas ruas, ter estado na Igreja da Penha e ter andado por uma estrada de terra. Muito provavelmente, a aventura de Arminda teria durado bem menos tempo se ela não estivesse representando uma figura reconhecidamente masculina. Não que ela não pudesse ter feito tudo o que diz vestida de mulher, no entanto caso estivesse vestida com roupas femininas, sua presença e atitudes em dadas as circunstâncias teriam sido entendidas, no mínimo, como suspeitas e ela teria sido logo importunada por alguém. O que ela estava tentando evitar desta forma era a imagem da mulher desacompanhada na rua, sem motivo aparente que lhe justificasse estar em tal situação.

Assim como Arminda, encontramos, nos periódicos, relatos de outras tantas moças que fugiram de casa e da família, vestidas de homem, declarando receberem maus tratos. Entre eles, o de Michelina Ferrari, uma jovem que conseguiu passar três dias vestida de homem sem ser reconhecida. De acordo com *O Paiz*, em maio de 1912 Michelina estava com 16 anos e morava na cidade de São Paulo com seu pai, o negociante Adium Ferrari, quando fugiu para Santos. Além de se vestir com roupas masculinas, Michelina cortou o cabelo e furtou joias e dinheiro de seu progenitor para usar na fuga. Ao ser capturada nas proximidades da cidade de Iguapé, declarou sofrer maus tratos de seu pai e ser aquela a segunda vez que fugira da presença dele.<sup>178</sup> Outra que logrou êxito ao fugir de casa com seu disfarce masculino foi Glorinda Geminiani que conseguiu, até mesmo, desempenhar uma atividade profissional, se não rara, bastante incomum para as mulheres do início do século XX, a de caixeiro.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> “Mulher-homem”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1912, p.7.

<sup>179</sup> “Menor presa”. *O Século*, Rio de Janeiro, 9 set, 1911, p.2.

O relato publicado por *O Paiz* em 12 de novembro de 1912, nos ajuda a compreender o uso de trajes masculinos por mulheres através de um outro aspecto. De acordo com a folha, dias antes de ser capturada vestida de homem no Largo de Santa Rita, uma jovem havia tentado se suicidar, jogando-se na frente de um bonde na rua Marechal Floriano. O motivo para atentar acabar com a própria vida seria a falta de recursos para realizar seu desejo de aprender pintura. Além disto, a jovem, empregada numa fábrica de borracha, sofria maus tratos de seu padrasto, Guilherme Monteiro. Este a havia proibido de pentear-se para ir trabalhar, chegando a quebrar um espelho que a jovem possuía. Ainda de acordo com a folha, a menor pensava haver apenas duas maneiras de pôr fim ao seu suplício: suicidar-se ou disfarçar-se de homem. E teria optado pela segunda decisão, por ter prometido à polícia que nunca mais tentaria contra a própria vida.

Apesar de não trazer a identificação da menor, a narrativa traz uma excelente descrição das experiências que ela vivenciou ao passar três dias vestida de homem nas ruas do Rio de Janeiro. Vejamos:

Quando tomei a resolução de me vestir de homem, assim começou ela, foi disposta a viver isolada, sem ter que dar obediência a quem quer que fosse.

Tinha recebido dinheiro.

Cortei eu mesma os meus cabelos.

Surgiu, porém, a minha primeira dificuldade.

Onde poderia eu comprar um fato de homem, sem ser vista pelos donos das casas?

[...]

Comprei, então, um maço de cigarros, uma caixa de fósforos e segui sem rumo.

Na Avenida Salvador de Sá vi uma barbearia.

Vacilei em entrar, mas afinal entrei.

Postei-me na cadeira, procurando me compenetrar de que era homem de verdade.

[...]

Tinha que resolver o segundo problema: alugar um quarto.

Onde iria encontrar um quarto que não houvesse rapazes?

[...]

Fui lá e aluguei por 12 por mês. E a senhoria ainda me emprestou uma cama de ferro.

[...]

E lá ficou o portuguesinho Salvador, tal foram o nome e a nacionalidade que dei.

Precisava de uma lavadeira.

A senhoria me inculcou uma, na mesma rua, uma mocinha de 15 anos bem bonita, deixei a roupa lá.

No dia seguinte, fui levar dois lenços sujos para ela lavar.

No portão encontrei com uma pequena, que parece ser irmã, que me disse não estar a lavadeira em casa, mas tinha me deixado um bilhete.

[...]

Continha os seguintes dizeres:

“O senhor não se impressione, mas fique sabendo que eu gosto do senhor, e desde que lhe vi fiquei simpatizando com sua pessoa.

Quando quiser, pode vir a minha casa que eu lavo e engomo a sua roupa de graça.”

[...]

No primeiro dia em que me achara homem fui almoçar numa casa de pasto.  
 [...]
   
Estava almoçando calmamente quando entraram ali um soldado do exército e uma moça.  
 [...]
   
Acabamos por ele me convencer que deveria ir para o exército.  
 [...]
   
Eu fumava muito e julgava que o cigarro era minha salvação. Achava que fumando, todo mundo me acharia homem mesmo.  
 [...] <sup>180</sup>

De acordo com o repórter de *O Paiz*, o relato é transcrito em primeira pessoa, a fim de fornecer ao leitor as impressões da jovem de quinze anos acerca do que ele chama de “o nosso meio de homens, das regalias que eles gozam”. As palavras da menina nos revelam acerca dos lugares e atitudes que as moças e mulheres do início do século acreditavam ter que evitar para manter, perante à sociedade, uma aura de moral e honradez. Quando inicia sua declaração dizendo que optou disfarçar-se de homem para ter uma vida livre de obediência aos outros, a jovem evidencia que sua vida, bem como a de tantas outras mulheres do período era pautada pela tutela e pela aquiescência de outras pessoas.

A reportagem termina com a seguinte indagação e uma reveladora resposta.

-E você gostou de ser homem, perguntamos.  
 -Por que não? Respondeu-nos ela e acrescentou:  
 -Ser homem é ser livre!<sup>181</sup>

O que a jovem desejava na realidade, além de se livrar dos maus tratos, era vivenciar situações que sua condição de mulher não permitiria. Somente a partir da construção de um personagem masculino, através do corte de cabelo e da roupa, ela pode fazer as coisas descritas como comprar cigarros, entrar na barbearia, alugar um quarto, almoçar numa casa de pasto, conversar e combinar coisas com um soldado desconhecido e, até mesmo, flertar como outra mulher.

Como podemos perceber as narrativas a respeito das “mulheres-homem” sempre é feita de maneira a associar a imagem delas às ideias de disfarce e simulação. Em contrapartida, pouco se oferece nas notas e reportagens

<sup>180</sup> “Ser homem é ser livre”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1912, p.7.

<sup>181</sup> “Ser homem é ser livre”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1912, p.7.

oportunidades para que possamos compreender suas existências para além disto.

O caso noticiado por *A Noite*, em novembro de 1926, nos apresenta Jandyra Marques uma empregada doméstica que foi detida quando numa certa manhã resolveu libertar-se de uma identidade de gênero que não reconhecia como sua. Vivendo na casa da família para qual trabalhava no bairro carioca de Copacabana, a gaúcha de 20 anos observava todas as manhãs a alegria e liberdade dos banhistas nas águas da famosa praia. E comparava tal agitação com a monotonia de seus afazeres de doméstica, imaginando como sua vida seria diferente se tivesse nascido num corpo de homem. Então resolveu comprar um chapéu de feltro, calças, camisa e paletó para assim realizar seu sonho de ser homem.<sup>182</sup>

Jandyra foi presa em seu primeiro momento usando as vestimentas de homem, indumentária que julgava mais adequada para si, quando admirava o mar da Praia de Copacabana na altura do posto 4. Ao jornal *O Paiz* ela disse que “sonhava ser homem, ter liberdade, ir ao cinema, passear sozinha, fumar e beber” e perguntou se “era crime trocar de trajes para ser homem”.<sup>183</sup>

---

<sup>182</sup> “Mulher não mais, homem sim”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1926, p.3.

<sup>183</sup> “Os sonhos de Jandyra.” *O Paiz*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1925, p.11.



Figura 14. Jandyra Marques em trajes masculinos.  
*A Noite*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1925, p. 3.

As palavras da jovem nos levam a entender que ela desejava atuar debaixo de uma identidade masculina em determinados momentos. A execução do trabalho doméstico, função comumente associada a mulher, lhe dava tédio e ela ansiava por desempenhar funções, até então, predominantemente masculinas. A manutenção da identidade masculina de Jandyra, através das roupas, assim como o de muitas outras pessoas durou pouquíssimo tempo, já que a polícia e a imprensa, logo trataram de, através da coerção e de uma exposição humilhante, tolhê-la e coagi-la a voltar a trajar roupas femininas.

Alguns dos casos que envolviam disputas de identidade de gênero, evidenciadas pelo vestuário, tomavam tamanha proporção que acabavam ficando conhecidos em lugares distantes de onde ocorriam. Foi assim que, em novembro de 1910 a imprensa carioca dedicou diversas páginas com narrativas sobre um cadáver encontrado na cidade de São Paulo.

Por volta do vigésimo dia do mês de novembro de 1910, foi encontrado, numa localidade conhecida como Biquinha, no rio Tietê, o corpo de uma

mulher vestida com trajes masculinos. A apuração da polícia paulista constatou que o cadáver era de uma jovem que, desde de 1906, vivia como se fosse homem e dizia aos outros chamar-se Mario Prado. De acordo com o noticiário de *O Paiz*, a moça teria se suicidado para ocultar o nascimento de uma criança abandonada.<sup>184</sup> Publicando o caso um dia depois que seu congênere, *O Século* enfatizou que a situação continuava envolta em mistério e que todas as testemunhas ouvidas reconheceram o dono do cadáver como homem e não como mulher.<sup>185</sup>

Em 28 de novembro é novamente *O Paiz* que se encarrega de publicar informações sobre o caso, trazendo acerca dele curiosas referências. O noticiário endossava a dúvida em saber se o caso era de suicídio ou crime. Comunicava também uma nova pista encontrada pela polícia. De acordo com a folha, a mãe da moça afogada se chamava Eudóxia Prado e estava internada num hospício em Juqueri. Como não encontrou Eudóxia no hospício e nem nenhuma evidência de que um dia tivesse estado lá, a polícia resolveu procurar por seu nome nos registros de cemitérios, busca na qual também não logrou êxito. Pessoas que conviveram com o dito Mario Prado numa pensão contaram à polícia não suspeitarem que ele era, na verdade, uma mulher. Na averiguação feita no colégio *Manckenzie*, onde Mario estudou, não foi encontrado alguém que o conhecesse como mulher. Nem mesmo seu companheiro de quarto, na pensão que residia, foi capaz de tecer alguma suspeita acerca de sua condição de mulher.

Ao que tudo indica, a moça fora criada e reconhecida como homem desde a infância, já que um ex-vizinho de Eudóxia afirmava que, cerca de dez anos atrás ela era vista sempre com um menino de cabelos louros que era muito parecido com o retrato da moça morta. Uma carta encontrada sugeria que Mario chegou mesmo a manter relacionamentos amorosos com outras mulheres.<sup>186</sup>

Enquanto os jornais cariocas contribuía para aumentar o clima de mistério em volta do caso, e a tratá-lo com uma espécie de quebra-cabeças, onde o leitor deveria juntar as peças através de notas confusas, o periódico paulista *Correio Paulistano* prestava informações mais acertadas acerca da

<sup>184</sup> “São Paulo”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1910, p. 6.

<sup>185</sup> “São Paulo”, *O Século*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1910, p. 3.

<sup>186</sup> “Um caso interessante”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1910, p. 4.

*mulher-homem*, informações essas que nos apontam para o fato de que Maria da Aparecida não se disfarçava de homem, como orientavam as narrativas, mas realmente se enxergava como tal desde a mais tenra idade.<sup>187</sup>.

Em 23 de novembro, a folha publica, além de uma fotografia da falecida, informações preciosas que recuam no tempo quatro anos antes de sua morte.



Figura 15. Marius Prairie.  
Correio Paulistano, 23 de novembro de 1910, p.4.

De acordo com o jornal de São Paulo, Eudóxia Prado era realmente a mãe do jovem encontrado morto. Apesar de passar algum tempo em tratamento psiquiátrico, Eudóxia foi capaz de prestar à polícia informações em estado de completa lucidez. Ela contou que se casara em Minas Gerais com José do Paraíso e deu à luz a um bebê do sexo feminino em 31 de maio de 1893, ao qual deu o nome de Maria da Aparecida. Pouco depois, mudou-se com a família para São Paulo, vindo seu marido a falecer na cidade de Rio Claro quando tratava de negócios. Achando-se viúva e com uma filha muito pequena, Eudóxia logo se envolveu amorosamente com um engenheiro e passou a viver uma vida, segundo ela, irregular.

Por conta da vida desregrada da mãe a justiça ameaçava retirar a menina Maria da Aparecida de seu convívio. Foi aí então, que o engenheiro, amante de Eudóxia, teve a ideia de transformar a pequena Maria em menino para enganar à justiça. Segundo Eudóxia, foi o próprio amante que se encarregou de cortar

<sup>187</sup> O termo *mulher* era muito utilizado pela imprensa para se referir às mulheres que utilizam roupas e acessórios do sexo oposto e/ou optavam por hábitos, atitudes e atividades que a sociedade reconhecia como próprias do mundo masculino.

os longos cabelos loiros da filha e comprar para ela roupas de menino. Combinaram chamá-la, a partir deste momento de Mario, e dizer a todos que o menino era um sobrinho de Eudóxia, cuja família havia confiado à ela a educação. Quanto à menina Maria da Aparecida, diriam que tinha ido viver com os avós em Minas Gerais. O agora então Mario acostumou-se à situação, brincava com os meninos e foi matriculado na escola como se fora um deles.<sup>188</sup>

Como podemos ver, a decisão de travestir-se de homem não partiu da própria Maria, mas das decisões da mãe e de seu amante. Todavia, a identidade masculina que ela enxergava como sua não fora pura e simplesmente fruto de um disfarce de menino, mas sim algo que ela fora construindo com expressões de sua vida cotidiana.

Enquanto as narrativas jornalísticas anteriores nos apresentam, em sua maioria, eventos onde mulheres tomaram para si a identidade masculina em situações pontuais, as que trarei a partir de agora resgatam experiências onde pessoas tiveram suas identidades de gêneros postas em discussão. Ainda que as reportagens sigam construídas pelos mesmos formatos, relacionando tais pessoas à farsa e simulação e lançando mão de figuras de linguagem irônicas para representa-las, alguns registros nos revelam tais personagens como indivíduos *trans* que, de diversas maneiras, pleitearam o direito de viverem de acordo com a imagem e o gênero que enxergavam em si mesmas.

Cristiana Schettini Pereira e Diego Galeano, em trabalho recente, realizaram uma importante análise, focada na experiência de um grupo de imigrantes europeus na América do Sul, que ganharam destaque na imprensa sul-americana durante os primeiros anos do século XX, por apresentar-se no espaço público trajando vestuário feminino. Os autores mostram, como na maioria das vezes, estes personagens tinham suas trajetórias associadas pela polícia e imprensa à práticas de roubo, arte do engano e simulação, ainda que nunca houvesse sido encontrada nenhuma evidência que comprovasse a execução de tais crimes.<sup>189</sup> Desta forma, a ideia que nos é oferecida pelo artigo é a de que as narrativas da imprensa sobre estes imigrantes buscavam criar uma

<sup>188</sup> “Fatos diversos”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 29 nov. 1910, p. 5.

<sup>189</sup> GALEANO, Diego; PEREIRA, Cristiana Schettini. **Nombre y vestido de mujer**: mercado de entretenimento, género y circulaciones transnacionales en el atlántico sudamericano, comienzos del siglo XX. Congreso Latinoamericano y del Caribe de Trabajo y Trabajadores, La Paz, Bolivia, 2-8, maio 2017.

chave de leitura em que fossem vistos como figuras enganosas, dissimuladas e dadas ao crime e, assim, legitimar os violentos procedimentos policiais que eram dispensados às pessoas trans.

Abordando as citadas trajetórias a partir de perguntas da história social do trabalho, os autores nos oferecem dois caminhos para explorar a relevância da experiência dos imigrantes em questão. O primeiro seria enxergá-los como sujeitos masculinos representando identidades femininas no cenário teatral ou como domésticas, prostitutas e ladras. E o segundo, inseri-los como participantes de uma grande massa de mulheres imigrantes em busca de formas de sobrevivência.<sup>190</sup>

Em sua dissertação de mestrado Letícia Lanz elabora uma reflexão acerca das pessoas transgênero e o difícil embate que estas precisam travar com as normas de gênero arraigadas na sociedade. Ela chama a atenção para o fato de a roupa possuir um estreito vínculo com uma regulamentação sociocultural e ter o poder de incluir ou excluir o indivíduo de um grupo.<sup>191</sup>

O entendimento de identidade de gênero exposto por Judith Butler em sua obra, *Os problemas do gênero*, nos auxilia na tarefa de enxergar Maria Aparecida, não como uma mulher que passou a vida inteira se fingindo de homem, mas como um homem que perdeu sua vida na luta pela reivindicação de sua identidade masculina. De acordo com Judith, a identidade de gênero seria performaticamente construída pelas próprias expressões tidas como seus resultados.<sup>192</sup> E foi através das expressões reconhecidas socialmente como masculinas que Maria da Aparecida foi submetida, e se submeteu durante toda a sua vida, que ela se enxergava como homem e não desejava mais ser reconhecida como mulher.

Ainda de acordo com a narrativa do *Correio Paulistano*, dois meses antes da morte do filho, Eudóxia o teria procurado na pensão onde residia e lhe aconselhado a deixar os trajes de homem e se apresentar na sociedade como mulher, isto porque havia notado um certo desenvolvimento em suas pernas

---

<sup>190</sup> Ibid., p. 3.

<sup>191</sup> LANZ, Letícia. (Geraldo Eustáquio de Souza). **O corpo da roupa**: a pessoa transgênero entre a transgressão e a conformidade de gênero. Mestrado em Sociologia. 342 f. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014, p. 94.

<sup>192</sup> BUTLER, Judith. **Problemas do gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 48.

que lhe denunciavam, segundo ela, a condição de mulher. Esta recomendação foi rechaçada por Mario que disse antes disso preferir a morte.

Além de Eudóxia Prado, a polícia ouviu também o português Manuel Duarte Guimarães, o qual declarou que Mario havia pedido uma sobrinha sua em casamento, chegando mesmo a preparar os papéis para a realização do matrimônio.<sup>193</sup> Tal informação pode nos auxiliar a compreender, em certa medida, como o jovem Mario podia estar à vontade em sua identidade masculina. Como vimos, ela mantinha relacionamentos amorosos com mulheres, como sugerem as cartas publicadas em *O Paiz* e as poesias endereçadas à meninas que foram encontradas em seus pertences, sucedendo ter proposto casamento à sobrinha de Manuel Duarte. Além dos relacionamentos afetivos, Mario sentia-se à vontade, como homem, também em sua vida profissional, tendo trabalhado na alfaiataria de J. Barbosa e na casa de roupas feitas *Au Bom Diable*, além de ter sido ótimo aluno na *Escola de Pomologia*, produzindo a partir daí excelentes trabalhos de horticultura.<sup>194</sup>

A satisfação e tranquilidade de Mario em sua condição de homem pode ter, em algum momento, sido frustrada pelo medo de ser descoberto e pode mesmo ter sido a causa de sua morte. Já que pouco tempo depois de sua mãe lhe advertir sobre o formato feminino de suas pernas e ter terminado, por motivos desconhecidos, a intenção do casamento, ele provocou a própria morte afogando-se no rio Tietê.

O caso de Mario Prado ficou por muitos meses nas páginas da imprensa e era veiculado todos os dias em narrativas que se detinham bastante em detalhes e pormenores da vida íntima dele. Como vimos, até mesmo algumas de suas cartas de amor, endereçadas à possíveis namoradas, foram publicadas pelos jornais na íntegra, acompanhadas de adjetivos que davam a ver o tom de zombaria com o qual a situação era tratada. Mesmo que na ocasião das publicações que devassavam sua intimidade Mario já estivesse morto, as narrativas da imprensa colaboravam para ridicularizar a existência dele e de pessoas como ele que, através das vestimentas reivindicavam para si uma identidade de gênero que não era aquela entendida como resultado do sexo biológico e reconhecida como única possível na sociedade de então.

---

<sup>193</sup> Ibid.

<sup>194</sup> “Fatos diversos”. *Correio Paulistano*, 23 nov. 1910, p. 3.

Ao se deter sobre o mesmo caso em sua empreitada de compreender as narrativas da imprensa acerca dos suicídios na São Paulo dos anos 1910, Valéria Guimarães aponta que os relatos encontrados nas folhas de um periódico paulista sofriam críticas de diversos membros da elite letrada, entre eles o jornalista Gilberto Amado. Para Amado, a imprensa deveria evitar este tipo de noticiário, que muito se parecia aos escritos literários, com tons sensacionalistas e folhetinescos. Todavia, a preocupação do jornalista não era a exagerada exposição e a áurea de negatividade que as narrativas da imprensa impunham as pessoas relatadas. Sua inquietude residia no seu entendimento de que tais narrativas pudessem ter uma influência na ação prática dos leitores e, assim levá-los a copiar os fatos relatados nos jornais como, por exemplo, o suicídio de Mario Prado.<sup>195</sup> Desta forma, Amado buscava alinhar imprensa e Estado, de maneira que as narrativas dos periódicos não se confundissem com a literatura que podia influenciar as práticas dos leitores, mas que corroborassem com as políticas de controle social das autoridades. Políticas essas que tentavam evitar o suicídio dos jovens, mas que por vezes, caminhavam no sentido de controlar também a aparição das pessoas no espaço público, orientando quanto ao vestuário e o comportamento mais adequado.

Instrumentar a própria morte, por não poder mais vestir-se e comportar-se da maneira que achava mais agradável não foi peculiaridade apenas do pobre Mario. Não muito longe dali, na cidade mineira de Cataguazes se dava fato parecido, Manoel do Carmo Tavares, que se enxergou a vida inteira como mulher, atendendo pelo nome de Maria do Carmo Tavares, ameaçava se matar caso a polícia lhe obrigasse a usar calças novamente.

Tendo conseguido manter sua identidade de mulher durante seus 29 anos de vida, Maria do Carmo só foi descoberta quando, ao dar entrada num hospital mineiro para tratar de uma enfermidade, teve os órgãos observados por três médicos. O relato dele, apesar de extenso, é muito precioso, pois nos permite verificar o que ele, enxergava e classificava como hábitos e comportamentos de mulher. E assim, podemos ter um contraponto dos elementos levantados por este capítulo, quando em linhas anteriores deu a ver, através da fala de mulheres, o que estas consideravam ser atitudes e práticas do mundo masculino:

---

<sup>195</sup> GUIMARÃES, Valéria. **Notícias diversas**: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos 10. Campinas: Mercado de letras, 2013, p. 75-76.

Intitulando a reportagem de “ O mundo estará mesmo perdido? ”, o repórter transcreve as seguintes percepções de Manoel:

[...] usa saias e jurou que, se as leis a obrigarem a trocá-las pelas calças, prefere suicidar-se, porque mudar de sexo agora, aos 29 anos, quando já está habituada aos serviços domésticos, pois cozinha, lava e passa roupas a ferro, e engoma magistralmente, é condená-la a morte, quando não seja a morte física, será a morte moral: que nunca ligou importância às mulheres, senão como mulher também que é, pois dorme em companhia de duas moças, suas parentas. Que não tem vício, não fuma, não bebe e não namora. Que não sai a passeios noturnos por comprometer sua situação de mulher virgem. Que não gosta de bailes e nem de passeios em jardins, porque isso desvirtua o caráter das moças. Que só gosta de cinema, e que, sendo religiosa como é, vai frequentemente à igreja, mas sempre em companhia de mulheres, pois não suporta reunião de homem, nem sente por eles nenhuma atração. Que sempre usou saias, mas já usou calças temporariamente, porém não se acostumou e voltou ao hábito antigo. Que todos os habitantes de Sereno a tem como mulher.

E com esta convicção, com seus cabelos longos e as suas saias, Maria voltou para Sereno.<sup>196</sup>

O depoimento de Maria do Carmo é muito significativo, pois demonstra aquilo que muitos esperavam acerca do papel de uma mulher. Em alguns trechos é possível perceber seu empenho em demonstrar que vivia sua condição de mulher seguindo àquilo que ele, considerava adequado para uma moça que desejasse manter uma boa reputação. Desta forma, não fumava, não bebia, não namorava, levava uma vida religiosa e evitava passeios noturnos.



Figura 16. Maria do Carmo entre os médicos e advogados. *A Noite*, 19 de setembro de 1925, p.10.

<sup>196</sup> “O mundo estará mesmo perdido?” *A Noite*, Rio de Janeiro, 19 set. 1925, p. 10.

Enquanto o jovem Mario e a mineira Maria do Carmo são exemplos de pessoas cujas identidades de gênero estiveram em disputa, o caso de duas mulheres que casaram e viveram maritalmente em Minas Gerais, no final da década de 1920, ilustra bem uma outra disputa identificável no período: a luta de mulheres pela liberdade de orientação sexual, cidadania e igualdade de salários.

A folha carioca *A Noite* foi o periódico que mais tempo dedicou à cobertura do caso. Sua posição perante a ele se constrói de forma paradoxal, explorando o caso como um grande folhetim da vida real e, ao mesmo tempo, expressando, através da narrativa dele, sua reprovação e seus juízos baseados em valores morais.

Sua primeira notícia sobre o caso é publicada, em 8 de setembro de 1931, numa longa matéria de primeira capa com o pilhérico título de: “Bello Horizonte Sensacional: presas ao entrarem num cinema, uma ‘mulher-homem’ e sua ‘esposa’.” A nota deste dia, informa que a dita “mulher-homem” seria uma espanhola de quem a vida só se conhecia o esboço. Então, a partir daí o noticiário se reserva o direito de “imaginar” como poderia ter sido a vida pregressa de sua personagem. Ele diz, por exemplo, que a “mulher-homem”, que agora adotara o nome falso de Daniel Alves, começou a se aproximar de uma “acanhada e tímida jovem” no Carnaval de 1928, começando ali “uma paixão que nada mais interrompeu”. De acordo com o mesmo noticiário, teria bastado apresentar o primeiro nome e logo, o agora Daniel Alves, conseguiu tirar documentos, casar-se e tornar-se eleitor.<sup>197</sup>

No dia posterior, nove de setembro, a narração continua novamente com um título irônico: “O caso sensacional da mulher-homem: Maria Manuela Perez tentou anavallar a ‘esposa’ e suicidar-se em seguida. O “Casal” vai ser embarcado para São Paulo”. Além da chamada frisando com aspas as palavras esposa e casal, a reportagem vêm acompanhada por um desenho onde um homem tenta contra a vida de uma figura feminina. Novas informações, que contrariam as anteriores, são dadas. É dito, por exemplo, que a “mulher-homem”, na verdade, se chamava Maria Manuela Perez e que teria casado com Idalina Aversani obrigada, visto que o pai desta havia prestado na polícia, uma

---

<sup>197</sup> “Bello Horizonte Sensacional”. *A Noite*, 8 set. 1931, p.1.

queixa, segundo a qual, Daniel Alves, que agora já atendia pelo nome de Dorival, teria deflorado sua filha.

Para não restar dúvidas de que o repórter narrava a situação buscando fazer dela um entretenimento cômico para os leitores, transcrevo algumas de suas linhas:

A cidade acompanha com enorme interesse o caso sensacional das duas jovens que viviam em comum, legitimamente casadas, como se entre elas realmente houvesse um homem. O episódio empolgou. Toda gente fervilha comentários. Nos bares, nas ruas, nos lares, em toda parte a singular aventura é o assunto de cartaz. Agora a curiosidade converge para o desfecho que se vai dar ao caso. Está se intrincando, perdendo a sua feição inicial de divertida comédia, entremeia-se de aspectos dramáticos que quase se avizinham de tragédia. É, pois, absorvente a expectativa geral. Justifica-se este estado de espírito porque a vida da “mulher-homem” é uma série de acontecimentos aventureiros e romanescos.<sup>198</sup>

O aspecto dramático a que o noticiário se referia era a navalhada que Maria Manuela teria tentado dar em Idalina, empreendendo matá-la e cometer suicídio logo em seguida. Ele continua reproduzindo algumas falas que atribui a Maria Manuela, referindo-se a ela sempre com as palavras “marido” e “ex-marido”, sempre entre aspas.

Ouvida por um repórter o ex-marido [...] declarou que sempre viveu feliz no ser “lar”, sem nunca amolar ninguém e sem ser amolado. Trabalhava muito, mas em compensação, ao chegar em casa tinha os carinhos da “patroa”. Nunca causou diferença aos vizinhos e cumpria os seus deveres.

E terminou indagando: que crime eu cometi? Ou cometemos para que ainda hoje tenhamos de ir à polícia prestar declarações? É, por acaso, algum crime duas mulheres se amarem e viverem juntas?

E o “marido” mais uma vez indagou: É, por acaso, crime uma mulher vestir-se de homem, sem outra intenção que ganhar honestamente o pão?<sup>199</sup>

<sup>198</sup> “O caso sensacional da mulher-homem”. **A Noite**, 9 set. 1931, p.1.

<sup>199</sup> “O caso sensacional da mulher-homem”. **A Noite**, 9 set. 1931, p.7.



Figura 17. Maria Manuela Perez e Idalina Aversani. *A Noite*, 10 de setembro de 1931, p.1

*A Noite* continuava, pelo quarto dia consecutivo, se ocupando do caso de Maria Manuela e Idalina. As reportagens não poupavam espaço e se focavam em descrever além das roupas de cada uma delas, seus gestos uma para com a outra e as reações da multidão que as esperava quando elas chegaram escoltadas pela polícia na cidade fluminense de Barra do Piraí. Como num longo romance dramático, todos os dias era trazido à tona um acontecimento novo relacionado à vida em comum do casal. Em 11 de setembro o periódico informava que o casal de mulheres poderia ser a chave para a resolução do curioso assassinato de um fazendeiro na cidade de Ribeirão Preto. Segundo ele, Maria Manuela acreditava que o assassino do fazendeiro Chico Orlando era um tio de Adelina, sujeito pelo qual guardava enorme rancor e aversão pelo fato deste ter desvirginado sua companheira quando esta contava nove anos de idade.<sup>200</sup>

Como se a entrada de um assassinato no caso do casal de Belo Horizonte não fosse suficiente para a nota do dia, o periódico informava ainda sobre mais uma tentativa de suicídio, desta vez um duplo suicídio, pois Adelina também havia tentado contra a própria vida ingerindo, junto com Maria Manuela, uma garrafa de veneno cujos cacos foram usados para, logo em seguida, cortar os pulsos.<sup>201</sup>

<sup>200</sup> “O caso da mulher-homem.” *A Noite*, 11 set. 1931, p. 8.

<sup>201</sup> “O caso da mulher-homem.” *A Noite*, 11 set. 1931, p. 8.

O dia 12 de setembro nos traz, na íntegra, declarações de Maria Manuela que nos mostram a forma como ela percebia a superexposição de sua vida pelos jornais. Antes de transcrever suas declarações, o noticiário a chama de “criatura amoral”, com “temperamento disciplinado na perversão e queixosa”:

Sou uma mulher diferente das outras. Nunca me deixei cortejar pelos homens. Eles são egoístas e maus. Não cogitam nunca da espiritualização do afeto. Têm sempre a mesma cantiga insincera e banal que o materialismo disfarça. Tenho-lhes, por isso, uma aversão instintiva.

Julga que o homem é dispensável na vida de uma mulher?

Perfeitamente! Vive-se muito bem sem eles. O ideal seria que as mulheres se libertassem de uma tutela que não passa de tirania. O casamento é escravidão. Não está nele a felicidade. Às mulheres só dá deveres. Os direitos ficam do outro lado. Vejo nisso uma desigualdade insuportável e injusta.

Enquanto a um sexo tudo se tolera e se permite, ao outro só se concede freios, exigências e preconceitos. [...]

Só me vesti com trajes masculinos porque na sociedade atual as mulheres não conseguem independência econômica. São exploradas. No comércio ou nas indústrias é o que se vê: produção perfeita, eficiência impecável e salários mínimos. Tive desde cedo noção deste absurdo. Conhecia o meu valor e o meu ofício.

E mudei de sexo apenas para mudar de vida.

Apenas por isso.<sup>202</sup>

As palavras de Maria Manuela nos trazem revelações preciosas acerca das limitações que encarceravam a existência das mulheres no início do século XX. Enquanto os noticiários entendem a sua situação como a de uma pessoa dissimulada e vil, que usa um disfarce masculino para seduzir pessoas do mesmo sexo e satisfazer seus desejos *tribadistas*.<sup>203</sup> Ela mesma se enxergava através de uma ótica completamente diferente. Diferentemente à jovem Maria da Aparecida, que se via debaixo da identidade masculina, Maria Manuela não se enxergava como homem e nem, tampouco desejava ser reconhecida assim, pois os julgava maus e egoístas. Ela se afirmava como mulher, porém uma mulher diferente. Sua trajetória a coloca numa posição em que reivindica não somente para ela, mas para as demais mulheres, direitos que até então sempre foram negados. Seu relacionamento com Adalina é, sem dúvida, de muita importância para ela. No entanto, há demais fatores relevantes em suas palavras. Muito mais do que defender a liberdade de uma mulher poder se relacionar com alguém do mesmo sexo biológico, ela defende que as mulheres possam se livrar da tutela do casamento, da injustiça e miséria impostas pelas

<sup>202</sup> “O caso da mulher-homem”. *A Noite*, 12 set. 1931, p.1

<sup>203</sup> Era muito comum encontrar nos jornais brasileiros do início do século o uso do termo *tribadismo* para se referir a mulheres que se relacionavam sexualmente com outras mulheres.

parcas possibilidades de trabalho feminino. Manuela não acreditava que precisava se transformar em homem para superar as limitações impostas pela sociedade à sua condição de mulher pois, como dito antes, ela conhecia o seu valor.

Declarações de Idalina Aversani também são transcritas em matéria de 14 de setembro. Quando indagada se realmente nunca conheceu o “verdadeiro sexo” da companheira, ela admite que sabia a verdade, mas que não cabia a ela revelar um segredo que não lhe pertencia. E que Maria tinha suas razões para agir daquela maneira. Concluiu, aos prantos, pedindo às autoridades que não separassem as duas, pois não desejava voltar à companhia de seu pai, segundo ela, o responsável por toda a sua desgraça.<sup>204</sup> A última informação trazida por *A Noite* a respeito do caso é a de 15 de setembro, onde informa-se que a polícia resolveu separar o casal de mulheres entregando a jovem Idalina ao seu pai.<sup>205</sup>



Figura 18. Maria Manuela Perez e Idalina Aversani. *A Noite*, 11 de setembro de 1931, p.3.

Como vimos, aparecer no espaço público nas primeiras décadas do século XX, vestindo roupas identificadas a um gênero que os observadores não

<sup>204</sup> “O caso da mulher-homem. ” *A Noite*, 14 set.1931, p. 6.

<sup>205</sup> “O caso da mulher-homem. ” *A Noite*, 15 set. 1931, p.3.

julgavam ser o seu, foi considerado pela imprensa sob a ótica do disfarce e dissimulação. As pessoas descobertas em tal situação eram tratadas como suspeitas e tinham suas vidas devassadas em matérias jornalísticas que procuravam entreter o público zombando de tais existências.

Para muitas mulheres, o uso de roupas masculinas podia ser um excelente elemento no amplo jogo de aparências realizado no espaço público, onde a figura masculina tinha, reconhecidamente, uma série de prerrogativas e vantagens. Em muitos momentos, a prática de travestismo significou para os indivíduos que assim procediam a disputa por uma identidade de gênero que enxergavam em si, mas não era reconhecida pela sociedade. Tais experiências foram vividas por sujeitos de diversas classes e categorias sociais, e demonstraram um elevado grau de coragem e criatividade de tais indivíduos para moldar suas existências de acordo com aquilo que consideravam mais adequado.

## 6.

### Considerações finais

A historiografia que privilegia a mulher como sujeito histórico se iniciou no Brasil no início da década de 1980 com primorosos trabalhos. No entanto, não conseguiu abarcar a multiplicidade de experiências femininas ao longo do tempo. De forma que, nos levou a imaginar, durante muito tempo, que as mulheres dos setores médios urbanos viviam, pela não necessidade de trabalho que garantisse o sustento, mais reclusas no ambiente privado do lar que àquelas dos setores mais pobres. Este trabalho evidenciou como esta ideia não correspondia à realidade, já que a imprensa nacional do início do século XX fartou suas páginas com a história de diversas mulheres que adentraram o espaço público desenvolvendo atividades e praticando ações que nada tinham a ver com o heterogêneo quadro de funções e papéis que a sociedade buscava impor a elas.

A incorporação feminina ao espaço público exigiu das mulheres a adoção de vestimentas menos incrementadas e mais parecidas com as dos homens. A adoção da famigerada *saia-calção*, por algumas mulheres, suscitou a curiosidade da população, chamando a atenção da polícia e movimentando um imenso debate onde homens e mulheres expuseram suas opiniões a respeito do novo traje, sempre baseadas em conceitos de honra e moral. A imprensa desenvolveu papel crucial neste debate, promovendo concursos e conferindo prêmios aos leitores que enviassem a “melhor” consideração a respeito da adoção do novo modelo de saia. As muitas narrativas que enfocaram as novas vestimentas eram carregadas de termos pejorativos, uso de charges de conteúdo maldoso e uma violenta insistência em retratar as mulheres como seres débeis e fracos que se rendiam aos apelos da moda sem exercer sobre isso nenhum tipo de raciocínio, que não fossem aquele orientado por motivos frívolos e fúteis.

A novidade dos grandes magazines e lojas de departamentos contribuíram para criar um ambiente de sociabilidade feminina e foram o local onde se iniciaram os casos de cleptomania e demais crimes, como àquele praticado por Marianna Prado. Na *Casa Raunier*, em particular, a francesa

Marie Lespinasse, se fortaleceu numa nova posição de trabalho feminino. As características de tal mulher a encaixavam na categoria “de vida duvidosa”, o ofício de mestra de costuras era considerado, por alguns, como uma ponte que a levaria ao encontro das “senhoras respeitáveis”, tornando tal relação legítima e não acarretando nenhum prejuízo para a imagem das segundas. As relações amorosas não oficiais ou os casamentos não-legais eram elementos utilizados por alguns advogados e cronistas para construir das mulheres uma representação em que estas não seriam “merecedoras” da proteção da justiça.

A manutenção de uma “boa aparência”, ter pele branca e usar vestimentas e acessórios encarados como próprios das classes abastadas, foi percebido por algumas mulheres, como premissa para o não levantamento de suspeitas na execução de determinados crimes. O caso de Marianna Prado chamou a atenção para um novo tipo de criminoso e para uma nova região da criminalidade feminina, destacando um tipo de transgressão que nada tinha a ver com assassinatos passionais, adultérios, abortos, abandono de crianças, todavia se configurava como um crime contra a propriedade, motivado por desígnios financeiros e praticado no espaço público.

O uso de tratamento discricionário por parte da força policial contra homens e mulheres *trans* que disputavam identidades de gênero, foi uma constante no período analisado. A imprensa se apropriava de tais casos através de narrativas que associavam tais pessoas com atos criminosos ligados à dissimulação e disfarce. Suas existências eram descritas como “anormais” através de relatos cômicos e zombeteiros.

O uso de saias mais justas, calças, roupas masculinas, o trabalho fora do lar, as viagens desacompanhadas, roubo, passagem de moeda falsa, envolvimento amoroso com pessoas do mesmo sexo entre outras coisas, consideradas situações antes impensáveis, foram realidade na vida de muitas mulheres de “boa família”. A representação de tais experiências foi largamente exposta nos periódicos de forma pejorativa e discriminatória e consumida pelos leitores da mesma forma que os romances literários. A exagerada exposição de tais fatos pela imprensa nos revelam como a existência feminina, exercida das mais variadas formas e em diferentes ambientes da vida pública, foi sentida pelos diferentes setores da sociedade. E nos posicionam a nos desfazer, de uma vez por todas, de nossa endurecida e ingênua ideia de que as mulheres comuns,

pertencentes aos setores médios e altos, não viveram de forma a se tornarem protagonistas de suas próprias vidas.

## 7.

### Referências bibliográficas

#### Fontes

Arquivo Nacional. Vara Criminal do Rio de Janeiro 6. Caixa 1943. Processo: 895.

#### Periódicos

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1911- 1914 -1920- 1925 – 1929.

Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 1910- 1911- 1914- 1916- 1918 -

1920- 1921- 1928

ESTADO DO PARÁ, Belém, 1911. Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 1911. Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro. 1911 -1920- 1923 Biblioteca Nacional.

REVISTA DA SEMANA, Rio de Janeiro, 1911. Biblioteca Nacional.

FON-FON, Rio de Janeiro, 1911. Biblioteca Nacional.

CARETA, Rio de Janeiro, 1914- 1930. Biblioteca Nacional.

A OPINIÃO PÚBLICA, Rio de Janeiro, 1911. Biblioteca Nacional.

LEITURA PARA TODOS, Rio de Janeiro, 1911. Biblioteca Nacional.

Correio da Noite, Rio de Janeiro, 1914. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO RECIFE, Recife, 1912. Biblioteca Nacional.

O PAIZ, Rio de Janeiro, 1910- 1914 -1912- 1925. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO COMÉRCIO RESTROSPECTO COMERCIAL, Rio de Janeiro, 1907. Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO BRAZIL, Rio de Janeiro, 1882. Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 1860. Biblioteca Nacional.

CORREIO MERCANTIL E INSTRUTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL, Rio de Janeiro, 1868. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 1876 -1914. Biblioteca Nacional.

GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 1875 -1895 Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE, Niterói. 1911- 1913. Biblioteca Nacional.

A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 1911 Biblioteca Nacional.

O SÉCULO, Rio de Janeiro, 1910 -1911 Biblioteca Nacional.

A IMPRENSA, Rio de Janeiro, 1911 Biblioteca Nacional.

A NOITE, Rio de Janeiro, 1917 – 1920- 1925- 1926 -1929 Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO, Rio de Janeiro, 1910 Biblioteca Nacional.

O IMPARCAIL, Rio de Janeiro, 1917- 1920 – 1923 Biblioteca Nacional.

A ÉPOCA, Rio de Janeiro, 1914 Biblioteca Nacional.

A RUA, Rio de Janeiro, 1914 Biblioteca Nacional.

ARCHIVO VERMELHO, Rio de Janeiro, 1920 Biblioteca Nacional.

A RAZÃO, Rio de Janeiro, 1920 Biblioteca Nacional.

### **Bibliografia**

ALVAREZ. Marcos César. **Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil**. São Paulo: Ibccrim, 2003.

ARAÚJO. Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. **Guia Policial do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira, 1910.

BONADIO, Maria Claudia. **Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

BRETAS. Marcos Luiz. **Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas do gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003,

CAMARGO, Rosane Feijão de Toledo. **Reflexos da cidade na Moda. Relações entre transformações urbanas e aparência pessoal no início do século XX no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009. 116 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação Social) Puc-Rio.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940) Educação e História**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

CARVALHO, Elysio de. **Gíria dos gatunos**. Rio de Janeiro: Imprensa comercial, 1912.

CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHAZKEL, Amy. **Leis da sorte: o jogo do bicho e a construção da vida pública urbana**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CORREA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras frestas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Unicamp, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção da (in) diferença no Rio de Janeiro 1927-1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

DOURADO, Rosiane de Jesus. **As formas modernas da mulher brasileira (1920-1939)**. 2005. 149 f. Dissertação. (Mestrado em Design) Departamento de Artes e Design. Puc-Rio, 2005.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_ **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

- GUIMARÃES, Valéria. **Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos 10**. Campinas: Mercado de Letras, 2013,
- HELIODORA, Barbara; BRANDÃO, Tania; MAGALDI, Sábado; MANILO, Flavio. **Brasil, palco e paixão: Um século de teatro**. Aprazível Edições: Rio de Janeiro, 2004.
- LANZ, Letícia. (Geraldo Eustáquio de Souza). **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade de gênero**. Mestrado em Sociologia. 342p. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014
- LAVIER, James. **A Roupa e a moda**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LEHNERT, Gertrud. **História da moda do século XX**. Colônia: Konemann Verlogsgesell Schaft, 2000.
- LOPES, Ana Claudia Lourenço Ferreira. **A Celeste Modas e as butiques de Copacabana nos anos 1950: distinção, modernidade e produção do prêt-à-porter**. Dissertação de Mestrado. 193f. Mestrado em História. Departamento de História. Puc-rio. Rio de Janeiro, 2014.
- MACHADO, Claudio de Sá. **Fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922)**. Dissertação de Mestrado. 145, p. Mestrado em História. Puc-RGS. Porto Alegre, 2006,
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: **A história da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MENDONÇA, Joseli. **O nome define a coisa: crime e militância nas páginas do *Arquivo Vermelho* (1918-1921)**. In: *Policías escritores, delitos impresos. Revistas policiales en América del Sur*. Disponível em: <https://www.teseopress.com/policiasescritores/>. Acesso em 30 de maio de 2017.
- MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MENDONÇA. Leandro Climaco. **Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro 1880- 1920**. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- MENEZES, Lená Medeiro de. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio. 1890-1930**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. **A tragédia da Rua Januzzi**: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. Dissertação. (Mestrado em História Social da Cultura) Puc-Rio. Rio de Janeiro, 2014.
- Otoni, Ana Vasconcelos. O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. Rio de Janeiro 1900-1920. 2012. Tese de Doutorado, UFF, 2012.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PEREIRA, Leonardo. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. ”. In: **História**. São Paulo, vol. 35, p.8. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 30 de maio de 2017.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **Representações da roupa e da moda no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro, 1992. 223p. Dissertação (Mestrado em História) Puc-Rio.
- RIO, João do. “Aventuras de hotel. ” In: **Dentro da noite**. Rio de Janeiro. H. Garnier, 1910.
- SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- SCHETTINI, Cristiana. “Os senhores da alegria: a participação das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX. ” In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras frestas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Unicamp, 2002.
- SCHWARCZ. Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. 1870 -1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVEIRA, Mauro César. A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai. Florianópolis: UFSC, 2015.
- SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos.** Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SOUZA, Gilda de Mello. **O espírito das roupas.** A moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.